

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA – PROMESTRE

Marina Evaristo dos Santos

ESCREVIVÊNCIA SINALIZADA
Trajetórias escolares e não escolares de mulheres negras surdas e as contribuições da Lei
10.639/2003

Belo Horizonte/MG

2023

Marina Evaristo dos Santos

ESCREVIVÊNCIA SINALIZADA

**Trajetórias escolares e não escolares de mulheres negras surdas e as contribuições da Lei
10.639/2003**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional (Promestre), da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação e Docência.

Linha de pesquisa: Educação, Ensino e Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Libéria Neves

Belo Horizonte/MG

2023

S237e
T

Santos, Marina Evaristo dos, 1990-

Escrevivência sinalizada [manuscrito] : trajetórias escolares e não escolares de mulheres negras surdas e as contribuições da Lei 10.639/2003 / Marina Evaristo dos Santos. - Belo Horizonte, 2023.

106 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Libéria Rodrigues Neves.

Bibliografia: f. 93-99.

Apêndices: f. 100-105.

1. Brasil -- [Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003] -- Teses. 2. Educação -- Teses. 3. Educação -- Relações de gênero -- Teses. 4. Educação -- Relações raciais -- Teses. 5. Educação -- Relações étnicas -- Teses. 6. Educação especial -- Relações raciais -- Teses. 7. Educação especial -- Relações étnicas -- Teses. 8. Língua brasileira de sinais -- Teses. 9. Negras -- Educação -- Teses. 10. Negras -- Escrita -- Teses. 11. Feminismo -- Aspectos educacionais -- Teses. 12. Feminismo -- Relações étnicas -- Teses. 13. Feminismo -- Relações raciais -- Teses. 14. Mulheres -- Escrita -- Teses. 15. Surdos -- Educação -- Teses. 16. Surdos -- Educação -- Relações raciais -- Teses. 17. Surdos -- Linguagem -- Teses. 18. Comunicação escrita -- Teses. 19. Discriminação na educação -- Teses. 20. Discriminação racial -- Teses. 21. Surdez -- Teses.

I. Título. II. Neves, Libéria Rodrigues, 1972-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.912

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROMESTRE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP

FOLHA DE APROVAÇÃO

**ESCREVIVÊNCIA SINALIZADA: TRAJETÓRIAS ESCOLARES E NÃO ESCOLARES DE MULHERES NEGRAS
SURDAS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003**

MARINA EVARISTO DOS SANTOS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, área de concentração ENSINO E APRENDIZAGEM.

Aprovada, em 29 de novembro de 2023, pela banca constituída pelos membros:

Profa. Libéria Rodrigues Neves
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Natalino Neves da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Nanci Araújo Bento
Universidade Federal da Bahia

Profa. Diléia Aparecida Martins
Universidade Federal de São Carlos

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Oliveira Coutinho, Professora do Magistério Superior**, em 04/12/2023, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

26/02/2024 09:05

SEI/UFMG - 2800128 - Folha de Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **Liberia Rodrigues Neves, Professora do Magistério Superior**, em 04/12/2023, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Natalino Neves da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 07/12/2023, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Diléia Aparecida Martins, Usuária Externa**, em 11/12/2023, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2800128** e o código CRC **DA985681**.

Referência: Processo nº 23072.269466/2023-84

SEI nº 2800128

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora Libéria Neves que, para mim, será sempre Liberinha. Agradecer ao Nkisis Exú, Matamba, Mikaia, Lemba, orixá Tempo, e a minha Mãe de Santo Mametu Muiandê.

A minha mãe Macaé Evaristo; a minha irmã, Mariana Evaristo, que eu amo tanto e as minhas avós Maria Rosa e Maria Antônia.

Agradeço a toda a comunidade surda, ao Movimento Negro e ao Movimento Negro Surdo.

Agradeço a Exu, que possibilitou o poder da comunicação e da mediação em Língua de Sinais.

Aos meus amigos Stefânia, Daniel e ao meu cunhado Júnio, que estão sempre comigo.

Ao professor Natalino, às professoras Yone Gonzaga e Patrícia Santana.

À querida Conceição Evaristo, que me inspira a contar histórias e escrevivências em Língua de Sinais. Aos meus amigos da Comunidade Surda: Selma Muneron, Neusa Donata, Joilson, Wenderson. Ao grupo de intérpretes *inter_pretes*. Ao grupo *África nas Mãos*.

Pelas contribuições que enriqueceram esta pesquisa, agradeço a Dandara, Lélia Gonzalez e Bell Hooks, pelas suas escrevivências sinalizadas.

À professora Nanci Bento, da UFBA; a Ires dos Anjos Brito. Ao curso “Em pretas mãos: A constituição dos sinais e o contexto étnico-racial”.

Aos meus amigos do Letras Libras, LuizMar, Daniane, Leidiane, Patrícia, Leni, Bárbara e a todos que contribuíram na minha formação.

Ao meu tio Miltim e a minha tia Marlandes, que sempre me incentivaram nessa jornada, muito obrigada!

[Emicida]

Com o cheiro doce da arruda

Penso em buda, calmo

Tenso, busco uma ajuda

Às vezes me vem um salmo

Tira a visão que iluda, é tipo um oftalmo

E eu, que vejo além de um palmo

Por mim, tu, Ubuntu, algo almo

Se for pra crer no terreno

Só no que nós tá vendo memo

Resumo do plano é baixo, pequeno

Mundano, sujo, inferno e veneno

Frio, inverno e sereno

Repressão e regressão

É um luxo ter calma, a vida escalda

Tento ler almas pra além de pressão

Nações em declive na mão desse Barrabás

Onde o milagre jaz

Só prova a urgência de livros

Perante o estrago que um sabre faz

Imersos em dívidas ávidas

Sem noção do que são dádivas

No tempo onde a única que ainda corre livre aqui são nossas lágrimas

E eu voltei pra matar, tipo infarto

Depois fazer renascer, estilo um parto

Eu me refaço, farto, descarto

De pé no chão, homem comum

Se a bênção vem a mim, reparto

Invado cela, sala, quarto

Rodei o globo, hoje tô certo de que

Todo mundo é um

[Emicida e Pastoras do Rosário]

Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós

Tudo, tudo, tudo que nós tem é

Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós

Tudo, tudo, tudo que nós tem é

Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós

Tudo, tudo, tudo que nós tem é

Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós

Tudo, tudo, tudo que nós tem é

[Emicida]

Cale o cansaço, refaça o laço

Ofereça um abraço quente

A música é só uma semente

Um sorriso ainda é a única língua que todos entende

Cale o cansaço, refaça o laço

Ofereça um abraço quente

A música é só uma semente

Um sorriso ainda é a única língua que todos entende

(Tio, gente é pra ser gentil)

Tipo um girassol, meu olho busca o Sol

Mano, crer que o ódio é a solução

É ser sommelier de anzol

Barco à deriva, sem farol

Nem sinal de aurora boreal

Minha voz corta a noite igual um rouxinol

Meu foco de pôr o amor no hall

[Fabiana Cozza]

Tudo que bate é tambor

Todo tambor vem de lá

Se o coração é o senhor, tudo é África

Pus em prática

Essa tática

Matemática, falou?

Enquanto a terra não for livre, eu também não sou

Enquanto ancestral de quem tá por vir, eu vou

Cantar com as menina enquanto germina o amor

É empírico, meio onírico, meio Kiriku, meu espírito

Quer que eu tire de ti a dor

[Emicida]

É mil volts a descarga de tanta luta

Adaga que rasga com força bruta

Deus, por que a vida é tão amarga

Na terra que é casa da cana de açúcar?

E essa sobrecarga frustra o gueto

Embarga e assusta ser suspeito

Recarga que pus, é que igual Jesus

No caminho da luz, todo mundo é preto

Ame, pois

Simbora que o tempo é rei

Vive agora, não há depois

Ser tempo da paz, como um cais que vigora nos maus lençóis

É um-dois, um-dois, longe do playboy

Como monge sois, fonte como sóis

No front sem bois, forte como nós

Lembra: A rua é nós

[Emicida e Pastoras do Rosário]

(Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós)

Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós

(Tudo, tudo, tudo que nós tem é)

Tudo, tudo, absolutamente tudo

(Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós)

Tudo que nós tem é isso, uns aos outros

*(Tudo, tudo, tudo que nós tem é)
Tudo que nós tem é uns aos outros, tudo*

[Pastor Henrique Vieira]

*Vejo a vida passar num instante
Será tempo o bastante que tenho pra viver?
Não sei, não posso saber
Quem segura o dia de amanhã na mão?
Não há quem possa acrescentar um milímetro a cada estação
Então, será tudo em vão? Banal? Sem razão?
Seria, sim, seria se não fosse o amor
O amor cuida com carinho, respira o outro, cria o elo
No vínculo de todas as cores, dizem que o amor é amarelo
É certo na incerteza
Socorro no meio da correnteza
Tão simples como um grão de areia
Confunde os poderosos a cada momento
Amor é decisão, atitude
Muito mais que sentimento
Alento, fogueira, amanhecer
O amor perdoa o imperdoável
Resgata dignidade do ser
É espiritual
Tão carnal quanto angelical
Não tá no dogma, ou preso numa religião
É tão antigo quanto a eternidade
Amor é espiritualidade
Latente, potente, preto, poesia
Um ombro na noite quieta
Um colo para começar o dia
Filho, abrace sua mãe
Pai, perdoe seu filho
Pais é reparação, fruto de paz*

*Paz não se constrói com tiro
Mas eu o miro, de frente, na minha fragilidade
Eu não tenho a bolha da proteção
Queria guardar tudo que amo
No castelo da minha imaginação
Mas eu vejo a vida passar num instante
Será tempo o bastante que tenho para viver?
Eu não sei, eu não posso saber
Mas enquanto houver amor
Eu mudarei o curso da vida
Farei um altar para comunhão
Nele eu serei um com o mundo
Até ver o ubuntu da emancipação
Porque eu descobri o segredo que me faz humano
Já não está mais perdido o elo
O amor é o segredo de tudo
E eu pinto tudo em amarelo*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.*

*A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede.*

(Conceição Evaristo, Cadernos Negros, v. 19)

RESUMO

O conceito de *escrevivência*, conforme apresentado na Introdução deste trabalho, está relacionado com “escrever”, “viver” e “se ver”. Conceição Evaristo pensou a escrevivência para que corpo e voz das mulheres negras possam ecoar no papel. A autora afirma que “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, mas acordá-los de seus sonhos injustos.” Relacionando o conceito de interseccionalidade – gênero e raça – cunhado por Kimberlé Crenshaw, podemos dizer que ambas escrevem sobre mulheres negras e feminismo negro. O presente trabalho propõe ecoar vozes através da Libras de mulheres negras surdas, pensando, inclusive, como a Lei 10.639/2003, referente à discussão racial na escolarização básica, contribuiu na construção de identidades ao longo da escolarização. A referida Lei poderia estimular o estudo de autores e autoras negras nas escolas especiais, bilíngues e inclusivas para estudantes surdos, contribuindo para que estudantes negros surdos e brancos surdos possam também atuar na luta antirracista. Desse modo, abordando dois elementos, linguístico e racial, no espaço educativo. Esta pesquisa dialoga com os princípios do feminismo negro e também pensa como o feminismo negro surdo pode ser utilizado em materiais acessíveis em libras para a aplicação da Lei 10.639/2003. Nesta pesquisa temos por objetivo reconhecer o lugar de fala das mulheres negras surdas, rompendo com o apagamento dos seus corpos e suas vozes, dialogando com a interseccionalidade: gênero e raça. Os sujeitos foram escolhidos por serem mulheres negras surdas, que estavam na Educação Básica após a aprovação da Lei 10.639/2003 e outras, antes da aprovação da Lei, tendo em vista sua premissa de uma Educação antirracista.

Palavras-chave: interseccionalidade; mulheres negras surdas; feminismo negro surdo; surdez; libras.

ABSTRACT

The concept of writing, as presented in the Introduction of this work, is related to “writing”, “living” and “seeing oneself”. Conceição Evaristo thought about writing so that the body and voice of black women can echo on paper. The author states that “our writing is not to put those in the big house to sleep, but to wake them up from their unfair dreams”. Relating the concept of intersectionality – gender and race – coined by Kimberlé Crenshaw, we can say that they both write about black women and black feminism. The present work proposes to echo voices through Libras of deaf black women, including thinking about how Law 10.639/2003, referring to racial discussion in basic schooling, contributed to the construction of identities throughout schooling. This law could encourage the study of black authors in special, bilingual and inclusive schools for deaf students, helping deaf black and white deaf students to also be able to work in the anti-racist fight. In this way, addressing two elements, linguistic and racial, in the educational space. This research dialogues with the principles of black feminism and also considers how deaf black feminism can be used in materials accessible in Libras for the application of Law 10.639/2003. In this research we aim to recognize the place of speech of deaf black women, breaking with the erasure of their bodies and their voices, dialoguing with intersectionality: gender and race. The subjects were chosen because they were deaf black women, who were in Basic Education after the approval of Law 10.639/2003 and others, before the approval of the Law, given its premise of anti-racist Education.

Keywords: Libras. Intersectionality. Black women. Black feminism. Deafness.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O atleta Waldemar da Conceição.....	17
Figura 2	Sinal de Negr@, para a etnia, aludindo ao cabelo crespo.....	18
Figura 3	Sinal de Empregad@, trabalho, função no trabalho.....	18
Figura 4	Sinal de autora na comunidade surda.....	22
Figura 5	Sinal: Negr@ Sinal: Identidade.....	29
Figura 6	Sinal trajetória + mulher negra surda escrivência.....	57
Figura 7	Sinal utilizado para Feminismo Negr@ surd@.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAS	Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CEDAW	<i>Convention for the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women</i>
CERD	<i>International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination</i>
CNISNS	Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FENEIS	Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
ONU	Organização das Nações Unidas
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PNE	Plano Nacional de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TILSP	Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFBA	Universidade Federal da Bahia

UFCG Universidade Federal de Campina Grande

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	MINHA ESCRIVIVÊNCIA: A IMERSÃO DE UMA MULHER NEGRA OUVINTE NA CULTURA E COMUNIDADE SURDA.....	20
3	INTERSECCIONALIDADE: RAÇA, GÊNERO E SURDEZ.....	35
3.1	INTERSECCIONALIDADE.....	35
3.2	POLÍTICAS AFIRMATIVAS INTERSECCIONAIS: O MOVIMENTO NEGRO E O MOVIMENTO SURDO.....	39
3.3	FEMINISMO NEGRO E FEMINISMO NEGRO SURDO.....	46
4	ESCRIVIVÊNCIA COMO METODOLOGIA DE PESQUISA.....	53
4.1	ESCRIVIVÊNCIAS SINALIZADAS DE TRÊS MULHERES NEGRAS SURDAS.....	56
4.1.1	Escrevivência I.....	59
4.1.2	Escrevivência II.....	64
4.1.3	Escrevivência III.....	68
4.1.4	Escrevivência Sinalizada é escrevivência?.....	75

4.2	ANÁLISE DOS DADOS: ESCRIVIVÊNCIA, A DUPLA DIMENSÃO DA IDENTIDADE DE MULHERES NEGRAS SURDAS.....	78
5	CONSIDERAÇÕES	89
	FINAIS.....	
	REFERÊNCIAS.....	94
	APÊNDICES.....	101

1 INTRODUÇÃO

Meu processo de escolarização ocorreu nas Redes pública e privada. Na escola privada, eu não percebia o racismo, mas era perceptível que, por algum motivo que desconhecia, eu não tinha amigos na escola. Já na escola pública, que tentava trabalhar numa perspectiva inclusiva, passei nitidamente por situações de racismo. Eu, uma adolescente de 14 anos de idade, fui alvo de insultos, mas, ainda assim, permaneci em minha identidade negra.

Posso afirmar: não é muito fácil manter uma estética negra em uma escola em que você é a minoria. Ser uma mulher negra é um desafio, quer seja em escola privada ou pública; você tem poucos amigos, porque a sua pele e o seu cabelo não são vistos como algo bonito. Ser uma mulher negra é renascer várias vezes. E eu renasci, quando aceitei meu cabelo, quando tive o primeiro contato com a ancestralidade e, também, quando tive contato com a literatura negra.

Meu olhar e meu interesse pela população surda iniciaram-se em 2009, quando fui aprovada no Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Assistiva Libras e Braille, oferecido pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Portanto, minha inserção na comunidade surda começou quando iniciei a Graduação, mas eu me inseri, de verdade, a partir do meu trabalho na Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos (FENEIS), onde tive contato com surdos idosos, adolescentes e crianças.

Tive a oportunidade de atuar como intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-MG), entre 2014 e 2015. Algum tempo depois, atuei como educadora social de jovens surdos na empresa Rede Cidadã.

Atuei também como intérprete social na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), entre 2013 a 2014; como intérprete formadora no Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) de Belo Horizonte/MG, em 2017; executei o projeto *Contando a História da Educação dos Surdos*, em parceria com o *Espaço do Conhecimento*, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2017; e ainda trabalhei como professora bilíngue em uma escola estadual em Belo Horizonte/MG, em 2016 e 2017.

Nessa trajetória, certa vez, trabalhei fazendo atendimentos para a comunidade surda, como intérprete comunitária (*community interpreting*). Este tipo de interpretação é aquele que se dá na esfera pública, com o intuito de facilitar a comunicação dos não falantes da Língua

oficial do país, e o seu consequente acesso aos provedores de serviços, tais como a Educação, a Saúde e os contextos legais (Carr *et al.*, 1995; Rein; Wadensjö, 1998).¹

Em um dos atendimentos, vivi um episódio que me chamou a atenção para a surdez e o racismo, o qual vale mencionar: no ônibus, eu e uma colega negra surda conversávamos e, em um determinado momento da conversa, me afirmei como uma mulher negra. A colega, de certa forma espantada, me perguntou: “Seus pais vieram da África?” Eu respondi: “Não, por quê?” Ela disse: “Então, por que você é negra?” Eu respondi: “Uai, meus pais são negros, minha família é negra e eu sou negra.” Ela, então, afirmou: “Eu sou morena.”

A partir dessa conversa, e também de algumas reflexões, fiquei interessada em conhecer as discussões referentes a esta questão da dupla identidade – ser surdo/a e ser negro/a. Entretanto, tivemos poucos registros no que se refere à evolução das língua de sinais negra, e algumas referências de negros surdos. Em 1950, cabe destacar o registro de um atleta negro surdo, **Waldemar da Conceição**, destaque da 2ª Olimpíada Nacional de Surdos.

Figura 1 – O atleta Waldemar da Conceição



Fonte: Jornal Correio da Manhã/Acervo INES

Retomando a discussão sobre o registro da Língua Brasileira de Sinais, durante algum tempo o sinal de empregada era o sinal de NEGR@²+ empregada. Um professor surdo na PUC Minas sempre me trazia algumas reflexões acerca do movimento negro surdo. A seguir, eu apresento o sinal utilizado para empregada em Minas Gerais. A Libras é uma língua espaço- visual, possui uma gramática e variações regionais, étnicas, por faixa etária, dentre outras. Por ser uma língua minoritária, tem uma carência de sinais-terms (léxicos, em

¹ Nessa Dissertação, utilizou-se a Norma ABNT NBR 10520, em vigor desde 19 de julho de 2023.

² O uso do arroba (@) em Libras indica a ausência da marca de gênero, pois os sinais não apresentam marcas deste tipo.

línguas de sinais, que constituem campos especializados). Durante muito tempo, o sinal termo para o sinal de NEGR@ era utilizado de forma pejorativa, como provocação aos negros surdos, relacionando o cabelo crespo a cabelo duro. Hoje, nós tivemos uma positivação do sinal de NEGR@ que auxilia na afirmação das identidades negras surdas.

Figura 2 – Sinal de Negr@, para a etnia, aludindo ao cabelo crespo



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Figura 3 – Sinal de Empregad@, trabalho, função no trabalho



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Quando atuei como professora bilíngue, pude perceber a presença de mulheres negras surdas e homens negros surdos. Lembro-me de uma aluna negra, usuária de uma língua de sinal gestual (ela se comunicava com os sinais que aprendeu em casa, com os familiares ouvintes), que, quando trançava seus cabelos, adorava me mostrar. Esse detalhe, entre outros, me chamou a atenção para as questões referentes a esta tripla identidade – ser mulher, ser surda e ser negra. Quais as características do percurso destas mulheres ao longo da escolarização? Quais são seus enfrentamentos? Quais os caminhos possíveis para a construção de suas identidades? Como a escola pode contribuir com este processo? Em que medida a Lei 10.639/2003 – que abriu caminho para uma Educação antirracista, a partir da determinação de inclusão de estudos da História e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos da Educação Básica – contribui para a construção das identidades negras de meninas e mulheres surdas na escola?

É neste sentido que este trabalho de pesquisa parte do pressuposto da relevância de se conhecer o percurso escolar de negras surdas no que se refere às relações étnico-raciais, tendo em vista a dupla barreira – linguística e racial – adicionada ao gênero. Para tal, propõe uma investigação a partir do registro destes sujeitos por meio de suas *escrevivências*.

A escritora Conceição Evaristo, em uma entrevista concedida ao Itaú Social, conta que o conceito de *escrevivência*, cunhado por ela, surgiu em 1994, quando estava fazendo sua pesquisa de Mestrado na PUC Minas. “Começou com um jogo de palavras: ‘escrever’ e ‘viver’, ‘se ver’, ‘escreviver’.” Ela aponta que, quando pensa em *escrevivência*, pensa em um histórico que está fundamentado nas falas das mulheres negras que tinham de contar suas histórias para a casa grande. Entretanto, Conceição explica que o conceito pode ser utilizado por pessoas de outros grupos sociais, de outra realidade, de outros campos da literatura.

A pesquisa que aqui se propõe, ao se referir a mulheres negras surdas, aposta na “escuta” e no registro dos relatos destas pessoas por meio de *escrevivências* feitas em Libras, o que se pretende chamar de *escrevivência sinalizada*.

Para tal, partirei da minha própria *escrevivência*, referente à minha imersão de mulher negra ouvinte na cultura e comunidade surda.

2 MINHA ESCRIVIVÊNCIA: A IMERSÃO DE UMA MULHER NEGRA OUVINTE NA CULTURA E COMUNIDADE SURDA

Conforme Conceição Evaristo (2009), às pessoas africanas escravizadas no Brasil durante o Período Colonial e Imperial (1500 a 1888) atribui-se a contribuição na formação de uma Cultura Brasileira na forma da transmissão oral, o que incluiria ditados e provérbios, personagens folclóricos, bem como aspectos ligados às artes, à religião, à culinária, à tecnologia e à ciência.

Pensar sobre a própria escrevivência é relembrar toda a minha trajetória enquanto mulher negra e meu percurso com a comunidade surda. Ser uma mulher negra é um desafio, pois você tem poucos amigos, porque a sua pele e o seu cabelo não são vistos como algo bonito. Ser uma mulher negra é renascer várias vezes. E eu renasci, quando aceitei meu cabelo, quando tive o primeiro contato com a ancestralidade e com a literatura negra.

Durante minha adolescência, eu não me sentia bonita, devido aos insultos e à violência que eu sofria na escola. A positivação da estética negra só aconteceu quando eu me ingressei na Universidade, parecia um livramento de todos os insultos que recebi na escola – privada e pública.

Na minha família, com o sobrenome Evaristo, as mulheres negras em sua maioria trabalharam como empregadas domésticas. Conceição Evaristo relata em uma das suas escrevivências que trabalhou nesse mesmo ofício. Tia Lia, Tia Joana, Tia Laurinda, conforme relata minha mãe, todas trabalharam como domésticas. Tia Laurinda, em algum momento da sua vida, trabalhou como servidora pública. Meu avô, Osvaldo Catarino Evaristo, era poeta, escritor e foi ex-combatente na Segunda Guerra Mundial. Ele se casou com a minha avó materna, Maria Antônia Cesário Evaristo, que estudou em uma escola de freiras. Naquela época, para lecionar, exigia-se o Ensino Médio. Minha avó foi a única estudante negra e relata também o racismo. Minha avó teve quatro filhas: Macaé (minha mãe), Mara, Moemie e Marlandes. Todas são servidoras públicas e militantes na luta antirracista. Minha mãe foi a primeira Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais negra, enfrentou vários desafios, entre eles, o racismo.

Minha mãe é formada no curso de Serviço Social na PUC Minas, possui o Curso Normal de Magistério, é Mestre em Educação e Doutoranda em Educação pela UFMG. Atuou como diretora na Escola Municipal Edson Pisani, e recorda que uma estudante morreu, porque

a ambulância não conseguia chegar no local, pois a escola fica localizada no Aglomerado da Serra. Minha mãe ingressou na política pelo Partido dos Trabalhadores há muitos anos e, em 2018, se candidatou pela primeira vez, mas não foi eleita como deputada estadual. Em 2020, se candidatou para vereadora em Belo Horizonte, sendo a mais votada do Partido dos Trabalhadores na cidade. Em 2022, dois anos depois, tentou novamente a eleição para deputada estadual e foi eleita com cerca de 50 mil votos. Atualmente, é responsável pela Bancada Feminina, da Cultura e da Educação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Minha tia Mara é responsável pelo Núcleo de Relações Étnico-Raciais na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), e faz um excelente trabalho atuando na luta antirracista e pela aplicação da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008. É um desafio, mas ao mesmo tempo importante, a aplicação da Lei nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Minha tia Marlandes é formada no curso Normal Superior, Mestre em Educação, possui especialização em Educação Especial, e foi a minha inspiração para prosseguir nessa área. Trabalhou em uma escola especial, em Divinópolis/MG, e hoje com o AEE (Atendimento Educacional Especializado). Minha tia Moemie é advogada, atua no setor judiciário, é militante das causas sociais na esfera jurídica. Cresci e aprendi com todas essas mulheres sobre como enfrentar o racismo institucional e estrutural. Conforme mencionado, na minha trajetória como mulher, negra e participante dos grupos minoritários passei por várias situações de racismo. Sílvia Almeida (2020) mostra a concepção do racismo estrutural e demonstra como racismo estrutural faz parte das instituições:

A principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (Almeida, 2020, p. 30)

Devido a minha trajetória tanto pessoal quanto familiar, sempre pensei em pesquisar sobre raça, gênero e surdez. Neste momento da minha escrivência, procuro contar um pouco da minha trajetória e da minha imersão na comunidade surda. A primeira vez que eu tive contato com um membro da comunidade surda foi na minha primeira Graduação no Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Assistiva. No primeiro dia de aula, houve algumas tensões entre ouvintes que não sabiam Libras e ouvintes que já eram usuários da Língua de Sinais. Depois de algumas reflexões, ficou decidido que ouvintes que sabiam

Libras ficariam separados de ouvintes que não sabiam. Na época, eu discordei, uma vez que uma Língua é aprendida por meio da interação com outros. No mesmo dia, nos foi perguntado quem de nós já tinha um sinal na comunidade surda. Eu não tinha e, nesse momento, recebi esse sinal, um sinal que faz referência às tranças que eu usava naquela época.

Na Língua Brasileira de Sinais, quando denominamos de *sinal pessoal* ou somente *sinal*, costuma-se dizer que se trata de um nome visual, um batismo, para dar início à participação na comunidade surda. Um nome visual, como o próprio nome diz, se trata de uma marca, um traço visual próprio da pessoa. Quando tal pessoa ainda não tem um sinal (nome visual) usa-se o alfabeto manual que compõe o quadro das configurações de mãos usadas na Libras. O alfabeto manual teve origem pela necessidade de representar as letras de forma visual, e usado, principalmente, para ensinar pessoas surdas a ler e escrever. Na Libras, o uso do alfabeto manual é caracterizado como um Empréstimo Linguístico.

Figura 4 – Sinal da autora na comunidade surda



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Naquela época, eu não tinha a consciência racial que tenho hoje. Na verdade, eu tinha, mas não era militante e questionadora quanto às posturas da branquitude.

Bárbara Pinheiro (2023), em seu livro *Como ser um educador antirracista*, faz uma breve explicação do conceito de *branquitude*:

Branquitude não é necessariamente sobre a cor da pele, mas sobre os acessos sociais que a cor da pele garante. É sobre a boa aparência para todos os empregos, é sobre ocupar espaços de poder, é sobre possuir estética da

beleza e credibilidade. Nesse intuito, branquitude é conceito dialético que articula lugar de sujeito universal branco com privilégios que beneficiam todos/as os/as integrantes deste coletivo. Por mais antirracista que a pessoa branca seja, ela se beneficia do racismo, mesmo sem querer. (Pinheiro, 2023, s./p.)

Hoje, refletindo sobre o sinal, percebo que este sinal faz referência à minha identidade e estética negra. Conforme fui tendo mais contato com a comunidade surda e interagindo com a comunidade surda acadêmica, eu tive o primeiro contato com uma mulher negra surda, estudante de Pedagogia, na PUC Minas. Nós éramos colegas e nos encontrávamos no Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI). Aconteceu no segundo semestre no curso, eu sabia um pouco da Língua de Sinais e, mesmo assim, consegui interagir e perguntar se alguma vez ela percebeu racismo na sala de aula, e ela disse que a discriminação era linguística e não racial.

Nesse sentido, em pesquisa sobre a interseccionalidade de raça e surdez, intitulada *Narrativas Identitárias e Educação: os surdos negros na contemporaneidade*, Furtado (2012) constata que:

Há surdos que reconhecem a “dupla diferença”; mas afirmam que as duas não formam um todo e não constituem uma unidade. Explicam que a dupla diferença é marcada, que o preconceito ocorre sim, mas é algo que não é explícito e não aparece em um único bloco, por serem surdos negros. Mas em alguns momentos e com algumas pessoas o preconceito ocorre porque discriminar consiste em separar, segregar e tratar de maneira diferente as pessoas em função de sua etnia, religião, condição física, intelectual, social, etc. são surdos; em outros, porque são negros. (Furtado, 2012, p. 5)

É possível perceber que os questionamentos sobre raça, gênero e população surda estavam presentes na minha trajetória acadêmica, embora eu não tenha iniciado o meu trabalho no campo da inclusão com a comunidade surda e, sim, com a comunidade cega.

Minha primeira experiência nesse campo foi a partir da participação em um projeto de extensão na PUC Minas como assistente em um curso de massagem para pessoas com deficiência e, neste curso, tive contato com estudantes cegos, com baixa visão e estudantes com deficiência intelectual. Nesse projeto, experienciei o dia a dia das pessoas cegas.

Um tempo depois, já com estudos avançados em Libras e Braille, no meu curso na PUC Minas, fui convidada para trabalhar, no SENAC, como intérprete de Libras, em um curso de Tecnologia da Informação. A aluna que eu acompanhava era uma estudante surda,

oralizada, branca e usuária da Comunicação Total.³ Trabalhei, ainda, em outros cursos nessa instituição.

Um fato que me marcou muito foi quando atuei como intérprete de Libras em um curso para cozinheiro. Ali, num determinado dia, uma estudante estava em uma brincadeira com outros colegas e disse que eu parecia uma empregada doméstica. Era um surdo oralizado e fez questão de dizer isso em voz alta. Eu levei a situação para a coordenação do curso e disse que, caso ele não me pedisse desculpas, não voltaria para trabalhar.

É importante destacar que o racismo estrutural e institucional ocorre dentro da comunidade surda, ou seja, para o combate ao racismo, é preciso pensar nas formações para os professores bilíngues e intérpretes de Libras negros e não negros, bem como para os negros surdos e surdos brancos.

De acordo com Almeida (2020):

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo. (Almeida, 2020, p. 14)

Neste sentido, é importante que as discussões acerca do racismo dentro da comunidade surda não seja algo velado, quer dizer, as questões sobre o racismo institucional e estrutural que afetam pessoas ouvintes negras usuárias ou não da Língua de Sinais, além de pessoas negras surdas, precisam ser discutidas dentro das comunidades surdas. Por isso, se faz necessária a literatura negra surda que respeita o marco normativo 10.639/2003 nas escolas inclusivas – escolas comuns que recebem estudantes com e sem deficiência – e nas escolas bilíngues – que lecionam Libras como primeira Língua e da Língua Portuguesa como segunda.

Como sabemos, as disparidades raciais entre negros e não negros no Brasil estão refletidas nas taxas de expectativa de vida, mortalidade infantil, mortalidade materna, homicídios, violência urbana, acesso à habitação, consumo de bens duráveis, inclusão digital

³ De acordo com Kezio (2016), nos anos de 1970 e 1980, a Comunicação Total foi utilizada por muitos países. Utilizando de vários artifícios, esta filosofia educacional tem como objetivo integrar o surdo na sociedade ouvinte, acreditando que ele terá uma boa comunicação, seja por meio da fala, sinais ou escrita, numa reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.

e outras. Não há aspecto de nossa sociedade em que as diferenças socioeconômicas entre negros e não negros não sejam sentidas, em que as condições da população afrodescendente não seja inferior. Só para ilustrar tal afirmação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os brancos ganham, em média, duas vezes mais do que os não brancos (Brasil, 2010).

Esta análise se faz necessária no campo dos intérpretes de Libras não negros e negros. Embora um levantamento ainda não tenha sido realizado, é possível perceber que os intérpretes brancos alcançam mais espaços no campo audiovisual, onde se tem melhor remuneração. A propósito, na pandemia,⁴ foram realizados vários *shows* e *lives* com a acessibilidade em Libras. Durante esse período, os intérpretes mais presentes eram brancos. Por que os intérpretes negros não tiveram a mesma visibilidade?

Roberto Costa e Sheila Costa (2019, p. 204) destacam que “seria interessante que, enquanto coletividade, conseguíssemos nos posicionar a favor da visibilidade dos intérpretes de línguas de sinais brasileiras que possuem características fenotípicas e culturais diferentes da norma eurocêntrica e colonizadora.” Destaco, aqui, também a importância das línguas de sinais indígenas, quilombolas e de religiões de matriz africana.

Durante algum tempo existia (ou existe ainda) o que se chama de *perfil do intérprete*. Eu sempre questioneei o que seria esse “perfil” do intérprete de Libras, pois existe uma diferença entre ética e perfil. Quadros (2004) trata da conduta adequada para se vestir: refletir acerca da normativa referente à cor da camisa utilizada como pano de fundo, para a sinalização, que é determinada pelas equipes de interpretação; e discute sobre a intensidade da luz nos instantes das trocas (revezamento) de intérpretes.

Mas torna-se importante verificar até que ponto o fenótipo negro interfere no momento de tradução/interpretação do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa (TILSP). Costa e Costa (2019) nos ajuda a questionar:

Será que os aspectos fenotípicos das Pessoas Negras, que trazem a sua ancestralidade cultural e são a materialidade de seus corpos negros,

⁴ Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. Essa decisão aprimora a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, naquele momento, havia surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo.

interferem de fato no momento da atuação enquanto tradutores/intérpretes de Libras? Ou será que essa suposta interferência está atrelada a um movimento de clareamento e/ou de eugenia dos corpos negros? E quais motivos (ou discursos) estão subjacentes à ideia de que os intérpretes Negros e Negras devem mutilar os seus corpos negros e modificar as suas características físicas para se enquadrarem num padrão de “normalidade” que visa apagar as realidades de suas identitárias culturais? (Costa; Costa, 2019, p. 196)

Ser uma intérprete negra com características fenotípicas e culturais negras traz alguns desafios no campo profissional e acadêmico. A disputa entre intérpretes negros e brancos de Libras no campo audiovisual é antiga. Silva (2020) apresenta o conceito de *consciência racial crítica* em seu artigo sobre Educação Popular Negra:

É importante destacar que os processos de desumanização, sejam eles materiais e simbólicos, incidem de maneira mais contundente sobre essa parcela da população. O desenvolvimento desse tipo de consciência, em contextos capitalista-coloniais, exige a superação da condição social de alienação racial que incide sobre pessoas negras e não negras. Os diferentes estágios de alienação têm contribuído para aprofundar desigualdades sociorraciais, impedindo que ocorram mudanças de ordem socioeconômica, política, educacional e cultural. (Silva, 2020, p. 4)

As discussões acerca da imersão de intérpretes negros no campo dos estudos da tradução sofreram um *epistemicídio*⁵ – termo cunhado pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2007). Neste caminho, Silva-Reis (2018) faz um breve relato sobre a história dos intérpretes negros:

No que concerne, em particular, à história da interpretação, um grupo de intérpretes recebeu ainda poucos estudos: os negros. No conhecido capítulo “Os intérpretes que fizeram história” escrito por Margereta Bowen, David Bowen, Francine Kaufmann e Ingrid Kurz na obra *Os tradutores na história* (1998), organizado por Jean Delisle e Judith Woodsworth, apenas dois parágrafos são dedicados aos intérpretes negros africanos. Jean Delisle (1993, 1977, 1999, 2005) em nenhum de seus trabalhos, mesmo o mais extenso e mais completo (Delisle, 1987), dedicados à história dos intérpretes no Canadá, menciona a importante figura de Mathieu da Costa – intérprete negro que auxiliou na colonização do Canadá, notadamente por trabalhar na expedição de Samuel Champlain (1606). (Silva-Reis, 2018, p. 2)

Costa e Costa (2019) relatam que existem poucos materiais no que concerne aos intérpretes de Libras negros, sendo a literatura ainda escassa ou inexistente no atual cenário.

⁵ Neste processo, a morte do pensamento, ou epistemicídio, é utilizado como estratégia de proteção do grupo hegemônico, pertencentes da raça branca, em detrimento daqueles que são deixados para morrer, a raça negra. Disponível em <https://www.politize.com.br/o-que-e-epistemicidio>.

Os autores mencionam a dissertação defendida nos Estados Unidos intitulada *Resistência dos intérpretes de línguas de sinais negros/afro-americanos nos Estados Unidos – a importância da cultura e do capital*. Nesta pesquisa são apresentadas várias situações de racismo, com clientes e colegas de trabalho.

Os profissionais intérpretes de Libras educacional negro e os professores negros que atuam na Educação Básica passam por diversas situações de racismo institucional. Na minha vivência como intérprete de Libras e como professora, sempre houve um estranhamento de parte de docentes não negros quando eu entrava na sala dos professores. Mesmo sendo um espaço de educação inclusiva, ainda existe um estranhamento ter um docente negro em uma instituição pública ou privada.

Refletir sobre a docência para as relações étnico-raciais para a educação de surdos é pensar na identidade deste professor, na sua vivência e na sua escrevivência, no caso de professoras negras ouvintes, negras surdas ou negras com deficiência. A experiência dessas professoras com o racismo vai revelar muito do seu trabalho e dos efeitos em seus alunos e alunas. Nesse sentido, a implementação da Lei 10.639/2003 vem mobilizar os docentes para a discussão de tais relações.

Na minha trajetória como professora bilíngue, intérprete de Libras, militante do Movimento Negro e do Movimento Surdo, pude perceber que ocupar diversos espaços dentro da comunidade surda ainda é desafiador. Ser uma mulher negra dentro da comunidade surda, ocupando espaços discursivos e transmitindo alguns valores ancestrais, causa alguns embates dentro da comunidade surda. Pensar em uma Educação e uma perspectiva decolonial para a comunidade surda requer estratégias, pois a colonização ouvintista, patriarcal e brancocêntrica ainda está presente na comunidade surda.

Numa escola inclusiva onde atuei, no dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), o professor planejou uma atividade para os estudantes ouvintes, mas não pensou em nenhuma atividade que promovesse a inclusão racial e linguística, tendo em vista a presença de estudantes surdos na classe. Naquele momento, eu fiz uma intervenção. Encontrei, junto com os estudantes surdos, um vídeo de surdos africanos que estavam aprendendo a Língua de Sinais Ugandense. No vídeo, um professor negro surdo ensinava a Língua a uma comunidade de surdos que não a conheciam, ou seja, que eram privados da sua comunicação, com destaque para uma senhora idosa que, por anos, não se comunicava com ninguém. Tanto os surdos quanto os ouvintes ficaram impressionados com o vídeo: os surdos, porque já

passaram pela mesma experiência na escola e os ouvintes, porque nunca imaginavam que esta situação poderia acontecer.⁶

Com isso, naquele dia 20 de novembro, o vídeo despertou o interesse dos ouvintes em saber como era a Língua de Sinais de outro Continente, como aconteciam as variações linguísticas e regionais, a variação étnica, etc. Foi uma oportunidade de inclusão racial e linguística na escola. Mas, certamente, essa atividade aconteceu, porque eu estava ali, como intérprete negra, interessada na inclusão. Teria sido diferente se o professor da turma fosse negro? Ou se ele fosse negro surdo? Teria sido diferente se fosse uma intérprete branca se ela pensasse nesse lugar do professor/intérprete de Libras e preparasse uma sequência didática sobre branquitude?

Não pensamos práticas pedagógicas que problematizam o privilégio branco no âmbito da Educação para as Relações étnico-raciais. Pessoas brancas não são racializadas, por mais que a branquitude tenha criado o conceito de raça, essas pessoas se veem no lugar de “ser genérico”, de “sujeito universal”, elas, em si, são a representação do humano. Racializados são os outros, os afastados da humanidade padrão, são os “menores”, os “menos humanos”. (Pinheiro, 2023, p. 35)

Durante a minha trajetória acadêmica, eu tive somente um professor negro surdo, um professor de História que lecionava a disciplina de Libras, na PUC Minas. Durante a minha segunda Graduação em Letras Libras, no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) não me lembro de nenhum professor negro, mas tive experiência com colegas negros surdos, mas quase nunca abordávamos as questões étnico-raciais.

Só recentemente eu participei de um curso de extensão intitulado *Pretas Mãos / Curso de Extensão em Pretas mãos: A constituição dos sinais e o contexto étnico-racial brasileiro*, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O processo seletivo do curso aconteceu por meio de um vídeo, explicando o motivo de participar do curso. Eu fiz um vídeo em Libras, explicando o motivo. O processo seletivo ocorreu em nível nacional, e participaram estudantes e pesquisadores de todo o Brasil. Nesse curso, fiquei conhecendo Nanci Bento e Ires dos Anjos Brito. São duas professoras que me ajudaram e ajudam muito, pois ambas me fizeram pensar sobre a importância de se criar um currículo para as relações étnico-raciais na educação dos estudantes surdos. Participaram do curso pessoas negras surdas e ouvintes negros, alguns destes, intérpretes de Libras.

⁶ A reação dos estudantes surdos foi de muita alegria, por se reconhecer também naquele espaço. Essa intervenção foi importante para se pensar a Língua de Sinais e as relações étnico-raciais, as variações linguísticas e as línguas de sinais emergentes, que são as línguas compartilhadas em pequenas comunidades entre surdos e ouvintes. São línguas de aldeia, rurais e isoladas, etc.

As aulas, em modo remoto, provocaram várias discussões acerca do racismo e antirracismo na Língua de Sinais. Entre elas, a discussão de que a Libras é negra, destacando-se o fato de que a história desta Língua é contada na perspectiva eurocentrada. De fato, ainda não temos estudos sobre a história da Libras sob um olhar afrodescendente.

Nessa interação, discutiu-se os sinais que poderiam ser utilizados para a palavra “negritude” e cada participante do curso foi provocado a pensar numa possibilidade de sinal referente à palavra. Alguns sinais como NEGRITUDE e NEGRO são utilizados com a mesma configuração de mão, o mesmo ponto de articulação e o mesmo movimento, mas em contextos diferentes. É preciso pensar no letramento visual para estudantes surdos, para que se possa compreender que o sinal para NEGRITUDE precisa ser diferente do sinal para NEGRO, pois são palavras do mesmo campo semântico, mas com significados diferentes.

Outro aspecto importante é que existem poucos materiais pedagógicos que possuam o letramento visual no contexto étnico-racial. O Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) produziu alguns vídeos que podem ser utilizados para esse tipo de letramento, disponíveis em < <http://tvines.org.br/?p=15728> > e < <http://tvines.org.br/?p=11149> >.

O início da discussão foi relevante para uma reflexão acerca do sinal NEGR@⁷ para a palavra *negritude*. Um dos sinais utilizados foi o sinal de IDENTIDADE + NEGR@, conforme apresentados abaixo:

Figura 5 - Sinal: Negr@



Sinal: Identidade



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

⁷ Como explicado, reitera-se que o uso do arroba (@) em Libras indica a ausência da marca de gênero, pois alguns sinais não apresentam marcas desse tipo.

Desse modo, nesse curso, foi discutido como algumas palavras do contexto étnico-racial poderiam ser trazidas para o vocabulário da população surda, por exemplo, sinalizar alguns conceitos como *dororidade*,⁸ cunhado por Vilma Piedade (2017); *lugar de fala*,⁹ tratado por Djamila Ribeiro (2018); além de *racismo estrutural*, *racismo institucional*, usados por diversos autores, dentre outros conceitos. E foi um momento muito bacana, porque os intérpretes negros e brancos, os negros surdos e brancos surdos puderam refletir sobre estudos da tradução para as relações étnico-raciais e como os professores bilíngues podem pensar em uma Educação antirracista com estudantes surdos.

Vale destacar a prática docente como forma de combate ao racismo e, neste aspecto, torna-se necessário que os professores negros e não negros estejam juntos por uma Educação antirracista. Na maioria das vezes, a questão da diversidade étnico-racial e linguística dos estudantes surdos é apresentada na escola por intérpretes de Libras e por alguns docentes negros que pensam a diversidade nas salas de aula. Ao mesmo tempo, muitas vezes conseguimos perceber a alteridade nos estudantes ouvintes de tentar compreender o mundo dos surdos, a cultura surda e, ainda, a cultura negra e a cultura negra surda. É preciso aproveitar tal iniciativa.

Elaine Oliveira, em seu artigo *A Lei 10.639/2003 e a Escola de Educação Especial: um desafio a mais para a formação de professores*, salienta que alguns docentes pensam que, quando se trata de uma escola inclusiva, a questão da diversidade já está posta.

Na Escola Cinco, assim como ocorre em outras escolas, o reconhecimento de um trabalho na perspectiva da Lei 10.639/2003 não é uma unanimidade entre os profissionais. No caso dessa escola, em particular, alguns tendem a acreditar que, por se tratar de uma escola inclusiva, a questão da diversidade, da inclusão dos indivíduos já está posta, não sendo necessário um trabalho específico na perspectiva da diversidade étnico-racial. (Oliveira, 2013, p. 88)

Portanto, torna-se significativo o letramento visual no contexto étnico-racial para estudantes surdos na Educação Básica. Eu me recordo de uma experiência de estágio do IFNMG, no curso de Letras Libras, no ano de 2020 obtida na disciplina de Estágio L1, que se referia ao ensino da Libras como primeira língua para estudantes surdos. Nesse estágio,

⁸ Dororidade é um conceito cunhado por Vilma Piedade: “A dororidade nos faz olhar para as três questões juntas. Obriga a olhar para a dor que o racismo provoca, e essa dor é preta”, afirma. “Não é que a dor das pretas seja maior. Dor é dor, e ponto. Dói muito ser mulher atacada pelo machismo, e dói muito ser mulher atacada pelo racismo.”

⁹ Lugar de Fala - no livro *O que é lugar de fala?* – primeiro da Coleção Feminismos Plurais – da intelectual negra e feminista Djamila Ribeiro, ecoa o reconhecimento da multiplicidade de vozes e lança o questionamento sobre quais sujeitos têm o direito à voz em uma sociedade organizada nos princípios da branquitude, masculinidade e heterossexualidade.

ensinei alguns sinais para estudantes surdos do Ensino Fundamental referentes ao contexto étnico-racial. Utilizei o vídeo do intérprete de Libras e pesquisador Wemerson Silva. Ele possui em canal no YouTube chamado *Axé Libras*.¹⁰ Neste canal, ele ensina sinais que dialogam com as propostas das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. São sinais das religiões de matriz africana, candomblé e umbanda, além de algumas palavras de origem africana que são utilizadas no Brasil.

Ainda posso citar outras experiências vivenciadas nesse sentido. Um exemplo é o ensino dos sinais dos países africanos para estudantes surdos do Ensino Fundamental, ocorrido em uma escola inclusiva com estudantes surdos. Isso aconteceu após a minha experiência, em 2016, no curso Licenciatura em Letras Libras no IFNMG. Nesse curso realizei o estágio na disciplina de Estágio Libras como primeira Língua de instrução para surdos e como segunda Língua para estudantes ouvintes. A disciplina ocorreu no ensino remoto, na plataforma Google Meet, na pandemia. Alguns estavam no processo de aquisição da Língua e outros já haviam passado pelo processo. Alguns compreendiam o significante e o significado dos sinais do contexto étnico-racial, outros tinham dificuldade devido a não aquisição da primeira Língua (L1). Realizamos uma dinâmica *on-line* para ver a fixação dos sinais do Continente Africano e foi possível perceber que os alunos gravaram e entenderam bem os sinais.

Em 2016, atuei em uma escola que se nomeia como “escola especial”, em Belo Horizonte. A proposta da Educação Bilíngue ainda não tinha sido aprovada, mas seria pela Lei 14.19/2021 (altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para dispor sobre a modalidade bilíngue de educação bilíngue de surdos). Libras como primeira Língua de instrução e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita.

Em 2016, tal legislação ainda não tinha sido aprovada e, portanto, eu atuava com estudantes surdos como professora de Língua Portuguesa, Artes e Inglês. Eu tinha habilitação como professora de Língua Portuguesa, mas não tinha habilitação para ser professora de Artes e Inglês. Entretanto, devido à ausência de profissionais, eu atuei como professora dessas áreas e, na oportunidade, desenvolvi o projeto *Contando a História de Educação dos Surdos*, produzindo uma contação de história da Língua de Sinais por meio de desenhos de estudantes surdos, da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Era uma turma heterogênea, havia estudantes surdos idosos, mas, como o perfil do ensino da EJA vem mudando, havia também jovens

¹⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/>

surdos, além de surdos com outras deficiências e surdos que não tinham passado pelo processo de aquisição da Língua de Sinais.

Conseguimos levar os estudantes ao *Espaço do Conhecimento* da UFMG,¹¹ proporcionando, para alguns, a primeira atividade fora da escola. Foi um projeto muito interessante, que contribuiu para a construção das identidades dos estudantes surdos. A construção da identidade das pessoas surdas se dá pela Língua de Sinais e também na convivência com a comunidade surda.

Outra situação relevante aconteceu quando atuei com quatro estudantes surdos em uma turma inclusiva. Dois deles tinham surdez e deficiência intelectual e dois eram surdos sem outra deficiência. Havia um atrito entre eles: os surdos sem outra deficiência zombavam dos surdos que tinham deficiência intelectual. E, nessa situação, uma aluna surda com deficiência intelectual, que era branca, chamou outro estudante surdo, negro, de “macaco”, durante uma das discussões. Diante disso, encaminhei os dois para a coordenação, mas a escola não levava em consideração os insultos entre os estudantes surdos, parecia que não tinha importância a discussão entre eles.

O mesmo estudante, homem negro, surdo e morador de uma periferia em Belo Horizonte, relatou que uma vez foi abordado por um policial que, como tantos, não sabia Libras. O policial pensou que ele estava fugindo e, por isso, quase atirou. Os moradores da comunidade gritaram, informando sobre a surdez, evitando, assim, o assassinato de um homem negro surdo.

Esse episódio me marcou bastante. Nas muitas vezes em que trabalhei como intérprete juramentada (que atua em tribunais, presídios e audiências), e com presidiários negros e pardos, pude verificar que muitos deles estariam no sistema prisional devido ao preconceito não só racial, mas também linguístico.

Nesse sentido, podemos pensar na sobreposição de preconceitos – racial e linguístico – na perspectiva da **interseccionalidade**. De acordo com Akotirene (2019), a interseccionalidade possibilita compreendermos “a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinação de gênero, de classe e raça e as opressões estruturantes da matriz colonial moderna de onde saem” (Akotirene, 2019, p. 37-38).

Como mencionado por Brito *et al.* (2021), Rhaul Lemos de Santos é um dos primeiros autores no Brasil a refletir sua pesquisa pela lente da interseccionalidade negra surda, inferindo que não se pode ignorar que os ataques contra pessoas surdas perpassam questões de gênero, sexualidade e raça. Santos (2019) observa que “embora haja avanços em políticas que

¹¹ O *Espaço do Conhecimento* da UFMG conjuga **cultura, ciência e arte**. Sua missão não se limita à difusão do conhecimento científico, mas também à produção de diversos saberes, trabalhando no sentido de propor linguagens que combinam, inovam e fruam conteúdos.

permitiram o acesso e a crescente presença de pessoas negras na universidade, assim como de pessoas surdas, quando cruzado os marcadores, não é verificável o aumento tão expressivo de negros surdos no mesmo espaço acadêmico” (Brito *et al.*, 2021, p. 211).

De acordo com Quadros (2015), o ingresso de estudantes surdos/as nas universidades cresceu significativamente: no ano de 2002, eram 344 estudantes surdos/as na Graduação; depois da aprovação da Lei de Libras e da regulamentação do Decreto nº 5.626/2005, o número de estudantes surdos/as no Ensino Superior aumentou para 2.428 no ano de 2005; ou seja, um aumento de 705%.

O percurso metodológico da dissertação realizada por Rhaul de Lemos Santos, em 2019, intitulada *Negros/as surdos/as no Ensino Superior: mapeando os cursos de Graduação do Letras Libras*, a pesquisa utilizou-se de abordagem quantitativa, selecionando microdados do Censo do Ensino Superior no banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) referentes aos anos de 2009 a 2016, de instituições públicas de diferentes regiões. O ano de 2009 foi delimitado como recorte inicial tendo em vista que apenas a partir daquele ano foram disponibilizados dados sobre o ingresso de negros/as surdos/as nos cursos de Graduação em Letras Libras. De acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2013), *Tabela 5718 – Pessoas com deficiência auditiva, por cor ou raça e situação do domicílio*, no Brasil temos o total de 4.856. 506 de pretos surdos.

Na minha convivência com a comunidade negra e com a comunidade surda é possível perceber que a maioria dos estudantes negros surdos está na escola pública, mas poucos chegam à universidade. Atualmente, na universidade e na faculdade onde atuo eu interpretei, majoritariamente, para alunos brancos surdos e poucos estudantes negros surdos. Na Educação Básica há intérprete para homens negros surdos e poucas mulheres negras surdas.

Vale aqui destacar, na perspectiva da interseccionalidade, as mulheres negras surdas. Na Educação Básica, eu tive pouco contato, mas posso citar uma instituição onde trabalhei como educadora social. Nesse espaço, eu tive contato com duas mulheres negras surdas, uma delas me dizia que não era negra, e, sim, morena; a outra estava no processo da construção da identidade negra surda. Ambas utilizavam o cabelo alisado. Não que isso seja um problema, o problema é quando isto é imposto.

Pode-se dizer que o Feminismo Negro Surdo no Brasil é um movimento bem recente. O vídeo disponível no canal *Notícia em Movimento*, do Youtube, com Gabriela Gorgolom,¹² relata as dificuldades das mulheres negras surdas, bem como o desafio racial e linguístico. Ela cita vários exemplos de situações de violência contra a mulher que, muitas vezes, são mulheres que não conseguem denunciar por falta de intérprete de Libras.

¹² Feminismo Negro Surdo – Negabi (Gabriela Vieira). Disponível em <https://www.youtube.com/>

A partir das minhas vivências, percebo os espaços educativos escolares e não escolares como fundamentais para a constituição das identidades das mulheres negras surdas. Especialmente por terem em seus currículos a temática História e Cultura Afro-Brasileira – o que talvez possa contribuir para o conhecimento e a reflexão acerca da realidade, mas sobretudo como esta discussão impacta na vida das mulheres negras surdas.

É nesta direção que esta pesquisa propõe buscar conhecer as trajetórias escolares de mulheres negras surdas, por meio de suas escrituras sinalizadas, de modo a verificar como foram vivenciadas, trabalhadas e discutidas questões referentes às relações étnico-raciais na escola, bem como suas contribuições para a constituição identitária desses sujeitos.

3 INTERSECCIONALIDADE: RAÇA, GÊNERO E SURDEZ

Na minha convivência com a comunidade surda, certa vez, num período em que trabalhava fazendo atendimentos para esta comunidade, vivi um episódio que me chamou a atenção para a surdez e o racismo, o qual vale mencionar, como relatado na Introdução desta pesquisa: No ônibus, eu e uma colega negra surda conversávamos e, em um determinado momento da conversa, eu me afirmei como uma mulher negra. A colega, de certa forma espantada, me perguntou: “Seus pais vieram da África?”; eu respondi: “Não, por quê?”. Ela disse: “Então, por que você é negra?” Eu respondi: “Uai, meus pais são negros, minha família é negra e eu sou negra. Ela então afirmou: “Eu sou morena.”

Foi a partir dessa conversa, e de algumas reflexões, que fiquei interessada em conhecer as discussões referentes a esta questão da tripla identidade – ser mulher, ser negro/a e ser surda. E compreender melhor a interseccionalidade: gênero e raça dentro da comunidade surda.

3.1 INTERSECCIONALIDADE

No século XXI, o termo *interseccionalidade* passou a ser adotado por acadêmicas e acadêmicos, militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos locais; estudantes do Ensino Superior e docentes das áreas interdisciplinares, como estudos feministas, estudos raciais, estudos culturais, estudos da civilização estadunidense e da mídia, bem como a Sociologia, da Ciência Política, da História e de outras disciplinas tradicionais (Collins; Bilde, 2021, p. 15).

Kimberlé Crenshaw, professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, importante pesquisadora e ativista norte-americana nas áreas dos direitos civis, da teoria legal afro-americana e do feminismo, é a responsável pelo desenvolvimento teórico do conceito da *intersecção das desigualdades de gênero e de raça*. O trabalho de Crenshaw (2002) influenciou, fortemente, a elaboração da cláusula de igualdade da Constituição da África do Sul, inclusive integrando o Dossiê da *III Conferência Mundial contra o Racismo* (Durban, 2001), publicado pela Revista Estudos Feministas (n.1, 2002), sob a coordenação de Luiza Bairros, da Universidade Católica de Salvador.

Em seu artigo intitulado *Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos de Discriminação Racial Relativos ao Gênero* (2002), Crenshaw (2002) analisa a importância dos Direitos Humanos, da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em que é explicitada, em 1979, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (*Convention for the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women/CEDAW*).

A Declaração Universal também reforça o princípio da não discriminação com base na raça, já em 20 de novembro de 1963. Essa garantia foi mais bem-elaborada na Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (*International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination/CERD*)

Crenshaw (2002) relata os esforços empenhados em conferências mundiais, para a não discriminação racial, bem como da não discriminação de gênero, em especial a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001.

Outro aspecto importante tratado por Crenshaw (2002) é que mulheres negras têm mais possibilidades de vivenciar discriminações e abusos no que se refere aos Direitos Humanos do que os homens. Homens e mulheres têm formas diferentes de vivenciar os abusos em relação aos Direitos Humanos. A autora avalia como a discriminação interseccional é difícil de ser identificada em situações nas quais as forças econômicas, culturais e sociais moldam o pano de fundo, de forma a colocar mulheres em uma posição na qual acabam sendo afetadas pelo sistema de subordinação (Crenshaw, 2002, p. 6).

Na visão epistemológica de Collins (2003 *apud* Akotirene, 2019), a interseccionalidade é um sistema de opressão interligado. Quando pensamos a interseccionalidade para mulheres negras e surdas, usuárias de uma Língua minoritária e passam pelo preconceito de gênero, raça e língua, estamos dialogando com o pensamento de Collins (2003 *apud* Akotirene, 2019) e de Crenshaw (2002), que destacam as várias opressões interligadas.

Priscilla Ferreira (2018), em sua pesquisa de Mestrado, explica que, nos EUA, utilizam-se as palavras *Black Deaf* (negro surdo), “porque, primeiramente, o sujeito era visto como negro e, segundo, como ser surdo [...]” (Ferreira, 2018, p. 40), e que, no Brasil, optou-se pela expressão Negro Surdo, uma vez que a sociedade percebe uma pessoa, primeiramente, pela raça e depois pela surdez. É possível perceber que existe dupla opressão, por ser negro e por ser surdo.

Crenshaw (2002, p. 7), no seu artigo *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*, faz uma reflexão acerca de raça e gênero por meio de uma situação que aconteceu com ela no primeiro período na Faculdade de Direito, na qual ela e um amigo foram abordados por um homem negro que também era estudante. Este homem disse que eles não poderiam entrar pela porta da frente. O colega logo retrucou: “Se não podemos entrar pela porta da frente, não vamos entrar, não vamos aceitar qualquer tipo de discriminação racial.” O colega esclareceu que não era por uma questão de discriminação racial e, sim, por uma questão de gênero. Mulheres não poderiam entrar pela porta da frente. A partir disso, Crenshaw (2002) faz uma análise da questão de gênero, tendo em vista que, no referido momento, aconteceu uma solidariedade no que diz respeito à questão racial, mas não houve uma solidariedade na questão de gênero. De acordo com a autora:

A questão é reconhecer que as experiências das mulheres negras não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ambas as categorias precisam ser ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade que as mulheres negras enfrentam. (Crenshaw, 2002, p. 8)

Akotirene (2019, p. 45-46), em seu livro *Interseccionalidade*, faz uma discussão que busca analisar o capacitismo como problema do feminismo negro. Avalia que as feministas negras ignoram, cada vez mais, as mulheres que vivem em condição de marca física ou gerada pelos trânsitos de opressões modernas coloniais, ou seja, sofrendo racismo por serem negras e por serem pessoas com deficiência.

Conforme Akotirene (2019) relata, ainda, não haver hierarquia de opressão, já que as identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade está relacionada com o que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidade (2019, p. 46).

As narrativas dos sujeitos surdos são realizadas por produções imagéticas, pois o registro da Língua de Sinais é distinto do registro oral. Cabe destacar que as narrativas das mulheres negras surdas já existem, mas não estão registradas.

Quanto a isso, cabe mencionar o fato de os sinais na Libras terem sido registrados a partir da tecnologia e a criação do *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a Libras em suas mãos*, de Fernando César Capovilla e colaboradores (2017), considerada a primeira obra lexicográfica trilingue no Brasil (Capovilla *et al.*, 2017).

Desse modo, mulheres negras surdas, brancos surdos, surdos LGBTQIAP+, surdos indígenas, durante muito tempo, não tinham a oportunidade de expressar a opressão racial e

linguística, devido à falta de acesso ao intérprete de Libras e à falta de tecnologias assistivas para auxiliar na comunicação com pessoas ouvintes. O *Dicionário da Língua de Sinais do Brasil* foi um avanço, mas ainda assim, por ser um livro físico, impunha dificuldade no uso pelos estudantes surdos, por se tratar de um livro pesado, constituído de três volumes.

As tecnologias assistivas auxiliaram na comunicação de pessoas surdas e pessoas com outras deficiências. Para a comunidade surda foi muito importante, em função da possibilidade de acessibilidade comunicacional em hospitais, delegacias, dentre outros espaços. Com o acesso às tecnologias assistivas, ficou mais fácil denunciar as opressões linguísticas, raciais, as situações de abuso sexual, dentre outros aspectos.

Brito *et al.* (2021) chama a atenção para o (não) lugar da mulher negra surda nas pautas e lutas reivindicatórias de direitos, tanto no movimento de mulheres negras no Brasil, quanto nos movimentos surdos. As pautas das mulheres negras surdas vêm sendo discutidas recentemente, por parte do movimento negro ouvinte e pela comunidade surda. Brito *et al.* (2021) destaca que:

(...) precisamos deixar nítido que reconhecemos certo privilégio linguístico que mulheres negras ouvintes têm em detrimento às mulheres negras surdas, já que usam uma língua hegemônica, a língua oral, contudo, as vivências atravessadas pela marca de gênero perpassam por pontos nevrálgicos que aliam as subjetividades de muitas outras mulheres negras, não negras, surdas, LGBTQIA+. (Brito *et al.*, 2021, p. 211)

Brito *et al.* (2021) considera, ainda, que não é possível pensar nas mulheres surdas negras sem pensar na estrutura,¹³ ou seja, nas questões relacionadas a gênero, raça, classe, heteronormatividade e deficiência.

Ainda de acordo com Akotirene (2019, p. 19), a interseccionalidade nos permite compreender a colisão de estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar as mulheres negras, já que reproduz o racismo.

Portanto, a interseccionalidade, no que se refere às mulheres negras surdas, está relacionada com as relações de poder referente ao *ouvintismo* – termo utilizado por Skliar para explicar a opressão de pessoas ouvintes sobre pessoas surdas, não reconhecendo a Língua de Sinais como forma de ver e entender o mundo, impondo, assim, um mundo narrado e explicado pela oralidade (Skliar, 1999). Sobre a relação de poder entre brancos surdos e negros surdos, e brancos ouvintes, Crenshaw (2002) afirma que:

¹³ É preciso pensar nas estruturas. Na minha vivência com professores no Ensino Superior tive apenas um professor negro surdo. Não tive nenhum contato com mulheres negras surdas atuando como docente na universidade, tanto em instituições públicas, quanto em particulares.

Os exemplos mais conhecidos de opressão interseccional são geralmente os mais trágicos: a violência contra as mulheres baseada na raça ou na etnia. Essa violência pode ser concebida como uma subordinação interseccional intencional, já que o racismo e o sexismo manifestados em tais violações refletem um enquadramento racial ou étnico das mulheres, a fim de concretizar uma violação explícita de gênero. (Crenshaw, 2002, p. 172)

O feminismo não falha somente em contemplar de maneira desigual mulheres negras e reproduzir racismo, mas, muitas vezes, o feminismo é também capacitista, ao não contemplar mulheres com deficiência. Esta pesquisa faz a defesa de que mulheres negras com deficiência e mulheres surdas precisam ter o seu lugar de fala e, com isso, aposta no registro de suas escrevivências. Os registros em Língua de Sinais podem contribuir para as discussões das políticas afirmativas interseccionais.

3.2 POLÍTICAS AFIRMATIVAS INTERSECCIONAIS: O MOVIMENTO NEGRO E O MOVIMENTO SURDO

O racismo ainda é um fator de exclusão no processo educacional institucional e compromete o direito humano de várias crianças, adolescentes e adultos. Os estudantes negros e negras ainda passam pelo processo de não serem escolhidos e acolhidos por seus educadores, persistindo um processo de exclusão. Segundo Pinheiro (2023):

Crenças racistas fazem com que mulheres e homens negros não recebam carinho, ou porque a sociedade acha que não precisam ou porque verificam o carinho para baixo da cabeça e não conseguem acariciar o cabelo *black*, *dreadado* ou trançado. (Pinheiro, 2023, p. 81)

Como afirma Gomes (2012, p. 105), “a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa.” É preciso debater sobre o assunto nas escolas, evitando, assim, o silenciamento diante das situações de racismo. A autora destaca que é quando as crianças chegam no ambiente escolar que passam a ter os primeiros contatos com as diferenças. Ou seja, infelizmente, é nas creches e/ou nas escolas de Educação Infantil que as crianças têm o primeiro contato com o racismo.

A construção da identidade das crianças, em geral, se dá pela observação do ambiente em que estão inseridas. Diante disso, durante muito tempo, as crianças negras não se viam representadas na literatura infantojuvenil, nas artes, nos brinquedos ou na televisão. Este,

entre tantos outros fatores que mobilizaram e ainda mobilizam o movimento negro¹⁴ na luta por uma reparação histórica e pelo combate ao racismo, fomentou a conquista de algumas políticas de ações afirmativas.

É nesse cenário que, a partir de 2003, ainda muito sob a influência das deliberações da Conferência de Durban¹⁵ (ocorrida na cidade de Durban, na África do Sul, no ano de 2001), foram implementadas políticas as quais, em interface com as políticas de inclusão, colaboraram para a pauta da igualdade racial por meio da promulgação da Lei 10.639/2003.

Esta Lei estabelece a obrigatoriedade do estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. Incluir estes conteúdos nos currículos, atendendo aos anseios do movimento negro, é uma forma de romper com o silenciamento, abrindo um caminho para uma educação antirracista.

Como relata Gomes (2012):

A introdução da Lei 10.639 – não mais como disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural, política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar estes rituais pedagógicos a favor da discriminação racial. (Gomes, 2012, p.105)

Após o reconhecimento da Lei 10.639/2003, contamos com a promulgação da Lei 11.645/2008, a qual aborda a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena no currículo da Educação Básica. E, uma década depois, registramos um grande avanço nas políticas de ações afirmativas com a promulgação da Lei de Cotas – Lei 12.711/2012 –, que reserva 50% das vagas nas Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a alguns grupos minoritários, entre eles, as pessoas negras.

A demanda da população afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à Educação, passou a ser especialmente apoiada, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/1996 –, configurando-se como uma ação afirmativa curricular.

Trata-se de um marco indutor de políticas educacionais e estratégias pedagógicas para a superação das desigualdades educacionais presentes na educação escolar brasileira, que se sustentaram até o século XX, quando prevaleceram preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, além de palavras e atitudes que expressam sentimentos

¹⁴ Refere-se aqui ao conjunto de movimentos no Brasil realizados por pessoas que lutam contra o racismo e por direitos desde o período da escravidão.

¹⁵ A Conferência de Durban ou Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância foi promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul.

de superioridade dos brancos em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual. Pode-se dizer que a escola pública brasileira transformou diferenças em desigualdades, expressas nos indicadores que comparam a trajetória escolar de negros e brancos no acesso, permanência e conclusão da Educação Básica.¹⁶

A implementação da Lei 10.639/2003 desafiou e desafia cotidianamente as escolas brasileiras a criarem condições para que os estudantes afrodescendentes não sejam velada ou explicitamente ofendidos por apelidos depreciativos, brincadeiras de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, a cor da sua pele. Mais do que isso, advoga a valorização, respeito e divulgação dos processos históricos vividos pelos africanos escravizados no Brasil, seus descendentes e suas inúmeras formas de resistência e lutas, e espera contribuir para que se possa discutir na escola as questões que dizem respeito à comunidade negra e, acima de tudo, para que os estudantes afrodescendentes não sejam desencorajados de prosseguir os estudos.

Para a efetivação destes marcos normativos – Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 –, torna-se necessário investimento na formação de professores, em material didático e na discussão de currículos. De acordo com Theodoro (2008):

A Lei 10.639 [...] é um instrumento importante no sentido da valorização do negro e de sua contribuição para a história e a cultura brasileira. Seu cumprimento, entretanto, depende também da ação do poder Executivo, fiscalizando as mudanças nos currículos escolares e atuando no aperfeiçoamento dos professores, de forma a estabelecer um novo perfil para o estudo da nossa história. (Theodoro, 2008, p. 171)

É importante pensar no processo sócio-histórico da população surda para a compreensão dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira, sobretudo no que se refere à falta de acesso às discussões e produções neste campo.

Em 2010, foi aprovada a Lei 12.319, a qual regulamenta a profissão do tradutor/intérprete de Libras. Tal fato favoreceu a acessibilidade para a população surda, tendo em vista maior possibilidade de mediação para o contato com discussões acadêmicas e conhecimentos sobre o empoderamento da população negra.

¹⁶ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto os pretos e pardos representam 56% da nossa população, a proporção deste grupo entre todos os brasileiros abaixo da linha de pobreza é de 71%, já a fração de brancos é de 27%. Quando olhamos os números de extrema pobreza, a discrepância quase triplica: 73% são negros e 25% brancos. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

Em 2019, o projeto ÈDÈ LAMÍ – UESB realizou a tradução em Libras dos marcos normativos – Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 – que se referem à inclusão do conteúdo de história e cultura afro-brasileira, e indígena.

As pesquisas referentes às questões étnico-raciais e aos marcos normativos relativos à história e cultura afro-brasileira e como se pensa a aplicação das legislações, a construção das identidades negras surdas, são recentes. Durante muito tempo, permaneceram raras as pesquisas no campo dos estudos surdos na perspectiva étnico-racial (Ferreira, 2018; Buzar, 2012). Estas vêm ganhando volume devido a várias discussões dentro do movimento surdo negro.

Pensar no processo de aquisição de linguagem das crianças negras surdas requer pensar o letramento visual e racial, o que pode ser fomentado por um letramento visual antirracista na Educação Básica.

Oliveira (2013) relata uma experiência em uma escola especial com estudantes surdos, destacando que algumas partem do pressuposto de que, quando se trata de uma escola inclusiva, a questão da diversidade já está posta, não sendo necessário o trabalho acerca das relações étnico-raciais. Fato que não se confirma de modo geral na prática.

A Educação Especial, durante muito tempo, foi pensada na perspectiva da segregação. Mediante os eventos internacionais e o marco normativo, Kuhnen (2017) faz um resgate histórico da política da Educação Inclusiva. Demonstra duas perspectivas, a *inclusivista* e a *integracionista*.

A chamada perspectiva inclusiva passou a ser largamente divulgada nos anos 2000, mediante eventos internacionais como a Convenção de Guatemala (2001) e a Convenção de Nova Iorque (2006). No Brasil, foi amplamente difundida a construção de um sistema nacional inclusivo (...), como uma suposta nova perspectiva consolidando-se como concepção hegemônica. Entretanto, temos desde a década de 1970, nas políticas de Educação Especial, uma estratégia de inserção social dos sujeitos com deficiência, primeiro numa versão integracionista e depois numa versão *inclusivista*. Agora, a perspectiva de inserção social constitui uma estratégia mais globalizada, sistêmica, multissetorial e relacionada às políticas de assistência social, educação e saúde. (Kuhnen, 2017, p. 338)

Os marcos normativos estão em interface com a política de inclusão. Por isso, passo a abordar a temática sobre a Educação dos surdos. Os sujeitos surdos, durante muito tempo, foram tratados como sujeitos incapazes e não reconhecidos como cidadãos de direito. A população ouvinte compreendia a surdez como doença que necessitava de algum tratamento.

Quadros e Perlin (2007), em *Estudos surdos II*, destacam que o sujeito surdo era tratado como um ser “doente” ou “anormal” e “defeituoso” (*apud* Lane, 1996, p. 479), a partir

de uma perspectiva medicalizada (compreender o surdo como portador de anomalia orgânica a ser corrigida) e ouvintista (compreender o ouvinte como um ser superior ao surdo), desconsiderando sua forma de comunicação específica – sinalizada.

O Brasil se tornou um país com uma unidade linguística, por meio de repetidas violências físicas e simbólicas contra os falantes de línguas minoritárias. Podemos observar este processo nas línguas indígenas, africanas e também nas línguas de sinais. Durante séculos, seus usuários tiveram o seu direito linguístico privado.

Um fator agravante foi a influência mundial do resultado das discussões do Congresso de Milão, realizado em 1880, na Itália, quando foram votadas políticas determinando a extinção do uso de sinais, causando grande impacto na vida dos sujeitos surdos e considerando desviantes os usuários dessa língua visual espacial.

Wrigley (1996, p. 71) explica que a política ouvintista prevaleceu dentro de um modelo clínico e demonstra táticas de atitude reparadora e corretiva da surdez, considerando-a defeito ou doença, sendo necessário tratamento para “normalizá-la”. Muitos surdos se submeteram à imposição da língua oral, passando pelo processo de oralização (treino intenso da fala e da leitura labial).

No Brasil, por décadas, a educação dos surdos foi focada no uso da língua oral e na escrita do Português. Há, hoje, avanços neste sentido, fruto dos movimentos sociais organizados pelos surdos para lutar contra as práticas ouvintistas e para a afirmação da sua língua. Defendiam pautas voltadas para o direito linguístico e, consequentemente, reivindicavam uma educação que atendesse a essa condição e, assim, os permitisse o acesso à aprendizagem. Skliar (1997, p. 69) destaca que “o movimento surdo é responsável direto pelo novo impasse na vida do surdo contra a coesão ouvinte, pelo sentir-se surdo: em resumo, é o local de gestão política da identidade surda.”

A organização dos coletivos surdos brasileiros constituiu mobilizações, cursos de formação, associações locais e federação nacional, culminando no Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, localizado no Rio de Janeiro. O INES foi criado em meados do século XIX, por iniciativa de surdo francês Eduard Huet.

Foi somente no século XXI, em 2002, que a comunidade surda conquistou a Lei 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais – Libras – como meio de comunicação. A partir deste Decreto, foram alcançadas algumas políticas afirmativas e assegurado o direito linguístico nos espaços educacionais, jurídicos e culturais.

Baalbaki (2010) ressalta que os textos da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005 estão organizados em dois blocos: o primeiro refere-se ao entendimento da Libras como sistema de comunicação entre pares; o segundo ao lugar da Língua Portuguesa na modalidade escrita para os sujeitos surdos. Considerar a Libras como meio de comunicação entre os seus pares é dizer que somente os surdos podem utilizar a Língua Brasileira de Sinais. A autora acrescenta:

O termo “meio” parece remeter a sentidos como “recurso”, “dispositivo”, “estratégia”, “instrumento” que permite a comunicação, mas nega-lhe a amplitude conceitual do que se designa como “língua”, facultando sua redução a um código e, por conseguinte, promovendo o apagamento de sua historicidade. (Baalbaki, 2010, p. 143)

Outros avanços que se desdobram deste marco normativo é a acessibilidade comunicacional na esfera jurídica, na Saúde, na Educação Básica e no Ensino Superior, apesar de vários desafios para que a política linguística para a população surda seja implementada de forma satisfatória para o público surdo.

Podemos citar, por exemplo, a atuação do intérprete juramentado (a tradução juramentada é a tradução feita por um profissional devidamente credenciado como tradutor público) e o direito ao voto, pois, após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), foi proporcionada acessibilidade por meio da janela de Libras, permitindo acesso às propostas dos candidatos a cargos públicos.

No ano de 2017, os estudantes surdos tiveram acesso a uma política afirmativa que lhes garantiu a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em videolibras (apoio de um vídeo que apresenta as questões traduzidas para a Libras), possibilitando a inscrição de 1.897 surdos no exame.

Algumas escolas que estão no processo de inclusão dos estudantes surdos ainda utilizam um projeto político pedagógico na perspectiva monolíngue, ou seja, da utilização do Português como idioma majoritário. Deste modo, há uma perda cultural e linguística entre estudantes surdos e ouvintes, mas, principalmente, para estudantes surdos, por serem usuários de um idioma minoritário e não letrados na Língua Portuguesa normativa. Cabe acrescentar que muitas vezes o não letramento é confundido com falta de intelectualidade.

Em Belo Horizonte, algumas escolas possuem uma política educacional bilíngue, em que o ensino da Libras e da Língua Portuguesa ocorre simultaneamente. Outras escolas inclusivas possuem uma política do ensino da Libras para alunos e educadores ouvintes. Entretanto, podemos dizer que a maioria das escolas não possui um projeto político

pedagógico bilíngue, menosprezando, assim, a Língua de Sinais, e tratando os sujeitos surdos como deficientes e, não, como usuários de uma outra Língua.

Em Minas Gerais, foram aprovadas algumas políticas educacionais e sociais para os sujeitos surdos. Em 2017, foi aprovada a Lei 10.379, indicando ser necessário um profissional que saiba Libras ou um intérprete nos órgãos públicos. Em 2018, foi implementado o curso técnico para futuros profissionais intérpretes de Libras em Divinópolis,¹⁷ entre outros municípios, para sanar a ausência de profissionais intérpretes na Rede Estadual de Ensino.

Quanto ao Plano Nacional de Educação (PNE), que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024, devemos mencionar a Meta 4.7 – “Braille e Educação bilíngue Libras/Língua Portuguesa, política linguística de educação bilíngue”, a qual diz respeito a garantir a oferta de educação bilíngue – Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira Língua e a modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda Língua – aos alunos surdos e com deficiência auditiva, de 0 a 17 anos, em escolas e classes bilíngues inclusivas (BRASIL, 2014).

Mas percebe-se que a política educacional bilíngue ainda é pautada na inserção de um profissional intérprete como facilitador de comunicação entre surdos e ouvintes. Torna-se necessário que as escolas organizem um projeto político pedagógico bilíngue, em que a Libras (língua 1) seja ensinada simultaneamente com o Português (língua 2), para que ocorra uma inclusão linguística a partir de classes, de fato, bilíngues.

Apesar disso, podemos dizer que, nas últimas décadas, a comunidade surda alcançou políticas afirmativas no campo linguístico e, nesse sentido, percebeu-se a necessidade de avançar e de subdividir as pautas devido às especificidades de cada sujeito. Segundo Skliar (1999, p. 14), “seria um equívoco conceber os surdos como um grupo homogêneo, uniforme, dentro do qual sempre se estabelecem sólidos processos de identificação.”

Strobel (2008) destaca que o povo surdo poderia ser “surdos de zonas rurais, os surdos índios, as mulheres surdas, os surdos sinalizados, os surdos oralizados, os surdos com implante coclear,¹⁸ os surdos *gays* e outros” (p. 32). Os surdos que vivem em comunidades rurais, por exemplo, muitas vezes passam pelo processo diaspórico; ou seja, surdos filhos de pais ouvintes, na infância, migram para as capitais do seu estado em busca de “tratamento”, em busca de pares linguísticos, em busca de seus semelhantes.

¹⁷

Disponível

em

<https://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/9573-escola-estadual-em-divinopolis-inicia-curso-tecnico-de-traducao-e-interpretacao-de-libras>

¹⁸ Dispositivo médico eletrônico que funciona transformando sons em estímulos elétricos que são enviados diretamente ao nervo auditivo, substituindo parcialmente as células danificadas da cóclea.

O movimento surdo contemporâneo, então, abriu-se para a discussão do reconhecimento das diferenças: Surdos *Gays*, Surdos Trans, Surdos Indígenas, Surdas Lésbicas, Negros Surdos. E esta diversidade constitui o conjunto de estudantes surdos que frequentam as escolas tendo como assegurado o direito à sua Língua e sua cultura na construção de sua identidade, e no acesso aos conteúdos oferecidos a todos. Fazem parte destes conteúdos, no que se refere à Educação Básica, a História e a Cultura Afro-brasileira, de modo a se conhecer a contribuição do negro para a História brasileira, o que pode, inclusive, contribuir para uma Educação antirracista e para a construção da identidade dos estudantes negros, entre eles, os que são negros e surdos.

3.3 FEMINISMO NEGRO E FEMINISMO NEGRO SURDO

É possível destacar a intersecção entre o feminismo negro e o feminismo negro surdo ao considerar que muitas meninas negras tiveram acesso tardio à Educação Básica, e mulheres negras ao Ensino Superior. Entretanto, mulheres negras ouvintes tiveram mais acesso que as mulheres negras surdas por serem usuárias de uma Língua que não é minoritária.

Mas é preciso verificar quais são os educadores que tiveram acesso ao Ensino Superior. Minha avó, Maria Antônia, por exemplo, atuou como professora na Educação Básica numa época em que as professoras precisavam ter apenas o Ensino Médio completo para lecionar. Ela era a única professora negra da cidade e conta sobre o racismo sofrido em uma escola comandada por freiras, quando um padre jogou farinha na sua cara e disse que era para ver se ela ficava branca. Conta, ainda, que nas aulas de Francês as estudantes a chamavam de *noir*, que significa preto na Língua Portuguesa.

É necessário destacar que no feminismo negro e no feminismo negro surdo, bem como no acesso à Educação Básica e ao Ensino Superior, envolve a dupla discriminação de mulheres negras ouvintes e a tripla discriminação no caso de mulheres negras surdas. Mesmo após duas décadas da promulgação da Lei 10.639/2003 e após uma década da Lei de Cotas, 12.711/2012, algumas universidades ainda são resistentes em divulgar essa última nos editais das Graduações e Pós-Graduações, dificultando, assim, o acesso da população negra à universidade pública.

A escritora Conceição Evaristo faz uma reflexão acerca do feminismo negro, autoria negra e o corpomulher-negra em vivência e escrivência, que vale citar:

Ele tem uma autoria, um sujeito, homem ou mulher, que com uma “subjetividade” própria vai construindo a sua escrita, vai “inventando,

criando” o ponto de vista do texto. Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um “corpomulher-negra em vivência” e que por ser esse “o meu corpo, e não outro”, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém, há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. Do mesmo modo, penso a nossa condição de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Sim, há uma condição que nos une, a de gênero. Há, entretanto, uma outra condição para ambas, o pertencimento racial, que coloca as mulheres brancas em um lugar de superioridade – às vezes, só simbolicamente, reconheço – frente às outras mulheres, não brancas. E desse lugar, muitas vezes, a mulher branca pode se transformar em opressora, tanto quanto o homem branco. Historicamente, no Brasil, as experiências das mulheres negras se assemelham muito mais às experiências de mulheres indígenas. E, então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influenciou e influencia em minha subjetividade. (Evaristo, 2009, p. 18)

Com base nestas reflexões, a autora nos faz compreender a escrevivência como uma forma de resistir às opressões da branquitude, de demonstrar, pelas memórias e vivências, as marcas do racismo e a dupla opressão presente no fato de ser mulher e negra. Ao mesmo tempo, podemos compreender a escrevivência como *sankofa*. O conceito *sankofa* vem de um provérbio ganês (*Se wo were fi na wasankofa a yenkyi*) e traduz-se como “não é tabu voltar para trás e recuperar o que se perdeu (ou esqueceu).”

A proposta desta pesquisa é retornar ao passado das mulheres negras surdas para ressignificar o presente, trazendo as discussões interseccionais de gênero, raça e comunidade surda. E procurar construir um futuro para o movimento negro surdo e para o feminismo negro surdo, em diálogo com a Educação numa perspectiva antirracista.

Retomando as afirmações de Akotirene (2019):

O feminismo negro dialoga concomitantemente entre/com as encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo. O letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, *gays*, bissexuais e transexuais (LGBT), pessoas deficientes, indígenas, religiosos do Candomblé e trabalhadoras. Visto isto, não podemos mais ignorar o padrão global basilar e administrador de todas as opressões contra mulheres, construídas heterogeneamente nestes grupos, vítimas das colisões múltiplas do capacitismo, terrorismo religioso, cisheteropatriarcado e imperialismo. (Akotirene, 2019, p. 23)

Por mais que a maioria do público docente na Educação Básica seja feminino, as mulheres negras estiveram mais presentes na educação não formal.¹⁹

Minha avó, Maria Rosa, atualmente com 103 anos, foi parteira e benzedeira e, ainda hoje, possui um saber tradicional que não é reconhecido por uma grande parte da sociedade. Ela avó trabalhou na casa de pessoas brancas, a troco de comida e casa, e isso dialoga muito com as questões do feminismo negro e Mulherismo Afrikana. Ou seja, enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao trabalho e contra o sexismo, mulheres negras estavam lutando pela liberdade e contra o racismo, a escravidão. Souza (2019), na introdução do livro *Mulherismo Africana*, de Clenora Hudson-Weems (2016), apresenta o conceito de Mulherismo Afrikana.²⁰

O Mulherismo Afrikana é um paradigma cunhado por Clenora Hudson Weems no final da década de 1980, após analisar as movimentações de ativistas negras, que se encontravam em diferentes movimentos de mulheres, e que possuíam inerentes preocupações relacionadas à raça. Motivadas pelo mesmo propósito, atuavam involuntariamente em simbiose pela causa em diferentes territórios. Esse fenômeno Weems cunhou com a terminologia de Mulherismo Afrikana, criando então um paradigma que reestabelecesse memória e o legado das Mulheres Afrikanas no mundo. (Souza, 2019, p. 4)

Com relação às mulheres surdas, no que se refere ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), durante muito tempo, meninos realizavam atividades intelectuais e meninas ficavam focadas no trabalho doméstico. Com o passar dos anos, mulheres negras ouvintes e mulheres negras surdas foram conquistando o seu espaço. Mas, ainda assim, conforme relatado anteriormente, o feminismo continua reproduzindo racismo e capacitismo.

O atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi a primeira instituição brasileira a se dedicar ao ensino formal de pessoas surdas. Fundado em 1856, na cidade do Rio de Janeiro, era chamado de Colégio Nacional para Surdos Mudos de Ambos os Sexos. Embora o Colégio Nacional pretendesse educar tanto meninos quanto meninas surdas, como o próprio nome sugere, a Lei Geral sobre a Instrução Primária, de 1827, restringia o ensino das meninas apenas aos afazeres de casa sem nenhum embasamento pedagógico. O meio pelo qual foi possível driblar essa Lei foi a nomeação da esposa do diretor Eduard Huet, responsável pela instrução das meninas surdas. (Witchs, 2017, s./p.)

¹⁹ De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Semesp, 22,6% de professores se declararam negros ou pardos nas instituições de Ensino Superior privadas do país, em 2020. Na Rede pública, o percentual é de 24,7%. A percepção de professores entrevistados é a de que, em suas instituições, esse percentual é mais baixo.

²⁰ Este texto utiliza o “k” em vez do “C” em África, porque a palavra kemetic (antiga egípcia) “af rui ka”, é a raiz etimológica da palavra África, que significa “local de nascimento”.

Alguns anos depois, em 1884, o novo diretor, Tobias Leite, sob a alegação de que, se a instituição trabalhasse com ambos os sexos haveria promiscuidade, proibiu a matrícula de meninas surdas (Klein; Formozo, 2008). As que já estavam matriculadas permaneceram até a primeira menstruação e seriam devolvidas às suas famílias ou para abrigos (Witchs, 2017). Dessa forma, aos poucos, o colégio voltaria a ser exclusivamente voltado ao público masculino. Para o diretor Tobias Leite, as meninas surdas poderiam ser educadas em casa, porque diferentemente dos meninos surdos, elas não causariam problemas à família, pois não se envolveriam com vícios. Por outro lado, aprenderiam, com os exemplos de outras mulheres da casa, a serem contidas e comedidas como deveriam ser.

Somente em 1932, no Governo Vargas, depois de uma enorme pressão de um grupo feminista chamado Aliança Nacional das Mulheres (Rocha *apud* Witchs, 2017), meninas surdas puderam, novamente, ser matriculadas no INES. No entanto, dessa vez, houve algumas restrições: funcionava em sistema apenas de externato, o que excluía o acesso das surdas residentes no interior do país, e apenas eram oferecidas oficinas de costura e bordado. Percebemos, assim, que o acesso à escola não garantia uma educação com equidade de gênero, mas a reprodução do sistema machista, mais uma vez perpetuado.

A primeira Instituição de Educação específica para meninas surdas foi o Instituto Santa Terezinha, fundado em 1929, pelas freiras Madre Luísa dos Anjos, Maria S. João, Magdalena da Cruz e Suzana Maria, que se especializaram na França e vieram se instalar em São Paulo. As meninas surdas de todo o país podiam ser matriculadas em regime de internato ou externato e lhes eram ensinadas a oralização, alfabetização e disciplinas do currículo de ensino primário de escolas regulares (Teixeira, 2008). Ainda de acordo com Teixeira (2008), o ofício de transformar, por meio das práticas educativas, os alunos surdos em pessoas “úteis” à sociedade ficaria sob a responsabilidade das missionárias do Instituto.

Os momentos de lazer das meninas eram com aulas de dança e artesanato (Teixeira, 2008). Novamente, vemos que o acesso a uma escola, mesmo que só para meninas, não garantia uma Educação libertadora, mas a manutenção do papel social da mulher feita para casar e cuidar de seu lar.

Atualmente, as lideranças do movimento surdo são representadas por mulheres. Klein e Formozo (2008) atribuem esse protagonismo das mulheres surdas a maior inserção delas no Ensino Superior e, por consequência, à docência. Assim, a influência no movimento surdo vem das escolas, pois para a comunidade, esta funciona mais como um local de organização política do que um lugar para aprender.

A escola sempre será um espaço de encontro surdo, pois, além de ser ela a primeira instituição onde muitos têm a chance de conviver e de se autoidentificarem com outros surdos, é também um espaço de convivência acima de qualquer suspeita. Ninguém duvida das “coisas boas” que devem ser aprendidas na escola, mas muitos podem duvidar do que é feito e aprendido em um espaço não escolarizado de encontros surdos. (Veiga-Neto; Lopes, 2007, p. 957)

A escola tem se tornado um espaço de formação para a comunidade surda: surdos, professores, intérpretes de Libras e os demais profissionais que atuam com estudantes surdos. Em Minas Gerais, há o Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez, que promove formações para professores e estudantes surdos, como, por exemplo, o curso de Português como segunda Língua, Matemática, formação para o aprimoramento dos profissionais intérpretes de Libras/LP). A escola e os ambientes esportivos são locais de organização política do movimento surdo, de reuniões para se pensar políticas bilíngues, a inclusão social e as políticas afirmativas para a população surda. Conforme Santos (2009):

As lutas desse povo e os encontros de líderes acontecem mais no âmbito escolar, suas reivindicações estão sendo feitas nas escolas, em palestras, nas divulgações via Internet e na mídia, estão se utilizando desses mecanismos e se inserindo no mundo ao qual pertencem. Logo, foi visível que não é só na associação que se encontram, até mesmo porque hoje as pessoas estão mais em movimento, ou seja, sem muito tempo. (Santos, 2009, p. 3)

Na minha trajetória com a comunidade surda, pude perceber que as ONGs e Associações têm poucos representantes negros. Podemos observar a presença de mulheres, mas, no que se refere às mulheres negras surdas, poucas estão nos espaços de poder dentro da comunidade surda. Algo que sugere a tripla discriminação presente na condição de mulheres negras surdas.

Benevides *et al.* (2020) destacam:

As pessoas surdas também encaram a discriminação de formas diversas em sua experiência de vida. A interseccionalidade revela que, por exemplo, uma mulher surda e negra pode enfrentar discriminações diferentes de uma mulher surda e branca, assim como uma pessoa surda e homoafetiva vivencia preconceitos diferentes de uma pessoa surda e heterossexual/heteronormativa. Todas essas experiências são influenciadas pelas comunidades que fazem parte, incluindo a comunidade escolar. (Benevides *et al.*, 2020, p. 46)

Na minha experiência enquanto professora em uma escola de Educação Especial, que hoje está no processo de se tornar bilíngue (oferecendo Libras como primeira Língua de

instrução e a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita para estudantes surdos), eu percebi a presença de mulheres brancas surdas, mas não de mulheres negras surdas como docentes.

Nos últimos anos, vêm aparecendo reflexões sobre o feminismo negro surdo, a construção das identidades e discussões interseccionais.²¹ Além disso, a produção de conteúdo com acessibilidade e a formação de intérpretes de Libras que conseguem fazer a interpretação Libras/Português fazem também ecoar vozes surdas por meio de sinais afrocentrados, e auxiliar na construção das identidades das mulheres negras surdas, até então apagadas e/ou silenciadas.

A consciência racial crítica na Língua de Sinais e na comunidade surda vem acontecendo devido ao movimento social negro surdo e aos espaços formativos que discutem o racismo e o antirracismo na Libras. Mas ainda assim é preciso combater a alienação racial dentro da própria comunidade surda.

Neste sentido, a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos escolares e a construção de um sinalário (conjunto de expressões que compõe o léxico) capazes de responder a tais demandas podem contribuir para que os surdos negros e toda a comunidade surda se familiarizem como um semelhante identitário, cultural e linguístico (Ferreira, 2018), contribuindo para uma inclusão racial e linguística para os estudantes surdos negros e para estudantes surdos.

É importante observar a construção de significantes novos na Libras, tais como: dororidade, empoderamento, Améfrica Ladina – termo utilizado pela pensadora Lélia Gonzalez,²² de modo a avançar na formação para as relações étnico-raciais, e tornar este debate acessível para os estudantes surdos e, principalmente, os estudantes surdos negros.

Os conteúdos referentes à Lei 10.639/2003 são trabalhados nas escolas bilíngues ou especiais, mas ainda na perspectiva do negro escravizado; que a heteroidentificação e autodeclaração com estudantes negros surdos ainda não foi trabalhada. Sales (2022) faz uma breve conceituação do que seria a *heteroidentificação*.

A heteroidentificação é exatamente a leitura que o outro ou que terceiros fazem sobre nós. Ela não define como nos sentimos. A forma que eu me vejo está relacionada com a autodeclaração, mas a maneira que os outros me

²¹ Gabriela Vieira, conhecida como Negabi, dividiu o palco com Black Alien. O Manos e Minas também recebem, direto do Paraná, Negabi, poetiza surda. Disponível em <https://www.youtube.com/>

²² Lélia formulou a ideia de uma América africana ou Amefricana (Gonzalez, 1984; 1988), baseada na concepção de que uma das singularidades do Continente residia, em grande parte, na participação africana na sua formação cultural e social – e não na reiterada evocação de uma latinidade.

enxergam é exterior a minha identidade, subjetividade, experiência vivida.
(Sales, 2022, p. 200)

Os estudos das categorias de classificação por cor ou raça se intensificaram substancialmente no final dos anos 1990 e, principalmente, nos anos 2000, após a realização da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, quando foi adotada a “Declaração e o Programa de Ação de Durban”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usa *preto* como classificação de cor ou raça nas pesquisas de Censo Demográfico desde 1872, conforme Nota Técnica sobre o *Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE*. Estudos específicos do IBGE, iniciados em 1976, com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tiveram continuidade com as perguntas acrescentadas à Pesquisa Mensal de Emprego - PME, em julho de 1998, e foram significativamente ampliados com a realização da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População, em 2008, e a publicação do volume contendo as tabelas de resultados, em 2013. No âmbito do Instituto, a presente publicação significa mais um passo no sentido de saldar a dívida histórica que ainda se tem em relação ao estudo desta temática no País.

A Literatura Negra Surda ainda é rara nos espaços escolares. Mas é possível talvez investir no acesso das mulheres surdas à literatura feminina negra. A proposta deste trabalho de Mestrado é também dialogar com o feminismo negro surdo, convidando mulheres negras surdas a reativar suas memórias relacionadas à construção de suas identidades. Com isso, conhecer a perspectiva interseccional na história destas mulheres e buscar transmiti-la a outras. Portanto, propõe-se a *escrevivência* como metodologia de pesquisa, especificamente na Libras.

4 ESCRIVIVÊNCIA COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

O conceito de *escrevivência*, conforme apresentado na Introdução deste trabalho, está relacionado com “escrever”, “viver” e “se ver”. Conceição Evaristo pensou a *escrevivência* para que corpo e voz das mulheres negras possam ecoar no papel. A autora afirma que “a nossa *escrevivência* não é para adormecer os da casa grande, mas acordá-los de seus sonhos injustos” (Evaristo, C. *In*: Duarte; Nunes, 2020, s/p). Relacionando o conceito de interseccionalidade – gênero e raça – cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), podemos dizer que ambas escrevem sobre mulheres negras e feminismo negro.

Partindo disso, o presente trabalho propõe ecoar vozes, por meio da Libras, de mulheres negras surdas, analisando, inclusive, como a Lei 10.639/2003, referente à discussão racial na escolarização básica, contribuiu na construção de identidades ao longo da escolarização. A referida Lei poderia estimular o estudo de autores e autoras negras nas escolas Especiais, bilíngues e inclusivas para estudantes surdos, contribuindo para que estudantes negros surdos e brancos surdos possam atuar na luta antirracista. Desse modo, abordamos dois elementos, linguístico e racial, no espaço educativo.

Ademais, destaca-se, segundo Chapple (2019, *apud* Brito, Medeiros, Bento e Rodrigues, 2021), cinco princípios da teorização do Feminismo Negro Surdo, quais sejam: (1) interrogar opressões interseccionais marginalizadas e seu impacto nas identidades experencializadas por mulheres negras surdas; (2) interessar pela forma como as desigualdades estruturais e a esfera política têm impacto nessas identidades, a partir do ponto de vista do feminismo negro surdo, em níveis micro e macro; (3) destacar a experiência de mulheres negras surdas nas investigações sociais; (4) reconhecer as construções sociais de raça, gênero e surdez como identidades resistentes à normalização da branquitude, machismo estrutural, capacitismo e ouvintismo; (5) reconhecer os efeitos das identidades interseccionais, assim como compreender que em determinados espaços, tempos e contextos um aspecto da identidade interseccional pode estar mais em evidência e ser mais central.

Esta pesquisa dialoga com os princípios do feminismo negro e verifica como o feminismo negro surdo pode ser utilizado em materiais acessíveis em Libras para a aplicação da Lei 10.639/2003.

De acordo com Akotirene (2019):

Segundo a profecia iorubá, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos com atenção aos acordos com os antepassados. Aqui, ao consultar o que me é devido, Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada, portanto, da interseccionalidade, que responde como a voz sabedora de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar no seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada mente-espírito. (Akotirene, 2019, p. 20)

Durante muito tempo, as Línguas africanas, bem como as Línguas de Sinais foram amordaçadas e impedidas de serem utilizadas. Que Exu, orixá da comunicação, permita ecoar as vozes das mulheres negras e das mulheres negras surdas; permita ecoar a interseccionalidade de Exu, das Línguas de Sinais e do *pretoguês*, destacado pela pensadora amefricana Lélia Gonzalez. Pois, como é avaliado por Akotirene (2019, p. 15), “neocolonizadores acadêmicos não podem abocanhar a interseccionalidade se nem sequer têm autoridade para dominar o ponto de vista feminista negro.”

A *escrevivência* como Metodologia de Pesquisa está relacionada a narrativas de mulheres negras e, desse modo, à (re)construção e redefinição das identidades negras, a um lugar de enunciação de um “eu coletivo”.

Soares e Machado (2017) destacam que a *escrevivência* carrega “uma dimensão ética ao propiciar à autora assumir o lugar de enunciação de um eu coletivo, de alguém que evoca, por meio de suas próprias narrativa e voz, a história de um ‘nós’ compartilhado” (p. 207). Deste modo, podemos pensar as narrativas dos sujeitos de pesquisa, bem como do/a pesquisador/a como parte e efeito dessa (re)construção.

Contudo, alguns autores (Ferreira, 2013; Victorino, 2015; Mattos; Xavier, 2016) reconhecem que essa metodologia coloca em perspectiva a dicotomia entre sujeito de pesquisa/pesquisadora, ao transformar discursos sobre mulheres negras em narrativas em primeira pessoa, no sentido de uma composição discursiva.

De acordo com Werneck (2005), pesquisar e estudar a *Escrevivência* de Conceição Evaristo é urgente: compreende uma complexidade que se expressa nos espaços literário, político, histórico; não necessariamente nesta ordem. Escreve o protagonismo das mulheres negras, sobre o que nos move, sobre a vida, colocando em questão as desigualdades e preconceitos raciais e de gênero. É ato de defesa de direitos, de formação. É acreditar que toda

pessoa tem algo para compartilhar; e que, ao registrar ou publicar, promove sentidos, reconhecimentos e uma compreensão de vida livre e ampla, essencial para que se conheça e se respeite uma sociedade tão diversa.

Metodologicamente, portanto, propõe-se aqui um estudo, a partir da escrevivência, buscando conhecer, recuperar e reconstruir experiências de mulheres negras surdas com o racismo, sobretudo em seus percursos escolares, em uma sociedade branca, patriarcal e capacitista, levando em consideração as construções de gênero e de surdez e o impacto do gênero e o ser surdo nas formas e nas experiências do racismo. No conjunto desses elementos, buscou-se, ainda, discutir a importância da Lei 10.639/2003 nessa relação como elemento de combate ao racismo. Neste sentido, parte-se da ideia de escrevivência em língua de sinais.

O lugar da escrita pouco foi pensado para mulheres negras, mulheres com deficiência, mulheres surdas ou mulheres indígenas. Acreditamos que abordar a narrativa de mulheres negras surdas em línguas de sinais é uma forma de registrar a opressão de gênero, raça e surdez. Complementando com Evaristo (2010):

Quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou como escritora, aí é um privilégio da elite. (Evaristo, 2010, s./p.)²³

No que se refere às narrativas das mulheres negras surdas brasileiras, estas ocorrem por meio de produções imagéticas em línguas sinais.²⁴ De acordo com Karnopp e Klein (2016):

A comunidade surda está plena de narrativas que circulam nesses meios, sendo disponibilizadas majoritariamente em textos escritos na Língua Portuguesa, mas há também narrativas contadas em Língua de Sinais. Tanto as narrativas em textos escritos quanto as traduzidas ou produzidas em Língua de Sinais constroem imagens de ser surdo/ouvinte/implantado/deficiente auditivo, constituindo imagens da diferença, enfatizando alguns contornos identitários e borrando outros, fixando personagens, pondo em relevo algumas representações, borrando fronteiras, definindo grupos; enfim, estabelecendo práticas e traçando perfis. (Karnopp; Klein, 2016, p. 95)

²³ Entrevista concedida para Bárbara Araújo para o *Blog Blogueiras Feministas*.

²⁴ Como exemplo, a professora e pesquisadora Priscilla Leonnor Ferreira apresenta sua narrativa Resistência Negra Surda. Disponível em: <https://www.youtube.com/>

Mecheril (1997, p. 33), em seu trabalho sobre racismo cotidiano, examina as experiências, autopercepções e negociações de identidade descritas pelo sujeito e pela perspectiva do sujeito. Se as mulheres negras, bem como grupos marginalizados, têm o direito ao capital, em todos os sentidos do termo, de serem reconhecidas como sujeito, então também devemos ter esse direito reconhecido na pesquisa e em discursos acadêmicos. Esta perspectiva de focar no sujeito não é uma forma privilegiada de pesquisa e, sim, um conceito necessário. Para realizar esse propósito, considerando as questões de ser uma pesquisa relacionada com um grupo que é usuário de uma língua minoritária, defendo a necessidade de guiar o estudo com uma pesquisa centrada em sujeitos.

No livro *Escrevivência: a escrita de nós* (2022, p. 108), são apresentados por Salgueiro (2020, p. 96-113) alguns aspectos fundamentais das escrevivências:

1. “Ter sempre se sabido negra” ou não, tal como presente em tantas entrevistas e escritos, afirmação que, além de ser em sua essência um marcador ato político, se soma em sua natureza a dado de atemporalidade, que remete à ancestralidade, aos duros/inomináveis tempos dos porões dos navios.
2. Os sempre presentes marcadores de classe e gênero.
3. A oralidade, como ponto de partida para a representação da voz do cotidiano, e com especial valorização da escuta das vozes femininas ainda sub-representadas e tantas vezes contestadas.
4. O duo memória-família: o trauma e a memória, escritas do corpo negro pela arte da palavra, inscritas no poder de narrar do sujeito negro.

Tendo em vista as características linguísticas dos sujeitos que compõem a pesquisa, as narrativas foram colhidas e registradas por meio visual, mas também transcritas para a Língua Portuguesa, de modo a produzir esta Dissertação conforme os requisitos do Programa PROMESTRE.

4.1 ESCRIVIVÊNCIAS SINALIZADAS DE TRÊS MULHERES NEGRAS SURDAS

Nesta pesquisa, temos por objetivo reconhecer o lugar de fala das mulheres negras surdas, rompendo com o apagamento dos seus corpos e suas vozes, dialogando com a

interseccionalidade gênero e raça. Os sujeitos foram escolhidos por serem mulheres negras surdas, que estavam na Educação Básica após a aprovação da Lei 10.639/2003 e outras antes da aprovação da Lei, tendo em vista sua premissa de uma Educação antirracista.

O objetivo foi de perceber com a escrevivência quais os impactos desses múltiplos fatores de exclusão, sobretudo ao longo da escolarização, nas escolas inclusivas ou bilíngue. Diante disso, foram eleitas três mulheres, convidadas a produzir uma escrevivência sinalizada, em Libras. O primeiro desafio consistiu em explicar o conceito de escrevivência sinalizada. Na primeira escrevivência, eu relatei o que seria o termo. Na minha pesquisa, não encontrei o sinal para *escrevivência*, por isso utilizei o sinal de memória, lembrança e história, e o sinal de trajetória de mulheres negras surdas em língua de sinais. Foram utilizados os sinais referidos abaixo:

Figura 6 - Sinal trajetória + mulher negra surda escrevivência



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Os encontros foram realizados de modo remoto, em Libras, a partir da plataforma Zoom e a transcrição de cada um deles foi feita considerando-se a gramática da Libras.

Nos estudos de Libras, a transcrição é algumas vezes chamada de simplificada ou sistema de notação por palavras (Felipe, 1998; Finau, 2004), pois as palavras de uma língua oral são usadas para representar um sinal de forma aproximada.

Assim, a transcrição por glosas [comentário, breve interpretação, anotação] é adotada por vários autores, principalmente por sua facilidade de interpretação. Cabe dizer que a transcrição em Libras ainda não é totalmente aceita, inclusive, podemos observar, em algumas pesquisas que fazem a interseccionalidade entre raça e surdez (Ferreira, 2018; Buzar, 2012), a transcrição é feita na Língua Portuguesa.

A transcrição da língua de sinais pode ser considerada como uma possibilidade de apresentação dos dados de uma pesquisa, em que o seu *corpus* compreende a materialidade da língua de sinais, porém, considerando a dificuldade de realizar a anotação escrita de uma língua viso-gestual e ainda deste registro fazer sentido para o leitor de uma pesquisa acadêmica em Português. O pesquisador precisa fazer várias escolhas com base na sua interpretação da realidade material, que se apresenta na expressão dos falantes, considerando sempre os limites e possibilidades desta forma de apresentação dos dados (Santiago, 2014, p.1-7).

Todos as participantes foram contactadas no mês de novembro e dezembro de 2022. E as conversas realizadas em janeiro, fevereiro e maio de 2023. São três mulheres, habitantes de Regiões diferentes do Brasil – Dandara, do Maranhão; Lélia Gonzalez, de Santa Catarina; Bell Hooks, do Rio Grande do Norte – Regiões com diferentes culturas, variações linguísticas, variações étnico-raciais.

Na primeira escrevivência, com Dandara, eu tive um pouco de dificuldade no que se refere ao conceito de *escrevivência* em língua de sinais: Como produzir essa escrevivência com a comunidade surda? Fiquei em dúvida de como produzir essa escrevivência sem que as participantes se sentissem constrangidas e, ao mesmo tempo, conseguissem se abrir para falar sobre o racismo, o feminismo negro e o racismo na comunidade ouvinte e na comunidade surda.

Nessa direção, criei um roteiro para as escrevivências e depois mudei a estratégia. Deixei que a primeira escrevivência ocorresse de forma mais fluída, que a participante contasse um pouco sobre a sua experiência na Educação Básica, de como ocorreu a aplicação da Lei 10.639/2003. Expliquei a legislação. Antes da primeira escrevivência, tivemos dois encontros via Google Meet, para explicar sobre o que seria a escrevivência sinalizada.

Na segunda escrevivência, eu já conhecia a participante, Lélia Gonzalez e ela me indaga às vezes sobre questões referentes aos intérpretes de Libras no Candomblé. Me pergunta sobre os orixás (*nkisis*), tem interesse em participar e já tínhamos uma relação de amizade mesmo estando distantes. Entrei em contato com a participante e ela rapidamente aceitou, realizamos uma escrevivência e achei muito produtivas as discussões sobre o feminismo negro inclusivo para as mulheres negras com deficiência. Nessa escrevivência, eu conversei sobre o conceito de escrevivência sinalizada e deixei que ela contasse um pouco sobre a sua trajetória escolar, sobre o feminismo negro e como a arte auxilia nos movimentos sociais.

Na terceira escrevivência, eu também já conhecia a participante, Bell Hooks, pois nos encontramos quando eu trabalhava na Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos (FENEIS). Mantivemos contato pelas redes sociais. No início, eu conversei sobre a proposta, ela disse que em nome da *dororidade* iria aceitar. Bell Hooks possui uma filha com autismo e é mãe solo, possuindo uma dificuldade de horários por não tem rede de apoio. Bell Hooks possui Graduação em Serviço Social.

A primeira escrevivência a ser registrada, portanto, é de uma mulher de 35 anos de idade, *designer* de moda, que mora no Maranhão, a quem chamarei de Dandara (nome fictício). Para iniciar, tivemos uma conversa sobre o que seria a escrevivência sinalizada, bem como a liberdade para narrar e, caso se sentisse constrangida, poderíamos parar. Antes de iniciarmos, foi apresentado e assinado o Termo de Consentimento. Na primeira conversa, tentei buscar as memórias sobre racismo e preconceito linguístico. Na segunda, os conteúdos relacionados à Lei 10.639/2003, História e Cultura Afro-brasileira na escola. Nessa conversa, tentei utilizar um roteiro; no segundo momento, deixei a conversa fluir no intuito de colher mais informações referente a sua história, memória, pensando no conceito de escrevivência.

4.1.1 Escrevivência I

A primeira tentativa de recolher e realizar o registro da escrevivência sinalizada ocorreu com a participante que chamarei de Dandara, no dia 3 de outubro de 2022, às 16h19min, e durou 15 minutos. A segunda escrevivência aconteceu no dia 10 de novembro de 2022, e durou em torno de 30 minutos.

Iniciei a conversa a partir da reflexão acerca do racismo institucional, perguntando sobre a trajetória escolar, buscando abordar a ocorrência de racismo e preconceito linguístico nesta trajetória. Passarei à transcrição:

Pesquisadora: EU QUERER VOCÊ CONTAR A SUA HISTÓRIA NA ESCOLA, JÁ ACONTECER RACISMO?

Dandara: EU AINDA NÃO ENCONTRAR NEGROS SURDOS, SÓ OUVINTES. PRECONCEITO NEGROS SURDOS EU NÃO PERCEBER. EU VER ACONTECER COM OUVINTES, PORQUE TER CONTATO COM AMIGOS OUVINTES.

Pesquisadora: EU QUERER VOCÊ CONTAR COMO RESOLVER MUDAR CABELO NATURAL. JÁ ACONTECER OFENSAS CABELO?

Dandara: EU ME SENTIR FELIZ COM CABELO, COMBINAR COM HERANÇA ANCESTRAL, COMBINAR NEGRITUDE, COMBINAR CONTINENTE AFRICANO, TEM PESSOAS SER CONTRA. FALAM CABELO CRESPO É FEIO. EU DIZER ISSO NÃO PRECISAR. O CABELO COMBINA COM NOSSA AUTOESTIMA.

Pesquisadora: TRAJETÓRIA ESCOLAR VOCÊ ESTUDAR AUTOR NEGR@?

Dandara: EU TER PROFESSOR NEGRO, PROFESSOR NEGR@ EXPLICAR SOBRE BRANCOS CONTRA NEGROS, NEGROS NÃO IR ESCOLA. ESCOLA SER SEPARADA. BRANCOS NÃO ACEITAR NEGROS VOLTAR ESCOLA. ESCOLA NÃO ACEITAR NEGROS. TER ESCOLA NEGROS, TER ESCOLA BRANCOS. HOJE TER PAZ, NEGROS E BRANCOS MISTURADOS. ANTES PIOR O PRECONCEITO. AGORA TER LIBERDADE.

Pesquisadora: VOCÊ CONTAR HISTÓRIA SUA MULHER NEGRA?

Dandara: CONSEGUIR FALAR NEGROS OUVINTES, SÃO LUTADORES

PERGUNTEI DE NOVO:

Pesquisadora: VOCÊ CONTAR HISTÓRIA SUA MULHER NEGRA SURDA?

Dandara: EU NÃO TER HISTÓRIA DE MULHER NEGRA SURDA.

Pesquisadora: VOCÊ NASCER SURDA OU OUVINTE?

Dandara: EU NASCER OUVINTE, EU TER DOENÇA MENINGITE E PERDER AUDIÇÃO. EU ESTUDAR ESCOLA DE SURDOS, ERA O PERÍODO DA ORALIZAÇÃO. EU NÃO SABER LEITURA LABIAL, DEPOIS APRENDER E MUDAR PARA ESCOLA INCLUSIVA COM OUVINTES. HOJE TER CONTATO COM SURDOS E CONSIGO COMUNICAR COM SURD@S E OUVINTES.

Nessa primeira tentativa, eu tive dificuldades em sair de um roteiro de conversa para se tornar uma escrevivência sinalizada, que são memórias, lembranças de mulheres negras surdas. Tendo em vista tais dificuldades, na segunda tentativa, eu busquei provocar suas

lembranças de infância. Este segundo encontro durou 40 minutos, utilizei a estratégia de deixar que ela se sentisse à vontade para lembrar o passado e como ela ressignifica o seu futuro por meio da arte, do movimento negro e do movimento surdo. Segue a transcrição:

Pesquisadora: VOCÊ JÁ ME CONTAR QUE PERDER AUDIÇÃO, EU QUERER SABER COMO APRENDER LER E ESCREVER

Dandara: EU NASCER OUVINTE, MAIS OU MENOS DOIS ANOS EU TER MENINGITE, EU TER FEBRE ALTA, DOENÇA GRAVE, QUASE MORRER. EU TER SORTE CONSEGUIR ME SALVAR. EU FUI HOSPITAL BOM E MELHORAR. EU PERDER TUDO: PERDER VOZ, PORQUE DOENÇA GRAVE.

EU ESTUDAR EM ESCOLA, FOCO ORALIZAR, ERA ESCOLA CATÓLICA, EXIGIR MUITO ORALIZAR. EU FAZER AQUISIÇÃO LÍNGUA ORAL, TREINAR VOZ, POR ISSO EU TER VÍCIO LEITURA LABIAL. ATÉ DEZ ANOS EU TER DOR GARGANTA, PORQUE EXERCÍCIO FECHAR ABRIR CONSEGUIR FALAR MELHOR. AÍ EU CONSEGUIR CONVERSAR FAMÍLIA, MAIORIA PESSOAS EU ENCONTRAR SER OUVINTES, CONVERSAR COMIGO, MAS NÃO AMIGOS.

ATÉ 17 ANOS, EU CONVERSAR PESSOAS OUVINTES. NÃO TER CONTATO SURDOS, EU NÃO SABER ONDE SURDOS. DIFÍCIL MUITO ENCONTRAR SURDOS. FAMÍLIA FALAR: ESQUECER SURDOS.

COM 24 ANOS, UM POUCO JOVEM, MAMÃE ME DEU CURSO EXPRESSÃO FACIAL E CORPORAL, CURSO SIMPLES. NÃO SER CURSO LIBRAS, SER CURSO SIMPLES, EU TER POUCO CONTATO COM SURDOS. COM 24 ANOS EU ABRIR MENTE, EM SÃO PAULO, OUTROS CAMINHOS INFORMAÇÃO, MOMENTO RESISTIR, MELHORAR AUTOESTIMA. COM 24 ANOS EU IR FLORIANÓPOLIS, GOSTAR SURDOS E ELES GOSTAR DE MIM. FORMA NATURAL.

EU APRENDER COM SURDOS, ACONTECER EMPATIA, EU APRENDER LIBRAS, EU TER SENTIMENTO LIBERDADE. CONVERSAR EM LIBRAS, PORQUE EM SANTA CATARINA PESSOAS SER EDUCADAS, INTELIGENTES, TER ACESSO INFORMAÇÃO, SER CULTOS. EU GOSTAR DE LÁ. EU ME SENTIR CONFORTÁVEL LÁ. EU CONVERSAR, INTERAGIR, LÁ TER MUITOS INTÉRPRETES, PARECER “COMER CONHECIMENTO”. EU AMO PESSOAS LÁ, INTERAGIR RÁPIDO PESSOAS LÁ. EU CONHECER DOZE PROFESSORES ÁREA

MODA. FALAR QUE EU ÁREA MODA. EU NÃO ACEITAR, MAS DEPOIS PENSAR E HOJE EU ÁREA MODA. EU PESQUISAR, LER, APRENDER, BUSCAR REFERÊNCIAS. TAMBÉM EU APRENDER LIBRAS, EU ME SENTIR CONFORTÁVEL.

EU SENTIR TER MAIS CONHECIMENTO, A COISA IMPORTANTE MAIS SOCIEDADE É CULTURA, EU PESSOA NÃO PODER FECHADA, PRECISAR SER ABERTA.

EU GOSTAR LIBRAS, GOSTAR NEGROS, GOSTAR ALEMÃES. EU GOSTAR DIVERSAS CULTURAS. É BOM PORQUE ADQUIRIR EXPERIÊNCIA, MAIS EMPATIA, COMPREENDER CULTURAS, IDENTIDADES. EU DAR UM TEMPO AQUI SÃO PAULO.

EU FREQUENTAR MUSEUS, COMPREENDER HISTÓRIAS, AQUI EM SÃO PAULO TER MAIS INFORMAÇÕES, SOBRE SAMBA, EU VISITAR MUSEU AFRO, CONTAR SOBRE ESCRAVIDÃO. ÓTIMOS INFORMAÇÕES. TAMBÉM ENCONTRAR ROUPAS MARAVILHOSAS, HISTÓRIA BRASIL, BRASIL SER RICO, HISTÓRIA EUROPEUS VIR BRASIL, APRENDER INFORMAÇÕES DESENVOLVIMENTO CULTURAL. EU NÃO VIVER SÓ CULTURA SURDA, EU ME DIVIDIR. EU GOSTAR FORTES INFLUÊNCIAS, CULTURAS FORTES, ELAS ME AJUDAR.

Pesquisadora: ENTÃO VOCÊ FALAR GOSTAR CULTURA, NÃO É ISSO? VOCÊ CONHECER VÁRIAS CULTURAS, GOSTAR ADQUIRIR CONHECIMENTOS SOBRE CULTURA. VOCÊ CONTAR VAI PARTICIPAR EVENTO SOBRE CULTURA AFRO. ME CONTE UM POUCO. VOCÊ SER A ÚNICA SURDA NEGRA.

Dandara: VERDADE, EU ÚNICA SURDA NEGRA. MINHA PROFESSORA CONTAR HISTÓRIA FORTE, NEGROS TER HISTÓRIA, TER ESCRAVIDÃO. ELA CONTAR QUE NO PERÍODO DA ESCRAVIDÃO NA ALEMANHA NÃO ACEITAR NEGROS. TINHAM PRECONCEITO POR CAUSA PELE. EU SENTIR EMPATIA HISTÓRIA, EU VER AQUELE MOMENTO, AGORA JÁ PAZ. AGORA TER INCLUSÃO NEGROS, ALEMÃES, INDÍGENAS, LIBERDADE. ANTES NÃO TER POR CAUSA LEI ANTIGA MAL. UM AMIGO CONVIDOU PARA MUSEU AFRO TER MUITA ARTE, MODA, ARQUITETURA, FIQUEI DE CARA, ELES MESMO FAZIAM, MARAVILHOSO!

EU SINTO COMO SE TIVESSE ADQUIRINDO MAIS CULTURA, EU AMO ÁFRICA, AFRO MAIS COLORIDO, ME AJUDA CRIATIVIDADE, EU GOSTAR ÁFRICA PORQUE DÁ VONTADE DE FAZER ROUPAS, ÁFRICA TAMBÉM É IMPORTANTE PARA MAIS CULTURA, TAMBÉM IMPORTANTE ESCOLA CONTAR HISTÓRIA, ANTES ESCRAVIDÃO, AGORA PAZ. NA ESCOLA TER MUITO CONTEÚDO AFRO, TER MODA, TER ARTE, TER VÁRIAS COISAS, TEM ÓTIMAS INFORMAÇÃO NA ÁFRICA. MULHERES SÃO MAIS INTELIGENTES, TAMBÉM EU CONVIDADA PARA VER FESTIVAL AFRO, EU PARTICIPAR, ADQUIRIR EXPERIÊNCIA, PARA CONHECIMENTO MAIS, EU AMAR CULTURA,

Pesquisadora: ENTÃO, EU FAZER PERGUNTA, SE SENTIR INCOMODADA, TER LIBERDADE NÃO RESPONDER, VOCÊ IDENTIDADE NEGRA SURDA, PARDO SURDA, OU BRANCA SURDA.

Dandara: EU NÃO ENTENDI, DE NOVO! PELE IDENTIDADE?

Pesquisadora: EU SOU INDÍGENA + BRANCO
VOCÊ ACHAR NÃO SER NEGRA?

Dandara: NÃO, MEU PRIMO É NEGRO, EU SÓ CONVIVER FAMÍLIA.

A escrivência com Dandara terminou no segundo momento, porque eu achei que já era o suficiente para refletir sobre a interseccionalidade e sobre heteroidentificação e autodeclaração dentro da comunidade surda. Percebi que, em alguns momentos, ela apresenta relatos sobre a interseccionalidade, por exemplo. Ela acredita ser indígena e, ao mesmo tempo, relata que o primo é negro. Acredito que recolhi a escrivência uma vez que, mesmo que ela não tenha ainda uma consciência racial crítica, apresentou a sua trajetória enquanto mulher surda e mulher indígena. A autodeclaração é algo muito recente dentro da comunidade surda, por uma questão linguística e porque as primeiras discussões relacionadas à interseccionalidade raça e surdez começaram em 2008, com o encontro do Movimento Inclusão Social do Negro Surdo. Na matéria do G1 é relatado o 6º Congresso Movimento de Inclusão Social do Negro Surdo, quando foi discutida, em 2017, a interseccionalidade de raça,

gênero e surdez. Em 2012, começaram as primeiras pesquisas sobre raça e surdez com Buzar (2012), Furtado (2012).²⁵

A ideia – que hoje se tornou senso comum – de que a identidade individual é moldada por múltiplos fatores que se destacam diferentemente de um contexto social para outro deve muito à premissa da interseccionalidade a respeito das identidades interseccionais. Em nível elementar, uma pessoa não precisa mais se perguntar: “sou primeiro chicana, mulher ou lésbica?” A resposta “sou simultaneamente chicana, mulher ou lésbica” expande esse espaço de subjetividade e abrange múltiplos aspectos da identidade individual. Nesse sentido, a interseccionalidade fez grandes contribuições importantes para (re)conceitualizar a identidade e subjetividade individuais. (Collins; Bilde 2021, p. 187)

Dandara trouxe várias reflexões acerca das identidades interseccionais, como, por exemplo, a questão indígena, que é muito forte no Maranhão. A discussão a respeito dos afro-indígenas talvez ainda não tenha chegado na comunidade surda por uma questão de acessibilidade dos materiais que fazem menção à questão da dupla, tripla identidade surda. Em alguns momentos na entrevista, quando eu menciono o que foi trabalhado nas escolas, muitas vezes em escolas inclusivas e especiais, o que se tem trabalhado referente à Lei 10.639/2003 é somente a escravidão, a heteroidentificação e a autodeclaração, conforme mencionado anteriormente. O movimento negro surdo iniciou as suas discussões em 2008. A falta de acessibilidade comunicacional em Libras em espaços que discutem as identidades acaba desfavorecendo a construção das identidades negras, indígenas, LGBTQIAP+ na comunidade. A percepção do racismo dentro da comunidade surda exige um conhecimento e um estudo sobre o racismo na língua de sinais.

Mignolo (2008) *apud* Muniz (2016) avalia que pensar a ciência, a língua e as identidades é assumir uma postura crítica, um pensamento decolonizado, pensando nas possibilidades de uma Linguística Crítica Pós-Colonial, ou seja, a necessidade de se ter uma análise mais política dentro da linguística, e o importante é desconstruir os projetos modernistas.

Pensar uma Educação de surdos decolonial é buscar, por meio da Língua de Sinais, combater o racismo, o sexismo e o ouvintismo, auxiliando a construção das identidades interseccionais. A educação de pessoas negras surdas tem um histórico de opressão linguística, racial e de gênero. Em 2002, com a Lei 10.436/2002, o Decreto 5.636/2005 foi

²⁵ 6º Congresso Movimento de Inclusão Social do Negro Surdo Disponível em <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/florianopolis-sedia-o-6-congresso-nacional-de-inclusao-social-do-negro-surdo.ghtml>

possível que a comunidade de mulheres negras surdas conseguisse erguer a voz e sair do lugar colonizado por ouvintes, branquitude e machistas.

4.1.2 Escrevivência II

A segunda escrevivência foi realizada com Lélia Gonzalez e aconteceu por meio de contato com uma professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que lecionou o curso *Em Pretas Mãos: A constituição dos sinais e o contexto étnico racial brasileiro*. Conversei com essa professora sobre a pesquisa e ela me passou o contato da Lélia. Desde então, via WhatsApp, agendamos uma conversa. Expliquei a proposta da pesquisa e começamos a escrevivência. Expliquei que ela poderia ficar à vontade para contar sua trajetória no feminismo negro surdo. Durou em torno de 40 minutos, e não fizemos o segundo momento, porque achei que era suficiente para discutir sobre acessibilidade comunicacional em espaços públicos, feminismo negro surdo, falta de acessibilidade no feminismo negro e construção da identidade negra surda.

Figura 7 - Sinal utilizado para Feminismo Negr@ surd@



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

OI, MEU NOME LÉLIA GONZALEZ. EU SER DE FAMÍLIAS OUVINTES, QUANDO EU NASCER, PRECISAR LEVAR HOSPITAL, LEVAR URGENTE PARA HOSPITAL, EU TER DOENÇA E PERDER A AUDIÇÃO. TOMAR MEDICAMENTOS FORTES, NÃO RESOLVER. PERDER A AUDIÇÃO, ACONTECER EU BEBÊ.

MINHA FAMÍLIA DESCOBRIR QUANDO EU TER DOIS ANOS, MAIS OU MENOS, LEVAR MÉDICO E DESCOBRIR SURDA PROFUNDA. FAMÍLIA PROCURAR

ESCOLA PARA SURD@S. ESCOLA ENSINAR LÍNGUA ORAL. NÃO PODER USAR LÍNGUA DE SINAIS. TER TRATAMENTO COM FONOAUDIOLOGA 1 ATÉ 8 ANOS. FAMÍLIA NÃO ACEITAR VIOLÊNCIAS DENTRO DA ESCOLA, A DIRETORA DIZER QUE EU ESTAR CURADA E QUE ESTAVA BÍBLIA. QUE MINHA VOZ ESTAR CURADA. EU COM 8 ANOS MUDAR ESCOLA QUE TER LÍNGUA DE SINAIS E TAMBÉM PORTUGUÊS (BILÍNGUE).

QUANDO EU FASE ADULTA, MINHA FAMÍLIA ENSINAR E EU NÃO SABER DIA DA MULHER, MAMÃE E VOVÓ ABRAÇAR E ME DAR FLORES. EU NÃO ENTENDER. EU TER INFORMAÇÃO RESTRITA. EU SABER DA LUTA, DO FOGO E SÓ. EU TAMBÉM NÃO SABER SOBRE POLÍTICA. SOMENTE INFORMAÇÕES RESTRITAS. TEMPOS DEPOIS EU COMEÇAR A ME RELACIONAR, EU RELACIONAR DOIS ANOS, MAS RELAÇÃO ABUSIVA, VIOLÊNCIA SEXUAL, ERA RELAÇÃO TÓXICA. COM ISSO SAÚDE PIORAR. EU ANGUSTIADA, FAMÍLIA FICAR MEDO, TODOS PREOCUPADOS COMIGO. MINHA FAMÍLIA TER DIFICULDADE DE COMUNICAR COM ESPOSO ELE TAMBÉM SURDO, A MINHA FAMÍLIA, EXPLICAR SOBRE LEI MARIA DA PENHA, EU NÃO ENTENDER NADA. EU ESTAR DISPERSA DEVIDO VIOLÊNCIAS.

TENTARAM ME AFASTAR MARIDO, MAS EU DOENTE ESTOCOLMO, EU CONTINUAR CASADA, DOENÇA GRAVE, POLÍCIA ENTRAR CASA, MAS TER BARREIRA COMUNICAÇÃO. POLÍCIA OUVIR GRITOS E MEU ESPOSO FALOU: COMO POLÍCIA ENTRAR AQUI? ELE FUGIR PRA RJ QUANDO VOLTOU FOI PRESO. EU FAZER TRATAMENTO PSICOLÓGICO, EU IR POLÍCIA PARA DAR QUEIXA, FAMÍLIA E AMIGOS DENUNCIA. EU NÃO QUERER SEPARAR, ME LEVAR PSICÓLOGO. ME DEU LIVRO: O MUNDO ABERTO. UMA LEITURA FÁCIL, LINGUAGUEM LEVE, DEPOIS EU ACEITAR SEPARAÇÃO.

EU IR MUSEU FPR TER DIVERSOS CURSOS GRATUITOS, PROMOTORIA LEGAL POPULAR. MUITAS MULHERES PARTICIPANTES, ADVOGADOS POPULARES INFORMAÇÃO SOBRE O DIREITO MULHER. MAIORIA OUVINTES, EU ÚNICA SURDA, COMEÇAR APRENDER SOBRE MOVIMENTO E A HISTÓRIA 8 DE MARÇO. MÃE DIZER: IR CURSO SOZINHA

EU APRENDER E TER INTÉRPRETE DE LIBRAS, MAS INTÉRPRETE NÃO SER FLUENTE. EU ACEITAR, DEMORAR TIRAR A INTÉRPRETE, FAZER O QUE?

EU TENTAR APRENDER SINAIS, EU SER ÚNICA SURDA E INTÉRPRETE APRENDER COMIGO. INTÉRPRETE MELHORAR BEM. MUSEU ME DAR INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE, POLÍTICA, SOBRE FALTAR INTÉRPRETES HOSPITAIS, TAMBÉM NÃO TER ACESSIBILIDADE DELEGACIA, COMO SURDO NÃO IR PRESO? A POLÍCIA DO RJ LIBERAR NORMAL.

EU COMEÇAR FICA ANGUSTIADA, QUANDO EU GRÁVIDA EU TER BARREIRA DE COMUNICAÇÃO, NO SUS É PIOR, O ATENDIMENTO PARTICULAR É MELHOR, NO MEU SEGUNDO FILHO EU TER ATENDIMENTO PARTICULAR, O PRIMEIRO FILHO EU GANHAR NO SUS. NO SUS E NO ATENDIMENTO PARTICULAR EU NÃO TER ORIENTAÇÃO.

NO PARTICULAR TER ESFORÇO COMUNICAR, TENTAR CONVERSAR, ME DAR ATENÇÃO, MAS NÃO TER ATENDIMENTO EM LIBRAS. NO SUS É LÍNGUA ORAL.

NO CURSO DO MUSEU EU APRENDER SOBRE AUSÊNCIA MÉDICOS, FALTAR LEGISLAÇÃO. O MOVIMENTO SURDO NÃO ADIANTA, A DISCUSSÃO É OUTRA. MELHOR EU TENTAR MOSTRAR, LUTAR, FALAR COISAS. PORQUE MOVIMENTO SURDO TER INFLUENCIA RELIGIÕES.

EU SER FEMINISTA NEGRA, UFPR TEM MOVIMENTO NEGRO, SÃO MUITAS DISCUSSÕES, VÁRIAS TENSÕES, ENTRE BRANCOS E NEGROS, O FEMINISMO SER UNIDO? NÃO. ALGUNS SURDOS ACREDITAR SER UNIDO, EU NÃO. O FEMINISMO BRANCO E O FEMINISMO NEGRO É UNIDO? NÃO.

SEMPRE TER TENSÕES E DISCUSSÕES. EU ENTRAR MOVIMENTO DEPOIS TEATRO, EU DIMINUIR PARTICIPAR MOVIMENTO, E CONTINUAR TEATRO. TEATRO TER DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICA, CULTURA, ANTES DISCUTIR SOBRE POLÍTICA MULHER, ERA DIFÍCIL. TER ALGUNS AMIGOS INCLUSIVE NEGROS QUE VOTAR POR CAUSA RELIGIÃO. O MOVIMENTO NEGRO NÃO SER INCLUSIVO, SEMPRE COM OUVINTES, OUVINTES E SURDOS SÃO IGUAIS? NÃO. SÃO UNIDOS? OS INTÉRPRETES SÃO UNIDOS SURDOS? EU FAZER A MINHA LINHA DO TEMPO.

Lélia Gonzalez, em sua escrevivência, relata como a dificuldade comunicacional afeta as mulheres negras surdas. Nessa escrevivência, podemos observar que a questão de gênero aparece antes que a identidade negra.

No Brasil, porém, a combinação dessas duas categorias de análise (gênero e surdez) é um assunto novo. Não há muitos estudos que unam a questão do gênero com a surdez. Tal questão está começando a ser discutida entre os surdos no Brasil, que tinham (e ainda têm) outros assuntos em sua pauta de reivindicações, como a divulgação da Libras – Língua Brasileira de Sinais, o acesso à informação (exigência de filmes brasileiros e de programas de TV com legendas ou com janelas de interpretação na língua de sinais), à educação, à saúde pública e ao mercado de trabalho. (Klein; Formozo, 2008, p. 114)

O feminismo negro surdo, conforme mencionado, vem sendo discutido desde 2015, no Congresso de Inclusão Social do Negro Surdo. Depois disso, surgiram as batalhas de *slam* das Manas Surdas, com poesias feministas.²⁶ Lélia Gonzalez também relata sobre a violência contra a mulher negra surda e as dificuldades de denunciar em uma delegacia especializada em violência contra a mulher, por causa das barreiras linguísticas e, em algumas vezes, da ausência de intérpretes de Libras nestes espaços.

Consoante afirma a professora Ferreira (2018), [...] “O racismo está arraigado na sociedade, prejudicando a vida social da pessoa negra surda [resultando na] falta de acessibilidade comunicacional nos órgãos de Segurança Pública para amparar os surdos que sofrem alguma violência” (p. 50). Se numa pirâmide sociológica a mulher negra ocupa a base primordial dos efeitos das práticas sexistas e racistas, a mulher negra surda, por não ter acessibilidade comunicacional garantida, sente ainda mais os espaçamentos desses efeitos, que obviamente estão fincados em três pilares sociais relevantes: Saúde, Segurança Pública e Educação.

Lélia Gonzalez avalia que feminismo negro, muitas vezes, não é inclusivo; as discussões não chegam para uma grande parte das mulheres negras surdas. Podemos perceber em uma das escrevivências que a consciência racial crítica em alguns momentos não está presente para algumas pessoas da comunidade surda.

4.1.3 Escrevivência III

²⁶ Slam das Manas Surdas: A minha luta é pela mulher negra, surda e militante. Disponível em <https://www.youtube.com/>

Na conversa com Bell Hooks, expliquei a proposta da pesquisa e ela disse que, em nome da *dororidade*, termo cunhado por Vilma Piedade (empatia entre mulheres negras, conceito apresentado no Capítulo 2 dessa Dissertação), ela iria me ajudar. Bell Hooks é mulher surda oralizada, bilíngue, mãe solo, com uma filha negra autista. Com ela, eu pude perceber a escrevivência sinalizada com a interseccionalidade de raça, gênero e surdez. Com essa participante realizamos somente uma escrevivência, pois ela já estava ciente do assunto, o contato durou uma hora, com alguns intervalos para continuar a gravação. Tivemos somente um encontro, porque Bell Hooks é mãe solo, tem uma filha autista e trabalha fora.

OLÁ, MEU NOME DA IDENTIDADE É MARIA AUXILIADORA (O MEU APELIDO É BELL HOOKS). EU NASCER EM NATAL, EU NASCER SURDA, MAS EU NÃO SER SURDA PROFUNDA, EU NÃO TER ACESSO A TODAS AS INFORMAÇÕES. EU DEMORAR FALAR, MINHA MÃE E MEU PAI PERCEBER EU SER SURDA. EM 2019 MINHA TIA CONTAR COMO MINHA MÃE DESCOBRIR EU SER SURDA.

MINHA MÃE LEVAR MÉDICO, MINHA TIA CASADA COM MEU TIO, EM ALGUMA BRINCADEIRAS COM MEUS PRIMOS EU PERDER. NOS OUTROS DIAS EU TAMBÉM PERDER. MINHA TIA OLHAR E DIZER: A BELL É SURDA. FÉRIAS EM SÃO PAULO, FÉRIAS JUNTO FAMÍLIA EU IR PARA RN. CHEGAR LÁ MINHA TIA ORGANIZAR PSICÓLOGA PRA MINHA MÃE DESABAFAR. NÓS DUAS ESTAR DESCONFIADA BELL HOOKS É SURDA, OLHA: EU CHAMAR ELA NÃO RESPONDER. DE FRENTE EU ENTENDER, DE COSTAS EU NÃO ENTENDER.

AOS 3 ANOS EU MUDAR PARA PARAÍBA, MEU PAI MUDAR TRABALHO, E NÓS (EU, MÃE, IRMÃO E MEU PAI) MUDAMOS TAMBÉM. MEU PAI TER PLANO SAÚDE, ME LEVAR MÉDICO, MAS MÉDICO VELHO. EM 1984 NÃO TER AUDIOMETRIA, SÓ TER EM RECIFE. O MÉDICO “BATER” PRATO E BALANÇAR. EU SÓ SENTIR. O MÉDICO DISSE PRA MINHA MÃE: A SENHORA ESTAR MALUCA. MINHA MÃE DISSE: EU NÃO, IRMÃ QUE FALAR. O MÉDICO DISSE: PODER IR PRA CASA.

NA ESCOLA PROFESSORA FALAVA, EU NÃO ENTENDER. TER BARREIRA COMUNICAÇÃO, POR EXEMPLO: PROFESSORA PEGAR ALGUMA COISA, EU MORDER. EU SER VIOLENTA SE EU NÃO ENTENDER. A PROFESSORA CHAMAR

MINHA MÃE E DIZER: BELL ER PROBLEMA AUDIÇÃO. ELA NÃO ENTENDER A AULA, MINHA MÃE MOSTRAR DOCUMENTO MÉDICO, NO DOCUMENTO DIZ: NÃO SER SURDA. PORQUE ELE SER O ÚNICO MÉDICO DA CIDADE QUE ACEITAR PLANO DE SAÚDE. OUTROS MÉDICOS SER PARTICULAR. PASSARAM ALGUNS ANOS A PROFESSORA DIZER: POR FAVOR, LEVAR ELA AO MÉDICO.

MINHA MÃE NÃO CONHECER FONOAUDIÓLOGA, MEU PAI TAMBÉM NÃO CONHECER. O MÉDICO COLOCAR FONE. EU NÃO RESPONDER. O MÉDICO CONFIRMAR: É SURDA, PRECISAR APARELHO AUDITIVO.

O OUVIDO ESQUERDO PRECISAR MAIS, O DIREITO ESCUTAR UM POUCO. ERA CARO, NAQUELE TEMPO O SUS NÃO LIBERAR APARELHO AUDITIVO, SOMENTE PARTICULAR. MEU PAI NÃO PARCELAR, PEGAR EMPRÉSTIMO E PAGAR. EU COLOCAR O APARELHO AUDITIVO E TODOS EMOCIONADOS. EU NÃO ENTENDER NADA. EU ESCUTAR VÁRIOS BARULHOS, A FONOAUDIÓLOGA DISSE: QUE O APARELHO NÃO SUBSTITUIR ACESSIBILIDADE, ALGUNS CONSEGUIR OUVIR 100%, MAS O PROFESSOR DE COSTAS SER IMPOSSÍVEL. MINHA MÃE DISSE: É CARO E A FONOAUDIÓLOGA RESPONDEU: MELHOR QUE NADA.

E EXPLICOU: ELA MELHORAR A LEITURA E ESCRITA, EU SUGERIR ESTIMULAR LEITURA E ESCRITA. ANOS DEPOIS MINHA MÃE TRABALHAR NA UFCG²⁷ (PARAÍBA) SER ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, NA PORTA PESSOAS OFERECER LIVROS PARA ESTIMULAR LEITURA. EU SER RÁPIDA, IGUAL AVIÃO, LIA DIRETO. EU NÃO ENTENDER PALAVRAS, DEPOIS EU AMADURECER, EU LER E VOLTAR. EU ME SENTIR SOZINHA, EU NÃO ME SENTIR SURDA. VOU FAZER COMPARAÇÃO: IGUAL DESENHO TARZAN, O TARZAN SE SENTIA IGUAL MACACOS, EU ME SENTIR IGUAL OUVINTES.

ONDE EU IR OUVINTES AFASTAR, TELEVISÃO EU NÃO ENTENDER NADA, MINHA MÃE ME EXPLICAR, É IGUAL SURDOS COM INTÉRPRETES, OS SURDOS PERGUNTAR: FALAR O QUÊ? ELES RESUMIR, NÃO TER PACIÊNCIA, ALGUNS TER SOLIDARIEDADE. QUANDO EU TENTAR VESTIBULAR FUI REPROVADA CINCO

²⁷ Universidade Federal de Campina Grande.

VEZES, NA SEXTA VEZ EU PASSEI. EU TREINAR REDAÇÃO SOZINHA, PASSAR NO CURSO SERVIÇO SOCIAL NA UEPB²⁸ (PARAÍBA). EU FIQUEI MUITO ORGULHOSA, EU PASSEI NA FEDERAL. DENTRO DA FACULDADE AS PESSOAS OLHAR DIFERENTE, AS DISCIPLINAS ERAM DIFÍCEIS, TER MUITA BARREIRA. EU CHORAR, FICAR ANGUSTIADA. A PROFESSORA CHAMAR E PERGUNTAR: VOCÊ NUNCA PENSAR EM APRENDER LIBRAS. EU DISSE: O QUE É ISSO? É DINHEIRO? EU NÃO SABER O QUE É LIBRAS.

UM DIA EU CAMINHAR SOZINHA, VER NO POSTE INFORMAÇÃO ASSOCIAÇÃO DE SURDOS. EU PEGAR PAPEL, EU ENCONTRAR FAZER INSCRIÇÃO. QUANDO EU FUI, PROFESSORA PERGUNTAR: VOCÊ É SURDA? E EU PERGUNTAR: COMO VOCÊ SABE? ELA RESPONDER: TÁ ESCRITO NA SUA TESTA. TÁ NO SEU CORPO, ELA PERCEBEU POR CAUSA EXPRESSÃO QUE EU SOU SURDA.

EU APRENDI LIBRAS, FOI RÁPIDO, UNS DOIS MESES, TRÊS MESES EU JÁ ESTAVA SINALIZANDO. MAS NESSE MOMENTO EU TINHA A IDENTIDADE SURDA, EU AINDA NÃO TER A IDENTIDADE NEGRA. EU PENSAVA QUE EU SER MORENA, MEU PAI SER NEGRO E MINHA MÃE SER BRANCA. EU CRESCI E AS PESSOAS DIZER EU SER MORENA, PASSAR UM TEMPO EU JÁ INTERNALIZAR A LIBRAS E EU MUDAR PARA O RIO DE JANEIRO. LÁ NO RIO, TER MAIS PESSOAS NEGRAS DO QUE PARAÍBA. EU OLHAR AS PESSOAS, NOSSA! MUITAS PESSOAS NEGRAS, DE CABELO CRESPO, BONITAS.

UM DIA EU IR TRABALHAR NA FENEIS, AS PESSOAS CONVERSAR, OUVINTES SINALIZAR, AS PESSOAS FALARAM COMIGO: VOCÊ NÃO SER MORENA, VOCÊ SER NEGRA. PERAÍ? EU SER NEGRA? ELES ESTAVAM CONVERSANDO SOBRE COTAS, EU NUNCA LER SOBRE COTAS, OUVINTES OLHARAM PRA MIM, COM MUITA ATENÇÃO. VOCÊ NUNCA VIU FALAR SOBRE COTAS? VOCÊ SER NEGRA, OLHA SEU NARIZ, OLHA SUA BOCA. OLHA O SEU CABELO NÃO SER LISO, SER ENROLADO.

²⁸ Universidade Estadual da Paraíba.

EU IR NA PÓS-GRADUAÇÃO, EU TRABALHAR FENEIS TAMBÉM, EU AMPLIAR MEU CONHECIMENTO. UMA PESSOA FALAR COMIGO, VOCÊ SER NEGRA, EU DIZER: EU SER SURDA OK! MAS NEGRA? EU FICAR DE CARA. EU PODER DIZER EU SER NEGRA? ELA RESPONDER: OLHA A SUA PELE. EU LEMBRAR DO MEU PAI, ANCESTRALIDADE DO MEU PAI. EU ME RECORDAR NA MINHA CASA, A EMPREGADA NUNCA SENTAR NA MESA. EU FALAR PAPAI, PAI PARAR COM ISSO ELAS PRECISAM SENTAR JUNTO. SER IGUAL A GENTE, PARECER TER DESIGUALDADE.

MEU PAI MORRER, JÁ ACONTECEU DE IR EM RESTAURANTE CHIQUE, E MEU PAI. NÓS NÃO ENTRAR NO RESTAURANTE, EU TAMBÉM NÃO ENTRAR, MAS NÃO ENTENDER O MOTIVO. MAS ERA QUESTÃO DA PELE, AS PESSOAS ACHAVAM QUE A GENTE NÃO TER DINHEIRO. EU PENSAR, EU FICAR SENTIDA, EU NÃO SER POBRE. AÍ EU VER UMA AMIGA, TER MAIS INFORMAÇÃO. AS PESSOAS EXPLICAR PRA MIM. MAS PRA MIM SER NORMAL, EU NÃO VER MALDADE. POR EXEMPLO: EU TER CASA, O PRINCIPAL A VALORIZAR A COMIDA. EU IR PRA ESCOLA, UM PROFESSOR FOI MEU PROFESSOR A VIDA TODA. ELE NÃO FAZER O ENSINO MÉDIO, INFELIZMENTE ELE PAGAR ENSINO MÉDIO. AS VEZES NÃO SABIA SE EU SER NEGRA OU SURDA, MAS RIO DE JANEIRO. NA GRADUAÇÃO, JUNTO EMPODERAMENTO SURDO. ELES ME AJUDAR, MAS A MEU EMPODERAMENTO NO SEMINÁRIO DOS NEGROS SURDOS. EU PEGAR ALGUNS LIVROS, EU COMEÇAR ENTENDER.

EU ESTAR COM 22, NA 7ª SÉRIE MULHER VENDER LIVRO SOBRE NEGRITUDE, ERA UM LIVRO PERGUNTAR E RESPONDER. EU AMAR LIVRO, MINHA MÃE SEMPRE ESTIMULAR. EU LER FALAR SOBRE ESCRAVIDÃO, TAMBÉM FALAR SOBRE JORGE AMADO, ERA AO TODO 26 LIVROS. A MAIORIA FALA SOBRE POLÍTICA. O PERÍODO CORONELISMO, TINHA ALGUMAS COISAS CANDOMBLÉ. O JORGE AMADO TER SOBRE ISSO. EU LER AJUDAR ENTENDER SOBRE OS NEGROS, EU SOU PARDA, NÃO SOFRER MUITO PRECONCEITO. MAS OS NEGROS RETINTOS SOFRER MAIS PRECONCEITO. QUANDO EU IR SUPERMERCADO PESSOAS ACHAR PESSOAS NEGRAS RETINTAS POBRE. EU ANDAR NO SUPERMERCADO, PARECE APITAR, PESSOAS ACHAR EU POBRE.

MINHA MÃE DIZER: PRÓXIMA VEZ SUPERMERCADO IR ARRUMADA, VAI COM UMA ROUPA ARRUMADA, E MINHA MÃE DISSE: OLHA A COR DA SUA PELE. MINHA MÃE PENSAR QUE A POBREZA RELACIONAR ROUPA, MAS ESTÁ RELACIONADA A COR DA PELE. ISSO ACONTECER VÁRIAS VEZES, SEMPRE EU JUNTO MINHA MÃE EU PRECISAR ARRUMAR. TER UMA IR UMA LOJA CHIQUE, EU COMPRAR UM PRESENTE PRA MIM. MINHA MÃE FALOU, FALAR COM ELA VOCÊ PAGAR À VISTA. MAS NÃO EXPLICAR. EU PERCEBER QUE PESSOAS ME OLHAR DIFERENTE. NÓS SAIR LOJA, MINHA MÃE FALAR: MULHER FALAR HORRORES DE VOCÊ. EU DISSE: EU NÃO ESCUTAR, FAZER O QUÊ?

DEPOIS DE TEMPO, EU CONHECER O MOVIMENTO NEGRO SURDO, IR NO CONGRESSO, EU AINDA NÃO TINHA A IDENTIDADE NEGRA. EU MUDAR PARA RIO DE JANEIRO, E EU ME SENTIR EM CASA. EU ENTRAR NAS LOJAS. SE FALAR DE MIM EU NÃO SABER, EU SER SURDA. ISSO PRA ME ALIVIAR. POPULAÇÃO RIO DIFERENTE. ME CONVIDARAM IR PRA CONGRESSO, EU FICAR INDECISA, NÃO ENTENDER MUITO. NO MOMENTO EU COMEÇAR ESTUDAR NEGROS, EU TER INTERESSE EM ENTRAR PARA O MOVIMENTO NEGRO SURDO. RIO E SÃO PAULO RACISMO AINDA NÃO É VISÍVEL. EM 2013 EU VISITAR EM FLORIANÓPOLIS. O RACISMO SER GRAVE.

UMA MULHER SURDA BRANCA, LOIRA, DE OLHO AZUL, NA HORA DE IR EMBORA. ME CHAMAR PARA PEGAR A BOLSA DELA, EU PENSAR SER BRINCADEIRA, ELA DISSE: FALAR SÉRIO. EU FICAR ANGUSTIADA, CHATEADA E NENHUM SURDO ME AJUDAR. EU DISSE: AMANHÃ EU VOU PROCESSAR. ELA RESPONDER: DESCULPA! OLHA VOCÊ PODER PROCESSO, PORQUE NINGUÉM ME DEFENDER. ALGUÉM DEFENDER PESSOA NEGRA? EU COMECEI FICAR EM ALERTA.

AQUI SUL É MUITO CLARO O RACISMO, PRIMEIRO VER RAÇA, SEGUNDO SURDEZ, TERCEIRO GÊNERO. EU IR HOSPITAL SITUAÇÃO DE COVID. EU PERGUNTAR QUANTOS DIAS? PORQUE EU RECEBI A LICENÇA DE UM DIA? MINHA MÃE DIZER: ERRADO VOLTAR. EU DISSE: AH! QUE PREGUIÇA! EU VOU

PERDER ENERGIA. EU NÃO TER REDE DE APOIO, SOU MÃE SOLO. PARECE QUE FOI RACISMO. EU SENTIR, ISSO EU SENTIR.

NO MEU TRABALHO TER DUAS PESSOAS, AGORA SOMOS 3, PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, OUTRA DE INGLÊS E EU. EU SER MAIS EMPODERADA DO QUE AS DUAS. PARECE QUE ELAS DORMIR, EU SER MILITANTE, AS DUAS NÃO SER POLITIZADAS. MAS NÃO TER EMPATIA.

A MINHA EXPERIÊNCIA MULHER, SURDA, MÃE SOLO É MUITO RUIM. SE EU TIVESSE PRIVILÉGIO, POR EXEMPLO UMA SURDA BRANCA COM UM FILHO DE OLHO AZUL, AS PESSOAS FALAM: QUE LINDO! QUE FOFA! E A MINHA FILHA SER NEGRA. AS PESSOAS OLHAR FILHA DELA E QUERER PEGAR. MAS MINHA FILHA NEGRA NINGUÉM QUERER PEGAR. A COR DA PELE, A RAÇA ELA INFORMA A SUA CONDIÇÃO FINANCEIRA, CONDIÇÃO SOCIAL, SUA AQUISIÇÃO SOCIAL, ÂNGELA DAVIS FALA. SE AS PESSOAS PERCEBER A COR DA PELE REMETE A POBREZA.

Pesquisadora: VOCÊ CONHECER CONCEIÇÃO EVARISTO? LEMBRA QUE NÓS CONVERSAMOS SOBRE A ESCRIVIVÊNCIA, ESTE CONCEITO EU QUERO TRAZER PRA LÍNGUA DE SINAIS, POR EXEMPLO NA SUA HISTÓRIA VOCÊ CONTOU QUE TEVE A AQUISIÇÃO DA IDENTIDADE SURDA E NEGRA TARDIA.

Bell Hooks: E-S-C-R-E-V-I-V-E-N-C-I-A? (DACTILOLOGIA)

Pesquisadora: VOCÊ CONHECER A LEI 10.639/2003 EU JÁ VELHA.

Bell Hooks: EU FORMAR EM 1998. ELES NÃO MOSTRARAM NADA, NÃO TER. A LEI É REFERENTE HISTÓRIA E CULTURA AFRO.

Pesquisadora: VOCÊ SER MILITANTE DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE, NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE VAI TER A MATÉRIA SOBRE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA?

Bell Hooks: A LEI DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NÃO TER DETALHAMENTO DAS MATÉRIAS ENSINADAS. EU VOU ENSINAR, NO INES JÁ TER ALGUMAS INFORMAÇÕES. LÁ NA PEDRA DO SAL TEM UMA QUESTÃO SOBRE

ESCRAVIDÃO, NO RIO VOCÊ CONSEGUIR MOSTRAR OS SURDOS. AQUI EM FLORIANÓPOLIS NÃO TER, OS OUVINTES TAMBÉM NÃO ENSINAM HISTÓRIA. MAS A MINHA LÍNGUA É UMA LÍNGUA MINORITÁRIA. TER UM LIVRO CHAMAR AMOR NEGRO, NO RIO É INJEÇÃO DE INFORMAÇÕES. FOI LÁ QUE EU CONSTRUIR A MINHA IDENTIDADE, ATRASADA, MAS NÃO TER PROBLEMA.

Pesquisadora: JÁ ASSISTIR O FILME IDENTIDADE? EU ACHAR LEGAL, ACONTECER 1920.

Bell Hooks: EU ASSISTIR O MORDOMO DA CASA BRANCA, MOSTRA O MOVIMENTO DOS PANTERAS NEGRAS. EU PRECISAR APRENDER O CONCEITO DE COLORISMO.

TEM UM SURDO QUE SE CHAMA WESLEY, UM SER DE SÃO PAULO E O OUTRO DO RIO. ELE ME ENSINAR, MAIS DO QUE OUTROS SURDOS, A VISÃO É QUE PRECISA INCLUIR O SURDOS, ELE SER SURDO ACADÊMICO. ELE DIZ: OS SURDOS NÃO SER BILÍNGUES, ELES NÃO CONHECER PAULINE CHIZIANE. ESCRITORA DE LITERATURA. É A MESMA COISA DO MOVIMENTO NEGRO SURDO, OS OUTROS MOVIMENTOS LUTAR MAIS TEMPO. MOVIMENTO NEGRO SURDO CAMINHAR. INFELIZMENTE O MOVIMENTO SURDO SER MAIS ATRASADO.

Esta escrevivência mostra a interseccionalidade entre gênero, raça e surdez e como alguns membros da comunidade surda têm conhecimento acerca de escritores negros como Ângela Davis, Pauline Chiziane, Conceição Evaristo, Sílvio Almeida, dentre outros autores. Bell Hooks traz uma análise da necessidade da produção de livros bilíngues para a compreensão dos conceitos.

A produção de materiais bilíngues voltados para as relações étnico-raciais é fundamental para que a comunidade surda tenha a compreensão de alguns conceitos na língua de sinais, o letramento visual e a alfabetização visual no contexto étnico-racial. Neste sentido, auxilia os estudantes surdos no entendimento de conceitos como *racismo estrutural* do Sílvio Almeida, *escrevivência* de Conceição Evaristo, *dororidade* de Vilma Piedade, e vários outros.

Sobre a produção de materiais bilíngues para as relações étnico-raciais, feminismo negro, interseccionalidade e no conceito de Escrevivência Sinalizada, entrevistei Conceição Evaristo, para compreender como o conceito pode ser aplicado como metodologia de pesquisa

e se ela considera a Escrivivência Sinalizada como escrevivência. A seguir, algumas considerações sobre a entrevista com Conceição Evaristo e um diálogo com a pesquisa Escrivivência Sinalizada: as trajetórias de mulheres negras surdas em espaços escolares e não escolares e as contribuições da Lei 10.639/2003.

4.1.4 Escrivivência Sinalizada é escrevivência?

As escrevivências sinalizadas que foram obtidas me trouxeram várias reflexões sobre o feminismo negro surdo, a heteroidentificação e autodeclaração dentro da comunidade surda, como a dificuldade comunicacional afeta as mulheres negras surdas. Nessas escrevivências eu pude observar que a barreira comunicacional afeta na compreensão da violência contra a mulher negra surda, de como o racismo opera dentro da comunidade surda e ouvinte, das relações de poder do ouvintismo, racismo e sexismo.

Neste sentido, para compreender se a escrevivência sinalizada poderia ser considerada uma escrevivência, entrevistei Conceição Evaristo, conversamos várias vezes por telefone e marcamos no aplicativo Zoom uma conversa. Expliquei o que seria essa Escrivivência Sinalizada, quais informações eu colhi das escrevivências, as minhas observações e os desafios de realizar uma escrevivência em Língua de Sinais. Perguntei à Conceição se ela considera que a escrevivência sinalizada é uma escrevivência, a escrevivência como metodologia de pesquisa e como o conceito de interseccionalidade dialoga com a escrevivência.

Conceição Evaristo : Eu não tenho nenhuma dificuldade para considerar a escrevivência de sinais, porque se a língua de sinais dá conta de dizer da vivência de uma pessoa , então ela aí para mim é só muda, não sei se eu posso dizer isso, mas só muda uma grafia, só muda os modo de grafia, se a escrevivência em sinais está dizendo, a pessoa dá conta de dizer da vida da pessoa, das experiências da pessoa, da própria subjetivação da pessoa, então a escrevivência se realiza também no teatro, ela se realiza numa fotografia, ela se realiza na música, porque ela não se realizaria pelos sinais? Agora uma coisa que a gente tem dito, Marina, e ela é marcada também por um sujeito coletivo, porque senão tanto na linguagem escrita ou na língua de sinais é o relato de uma vida quando a gente pensa o relato de uma vida, o relato de uma experiência. Ele só faz sentido se ele ecoar relato de uma comunidade, se essa pessoa, ao trazer a exterior não só da vida dela, mas ela fala também de uma comunidade, porque quando nós pensamos, nós não pensamos o texto que esgote na

própria pessoa, porque esse texto, o pessoal, a gente pode falar que é isso na escrevivência numa sinalização de vida que está fechado em si próprio individualizada. Nem chama é escrita, porque não te interessa que se esgote na pessoa; para gente, escrevivência está relacionada ao coletivo, representa também uma vivência no coletivo se essa linguagem é capaz de falar da vida da própria pessoa, mas uma vida que se relaciona como a vida com o coletivo, ela está fazendo, sim, pela linguagem de sinais.

Nas escrevivências sinalizadas, as três estão relacionadas ao coletivo e à vivência com o coletivo negro surdo e também com o coletivo branco surdo, é possível perceber dentro das sinalizações a descoberta de ser surda, a imersão na comunidade surda, a imersão no feminismo negro surdo e aos conteúdos referentes à Lei 10.639/2003 – que muitas vezes passam uma mensagem não positivada da população negra.

E segue Conceição Evaristo: Porque a escrevivência tem toda uma imagem fundante, né? Que a imagem das africanas escravizadas dentro de casa, eu acho que você já deve ter visto isso também, então a escrevivência tem essa relação ou ela tem essa pertinência com a escrita das mulheres negras, com a vivência dessas mulheres. Não é que as mulheres brancas não passam uma escrita que relatam a vivência delas, não. Elas podem até fazer, mas não é isso que nos interessa, porque quando a gente pensa que esses relatos de mulheres brancas, eles são mais considerados do que o nosso, né? Então ela já parte de um ponto de exclusão. Se a gente for pensar em raça e gênero, as mulheres são surdas, elas devem estar em um patamar ainda com mais dificuldade que as mulheres brancas, porque quando a gente pensa na questão da condição social, ela está transversalizada com a questão étnica, as mulheres negras, que são escritas na modernidade. E se a gente for pensar e a maioria das mulheres negras estão no lugar da pobreza, então provavelmente as mulheres negras surdas têm mais dificuldades, inclusive para acessar tratamento, para acessar acompanhamento, para acessar redes de trabalho, então é essa experiência de ser negra surda, com certeza, é uma experiência diferente do que ser uma mulher branca surda. Então as lutas para afirmação e a maneira de viver essa condição de mulher, com certeza, é diferente, com certeza, é atravessado.

Quando eu pensei em fazer a pesquisa sobre a Escrevivência Sinalizada foi pensando nas lutas do movimento negro surdo e do feminismo negro surdo. Conceição faz uma análise interessante sobre os modos de exclusão: pobreza, difícil acesso às redes de trabalho, difícil acesso a um tratamento médico, para um acompanhamento. Nessa pesquisa, foi possível observar os pontos que Conceição Evaristo apresenta, e em uma das escrevivências foi

relatada a dificuldade de fazer a denúncia de uma situação de violência contra a mulher, além de barreiras linguísticas no ambiente escolar e não escolar.

Conceição Evaristo: Trazer a escrevivência como Metodologia de Pesquisa justamente porque este ato da escrita seja ele no final, mas é uma metodologia que permite você pensar e construir o seu objeto crítico, ou analisar o objeto, a partir do próprio universo do pesquisador e acho que ela quebra, também, com uma metodologia de pesquisa que afirma que o objeto de pesquisa tem de ser mais longe, distante do pesquisado; o objeto de pesquisa está contaminado com o pesquisador. Metodologia de pesquisa justamente porque esse ato da escrita seja ele por sinal ou grafia, é uma metodologia que permite você pensar, permite você construir o seu objeto crítico ou analisar o seu objeto a partir da prova do vivência, de dentro para fora. Eu acho que você fala de dentro para fora e você possibilita, no caso das pessoas que contam a história, no caso de uma pesquisa, que parte da própria fala do sujeito pesquisado, uma fala que de certa forma um pesquisador conhece por experiência, porque quando você vai pesquisar a história de uma mulher negra e usa o método de escrever é porque você também é mulher negra, né? O seu lugar inclusive de pensar e de construir esse pensamento, esse julgamento, esse conhecimento, é um outro lugar, não é o lugar de uma mulher branca, não é um lugar de uma acadêmica que faz a pesquisa por pesquisar, né? Exige muito comprometimento! Entra do mesmo jeito o pesquisado e o sujeito que está fazendo a pesquisa e talvez a melhor forma de apreensão do objeto a ser pesquisado é justamente escrever e eu tenho dito muito isso: a nossa teoria nasce enquanto a prática se dá. Você está, na prática, pensando, criando a sua a sua teoria. Então você não está encaixando talvez essa possibilidade, porque não se encaixa um conhecimento de fora daquilo que você está pesquisando. O teu objeto de pesquisa faz a escrevivência, escrita dele, né? Junto com você, ele descontamina e contamina esse objeto, porque a sua maneira de olhar uma mulher negra surda não é uma maneira de uma pesquisadora branca olhar uma mulher negra surda. Então é criador e criatura, né? O ser criado e o criador se confundem.

Conceição Evaristo faz, ainda, uma reflexão sobre o olhar de uma pesquisadora negra e uma pesquisadora branca. Nesta pesquisa, é possível observar que o meu olhar como mulher, negra, ouvinte e usuária da língua de sinais é diferente de uma pesquisadora mulher, branca e usuária da língua de sinais. É possível observar que a teoria se deu na prática e na convivência com a comunidade negra surda. O meu lugar não é um lugar não acadêmico e, sim, um lugar de escrevivências em língua de sinais, de conhecer a história de cada uma

dessas mulheres, que me faz relembrar a minha história com a comunidade surda, os bons momentos e alguns momentos difíceis.

Descontaminar o olhar e contaminar para esse olhar da mulher negra surda não é fácil. Se para uma mulher negra ouvinte, vestir a negritude não é fácil, para uma mulher negra surda, vestir a negritude em que a história da língua de sinais é contada na perspectiva eurocentrada é muito mais difícil. Nessa pesquisa, foi possível observar a xenofobia na língua de sinais, o racismo dentro da comunidade ouvinte e na comunidade surda, como se dá a percepção do racismo na língua de sinais, as expressões faciais, o comportamento e a sinalização. Foi possível perceber que a língua de sinais está passando pelo processo de descolonização, saindo deste olhar eurocêntrico para uma perspectiva afrocentrada.

A proposta desta pesquisa é também demonstrar pelas escrevivências sinalizadas, como o feminismo negro surdo pode auxiliar na descolonização da língua de sinais e nas contribuições da Lei 10.639/2003. O racismo faz com que a pessoa preta queira apagar algumas de suas escrevivências, porque o racismo dói, e não é fácil trazer essas memórias nas pesquisas em língua de sinais. Neste momento, é possível observar que, para mulheres negras surdas, falar sobre o racismo dentro da comunidade surda e ouvinte é doloroso e o meu olhar é contaminado e, ao mesmo tempo, descontaminado nas escrevivências.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS: ESCRIVIVÊNCIA, A DUPLA DIMENSÃO DA IDENTIDADE DE MULHERES NEGRAS SURDAS

A experiência de registrar a vivência destas três mulheres foi desafiadora, primeiro porque eu não tinha afinidade com algumas participantes. Contar a experiência de ser uma mulher negra surda pode ser doloroso. A arte de narrar e o registro na Língua de Sinais é algo bem recente. A primeira narrativa foi sucinta, eu ainda não tinha muita experiência de colher narrativas em Libras. Na segunda escrevivência, eu já tinha um pouco mais de afinidade, e a participante me pareceu mais à vontade para contar a sua história. Na terceira escrevivência, eu já conhecia a participante, e isto facilitou o registro da escrevivência sinalizada.

Com a primeira participante, eu tive o desafio da dupla dimensão da identidade. Eu fiz a heteroidentificação e tive alguns entraves ao longo da conversa. O principal desafio encontrado foi conseguir que a participante se sentisse tranquila para relatar a sua história, algumas memórias que talvez são difíceis de serem lembradas. No segundo encontro,

conseguimos uma possível escrevivência sinalizada. E essa experiência me fez repensar novas estratégias para as próximas narrativas.

Nessa escrevivência, a participante Dandara se autodeclarou indígena. Como mencionado anteriormente, a heteroidentificação e a leitura das pessoas sobre nós, e na minha própria leitura, eu percebi Dandara como uma mulher negra, mas é possível verificar os desafios de se reconhecer como afro-indígena. Mello (2003) faz uma análise da identidade afro-indígena: No Maranhão, existe a identidade “afro-indígena”, a qual quer dizer muitas coisas, uma origem mítica, um modo de descendência e uma forma de expressão artística. Não se trata de uma simples “justaposição de duas influências ou formas de expressão [...] distintas e irreduzíveis”, mas de “uma terceira forma, com características próprias” (p. 73). A relação que o grupo estabelece entre afros e indígenas é não apenas uma relação de proximidade entre dois mundos paralelos”, mas “uma fusão ou intersecção entre esses dois mundos” (p. 96).

Nesta escrevivência, a questão racial só aparece porque eu perguntei; a identidade surda apareceu primeiro. Pensar a autodeclaração para a comunidade surda considero ser algo recente. A reflexão sobre a dupla identidade ou tripla identidade negra, mulher e surda necessita ser discutida, o feminismo negro surdo é algo ainda muito recente.

Dandara conta que tentava encontrar com a comunidade surda, mas não encontrava, ela não tinha contato com pessoas surdas, somente com pessoas ouvintes.

Dandara: AÍ EU CONSEGUIR CONVERSAR FAMÍLIA, MAIORIA PESSOAS EU ENCONTRAR SER OUVINTES, CONVERSAR COMIGO, MAS NÃO AMIGOS.

ATÉ 17 ANOS, EU CONVERSAR PESSOAS OUVINTES. NÃO TER CONTATO SURDOS, EU NÃO SABER ONDE SURDOS. DIFÍCIL MUITO ENCONTRAR SURDOS. FAMÍLIA FALAR: ESQUECER SURDOS.

No momento em que tem o encontro com a comunidade surda usuária da Língua de Sinais ela comenta ter a sensação de liberdade. Na Educação Básica, ela relata ter contato com alguns conteúdos relacionados à Lei 10.639/2003, tal como a escravidão. A questão linguística e o contato com pessoas surdas não permitiu que Dandara tivesse acesso a outras culturas surdas. Como por exemplo: a cultura negra surda. Dandara relata que tem primos negros, mas que ela não é negra. Ela possui traços negroides, cabelo crespo e pele clara. E faz a sua autodeclaração como mulher surda indígena.

Dandara: EU NÃO ENTENDI, DE NOVO! PELE IDENTIDADE? EU SOU INDÍGENA + BRANCO

Será que Dandara tem conhecimento da identidade afro-indígena? Como é esta temática da heteroidentificação dentro da comunidade surda? Para fazer a heteroidentificação é preciso pensar nos critérios fenótipos, a cor da pele, o cabelo, e compreender as narrativas.

São ainda bastante reduzidos, no cenário nacional, estudos que buscam compreender a dimensão intercultural da experiência de ser negro/a surdo/a. Uma apreensão teórica e política da interseccionalidade ilumina nossas reflexões sobre como as construções sociais da negritude e da surdidade. (Ladd, 2013, s./p.)

A ferramenta conceitual que tem possibilitado pensar a descolonização do corpo surdo, por meio da tomada de consciência do longo processo histórico de ouvintismo que muitas gerações de surdos vivenciaram, é cunhada por Paddy Ladd como “*Deafhood*” (1998) – ou surdidade, na única tradução lusitana da obra para o Português. O conceito sintetiza a narrativa de uma nova identidade cultural centrada nas experiências coletivas das comunidades surdas, uma arma simbólica/discursiva de combate e de resistência ao ouvintismo. Fernandes e Terceiro (2019) interpretam “*Deafhood*” (no original, em Inglês) como um conceito guarda-chuva que sintetiza a “existência surda” e recobre relações de poder, julgamentos de valor contraditórios, variáveis de classe, de identidades, em um cenário de tensionamentos dinâmico e nunca estático: uma existência surda coletiva, transhistórica [sic], em movimento e transformação constante [...] que tem como núcleo as relações de poder e as estratégias de resistência aos sistemas de opressão. (Fernandes; Terceiro, 2019, p. 14)

No início, as pesquisas referentes à população surda investigaram mais a questão linguística e como marca identitária; outras marcas como raça, gênero e surdez eram pouco investigadas. Conforme afirma Miranda (2017):

A surdez como uma marca identitária acaba sendo mais investigada, estudada, observada e explorada do que outras marcas identitárias como o gênero, raça e etnia, gerando como consequência a homogeneização e a simplificação das identidades surdas, diminuindo a visibilidade das necessidades específicas das outras pessoas também inseridas nesse grupo. (Miranda, 2017, p. 2)

Por isso que em alguns momentos a questão racial se sobrepõe, são poucas as pesquisas relacionadas à raça, gênero e surdez. Contudo, as questões relacionadas ao gênero estão crescentes dentro da comunidade surda. O feminismo negro, conforme avalia Negabi,²⁹

²⁹ A minha luta é pela mulher negra surda e militante – Negabi. Disponível em <https://www.youtube.com/>

é pouco inclusivo. Mas o feminismo negro surdo vem resistindo mesmo com as barreiras linguísticas. Já foram realizados vários seminários, poesias e discussões sobre o feminismo negro surdo no Brasil.

O estudo de Miranda (2017) revelou que a sobreposição da surdez a outras marcas sociais produz diferentes desigualdades, afetando de forma desproporcional as pessoas surdas. Ressalta-se na pesquisa que a educação bilíngue deve superar a tradução do currículo regular ouvinte, possibilitando os recortes interseccionais. A autora fornece informações significativas e consideráveis sobre as condições vividas pelas inúmeras identidades surdas, focalizando a identidade surda, feminina e negra e demonstrando que as propostas de ensino para a educação de surdos não se devem limitar à aceitação da língua de sinais, mas também dimensionar a promoção da igualdade racial e de gênero, o que pouco ocorre. (Miranda, 2017, p. 2)

Ora, se o currículo regular é eurocêntrico, ouvinte, heteronormativo e masculino (Silva, 2020; Skliar, 1999), como identidades surdas interseccionais poderiam ser mais exploradas na escola bilíngue, inclusiva ou especial?

Ao considerar raça, surdez e bilinguismo nas escolas para estudantes surdos, Skliar (1999) questiona para quais surdos estariam sendo pensados os projetos de educação bilíngue e indaga sobre quais surdos ficariam na periferia destas propostas para os surdos das classes populares, os surdos negros, os surdos analfabetos.

Esta análise de Skliar me faz refletir a respeito da Lei 10.639/2003 e as identidades surdas interseccionais. A escola tem o papel de apresentar conteúdos da História e Cultura Afro-brasileira combatendo, assim, o racismo na escola. Eu já relatei uma situação com um estudante negro surdo quando uma estudante branca surda o chamou de “macaco”. O papel da escola inclusiva, bilíngue ou especial é trabalhar com materiais bilíngues para estudantes surdos usuários da Língua de Sinais e também das classes populares. Os docentes que lecionam para surdos analfabetos precisam pensar no processo de aquisição da Língua de Sinais em uma perspectiva afrocentrada. Os estudantes negros surdos percebem o racismo por algumas ações de pessoas brancas ouvintes e pessoas brancas surdas.

O autor afirma que a educação bilíngue para surdas/os é mais do que o domínio de duas línguas, sendo importante dimensioná-la para além do plano estrito das línguas a fim de conferir-lhe sentido histórico e político. Do contrário, a proposta bilíngue pode ser deformada em um “dispositivo pedagógico “especial”, (...), em mais uma utopia a ser rapidamente abandonada. Em síntese: a educação bilíngue pode se transformar numa

pedagogia “neo-metodologia”, colonialista, positivista, ahistórica e despolitizada. (Skliar, 1999, p. 7)

Neste sentido, Franco (1999) avalia que a discussão de um currículo para a Educação de surdos não deve limitar-se à aceitação da Língua de Sinais, visto que tal dado por si mesmo não orienta uma nova abordagem curricular, seria apenas uma mudança na Língua em que se transmitem os conteúdos. É necessário ter, segundo Franco (1999), uma percepção do sujeito surdo em sua totalidade e, ao mesmo tempo, nos aspectos específicos de sua cognição.

No que se refere à segunda participante, Lélia Gonzalez, ela parece descobrir as questões referentes ao gênero antes da questão racial. Ela teve acesso às questões relacionadas ao feminismo devido às várias situações de violência ocorridas por causa da barreira linguística, mas também por ser mulher. A barreira comunicacional e a falta de acessibilidade linguística interferiram na possibilidade de realizar denúncias na delegacia, de se conscientizar dos direitos e sobre a violência contra a mulher.

As práticas racistas orquestradas evidenciam ainda mais a necessidade de se pensar a operacionalidade do lugar interseccional que a mulher negra surda tem ocupado contemporaneamente e esta é uma chave teórica imprescindível para entender a experiência coletiva de uma mulher que tem sua vivência atravessada pelo racismo, pelo patriarcalismo, exploração de classe, homofobia e pelo perverso ouvintismo. As mulheres surdas são potenciais vítimas de esterilização não consentida, violência obstétrica, estupro, rapto, incesto, assédio sexual, prostituição, violência doméstica (dos mais variados tipos) e, infelizmente, os dados fornecidos pelas Secretarias de Segurança Pública são mascarados por uma subnotificação, já que estas mulheres, na maioria das vezes, não conseguem registrar o boletim de ocorrência, em geral, por não terem motivação para buscar ajuda policial ou mesmo por não encontrarem nas delegacias atendimento adequado, já que nem as delegacias especializadas de proteção à mulher dispõem de tradutores intérpretes de línguas de sinais. (Bento, 2021, p. 2013)

Outro ponto importante diz respeito ao fato de Lélia fazer uma crítica ao feminismo negro ou mulherismo negro. Aborda a falta de acessibilidade para mulheres negras surdas e também para mulheres negras com deficiência. Nessa escrivência, ela não teve muito contato com o movimento negro surdo, ela tem a sua identidade como feminista negra surda, mas não relata o contato com a comunidade negra surda.

Lélia: EU ENTRAR MOVIMENTO DEPOIS TEATRO, EU DIMINUIR PARTICIPAR MOVIMENTO, E CONTINUAR TEATRO. TEATRO TER DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICA, CULTURA, ANTES DISCUTIR SOBRE POLÍTICA MULHER, ERA

DIFÍCIL. TER ALGUNS AMIGOS INCLUSIVE NEGROS QUE VOTAR POR CAUSA RELIGIÃO. O MOVIMENTO NEGRO NÃO SER INCLUSIVO, SEMPRE COM OUVINTES, OUVINTES E SURDOS SÃO IGUAIS? NÃO. SÃO UNIDOS? OS INTÉRPRETES SÃO UNIDOS SURDOS? EU FAZER A MINHA LINHA DO TEMPO: EU SER FEMINISTA NEGRA, UFPR TEM MOVIMENTO NEGRO, SÃO MUITAS DISCUSSÕES, VÁRIAS TENSÕES, ENTRE BRANCOS E NEGROS, O FEMINISMO SER UNIDO? NÃO. ALGUNS SURDOS ACREDITAR SER UNIDO, EU NÃO. O FEMINISMO BRANCO E O FEMINISMO NEGRO É UNIDO? NÃO. SEMPRE TER TENSÕES E DISCUSSÕES.

Angela Davis (2017) em seu livro *Mulheres, Cultura e Política* ressalta que o principal desafio a ser enfrentado no ativismo é responder plenamente às necessidades do momento. E fazer isso de modo que a luz que se pretende lançar sobre o presente possa, ao mesmo tempo, iluminar o futuro.

Lélia Gonzalez continua com o seu ativismo por meio da arte, arte negra surda, literatura negra surda e, assim, consegue lançar luz sobre o presente e iluminar o futuro das mulheres negras surdas e do feminismo negro surdo.

Lélia faz uma reflexão sobre as tensões dentro do movimento negro e ainda um questionamento referente à inclusão de mulheres surdas no movimento negro. Davis (2017, p. 15-16), no capítulo *Vamos subir todas juntas: perspectivas radicais sobre o empoderamento de mulheres afro-americanas*, afirma que o princípio adotado por mulheres negras do movimento associativo é que precisamos nos esforçar para “erguer enquanto subimos”; em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como todos os nossos irmãos, subam conosco.

É preciso avaliar, ainda, a formação de professores que atuam na escola inclusiva, bilíngue ou especial para os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira. A construção de materiais bilíngues é muito importante para a aplicação da Lei 10.639/2003, mas, ao mesmo tempo, no combate ao racismo nas escolas. É necessário trabalhar os conteúdos no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e nas Graduações que possuem uma proposta bilíngue.

No aspecto do movimento negro inclusivo, é preciso considerar que as políticas de acessibilidade comunicacional para a população surda brasileira ainda são recentes. É urgente pensar políticas de inclusão dentro dos movimentos sociais. Como disse Davis: “Erguer enquanto subimos”. Lélia Gonzalez relata também as relações de poder: no caso da

comunidade surda existe uma relação de poder entre surdos brancos e surdos negros, entre intérpretes e surdos, intérpretes brancos e intérpretes e surdos, intérpretes e surdos evangélicos e candomblecistas. São muitas tensões dentro do movimento surdo e, principalmente, dentro do movimento negro surdo.

Bell Hooks, em sua escrivência, destaca os desafios de ser uma mulher negra surda nas Regiões do país. Na Paraíba, ela relata haver poucas pessoas negras; no Rio de Janeiro, mais pessoas negras, o que isso facilita o conhecimento sobre negritude, bem como auxilia na construção da sua identidade negra. No momento em que Bell Hooks acessa a Universidade, na Paraíba, ela tem o primeiro contato e o conhecimento do que significa a Libras, quando ainda não tinha constituída a sua identidade surda.

No Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), Bell Hooks relata ter tido contato com surdos e intérpretes que falaram sobre o seu fenótipo, e isso a fez reconhecer a sua identidade negra surda.

A questão de ser uma escola inclusiva, Bell Hooks relatou um fato de que se sentia na escola inclusiva como no filme *Tarzan*, na perspectiva de que o personagem achava que pertencia ao grupo dos macacos e ela se sentia pertencente à comunidade ouvinte. Alguns desafios da escola inclusiva para estudantes surdos é a barreira linguística com estudantes ouvintes e a adaptação das aulas com recursos visuais e materiais bilíngues que possam auxiliar no processo de inclusão. Uma nova proposta está inserida no marco normativo nº 14.191, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de Educação Bilíngue do surdo. A proposta de Educação Bilíngue propõe um currículo bilíngue; a valorização da cultura e identidade surda e a oferta do ensino bilíngue, que terá início a partir de zero ano; a elaboração de materiais bilíngues, para proporcionar aos surdos a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades e especificidades. É preciso pensar na educação bilíngue e em classes bilíngues com estudantes ouvintes. Em alguns municípios, como na cidade onde nasci, São Gonçalo do Pará, em Minas Gerais, tem somente um estudante surdo. Como proporcionar uma educação bilíngue para um único estudante surdo? Outro ponto importante é a formação dos professores bilíngues. Atualmente, temos a formação do curso Letras Libras, mas ainda não temos outros cursos de Licenciatura com habilitação em Libras. Em 2017, tivemos o primeiro Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com a vídeo-prova em Libras, que foi um avanço para a comunidade surda. Mas

ainda é preciso pensar na formação dos professores que atuam com estudantes surdos e na formação dos profissionais intérpretes de Libras.

Em alguns momentos, Bell Hooks relembra histórias vividas, desde a infância até a fase adulta. O racismo acontece em sua vida de forma diferente nestas fases da vida. Bell Hooks aprendeu cedo sobre o racismo, não compreendia o que significava a palavra racismo, mas o sentia na pele em diversos momentos.

A Libras é uma língua visual espacial, possui uma gramática e os parâmetros da língua de sinais. Um dos parâmetros é a expressão facial e corporal, no entanto, o racismo pode ser percebido por um sinal, pela forma de sinalizar e pela expressão facial dentro da comunidade surda. O racismo na comunidade ouvinte acontece pela entonação, pela expressão facial e pela forma como as pessoas nos tratam. Bell Hooks, em um dos seus relatos, fala que não percebia o racismo dentro da comunidade ouvinte, porque era surda, disse que a mãe percebia, mas que ela não percebia, por ser surda.

Dandara considera em seu relato que a população do Sul do país é muito culta e destaca maior conhecimento no campo da surdez. Bell Hooks destaca sua percepção de esta ser uma Região onde o racismo é bastante visível. E descreve uma situação de racismo vivenciada dentro da comunidade surda, praticada por uma mulher branca, surda e loira.

Bell Hooks: UMA MULHER SURDA BRANCA, LOIRA, DE OLHO AZUL, NA HORA DE IR EMBORA. ME CHAMAR PARA PEGAR A BOLSA DELA, EU PENSAR SER BRINCADEIRA, ELA DISSE: FALAR SÉRIO. EU FICAR ANGUSTIADA, CHATEADA E NENHUM SURDO ME AJUDAR. EU DISSE: AMANHÃ EU VOU PROCESSAR. ELA RESPONDER: DESCULPA! OLHA VOCÊ PODER PROCESSO, PORQUE NINGUÉM ME DEFENDER. ALGUÉM DEFENDER PESSOA NEGRA? EU COMECEI FICAR EM ALERTA.

Sobre a (...) interseccionalidade, Crenshaw (2002) afirma:

(...) é uma conceituação que associa sistemas múltiplos de subordinação em busca de capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, como gênero, raça, cor, etnia, classe social, etc.: Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do *desempoderamento* se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do

patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o “tráfego” que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem e as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do *desempoderamento*. (Crenshaw, 2002, p. 177)

O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão, porque opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70).

A discussão referente à xenofobia e Língua de Sinais é também recente no campo dos estudos surdos. Vale destacar uma forma de resistência que é o projeto *Mãos arretadas*, um sarau desenvolvido pela professora Klícia Campos e publicado no YouTube, em 8 de outubro de 2020. Foi postado um vídeo de literatura de cordel, intitulado o *Dia da Resistencia Nordestina*, abordando questões culturais e também a xenofobia que os nordestinos passam quando saem da sua Região.³⁰

Shirley Vilhalva, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e também pesquisa sobre língua de sinais, língua de sinais indígenas, indígena surdo e Libras, em 2020, participou de uma *live*, na finalização do curso de extensão, a convite da professora Hadassa Rodrigues, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e falou sobre preconceitos linguísticos dentro da comunidade surda.³¹ Shirley Vilhalva destacou que existe por parte de usuários surdos da língua de sinais uma valorização da língua de sinais do Sul do país e uma desvalorização da língua de sinais nordestina. Existe também o preconceito linguístico entre os docentes, intérpretes e acadêmicos surdos e ouvintes. Essa xenofobia linguística e racial acontece com a população ouvinte, mas percebe-se que a xenofobia e o racismo estão presentes também na comunidade surda.

³⁰ Sarau Mãos Arretadas. Disponível em <https://www.youtube.com/>

³¹ *Live*: Preconceito Linguístico dentro das comunidades surdas. Disponível em <https://www.youtube.com/>

Ainda sobre a escrevivência de Bell Hooks, ela destaca a importância do letramento racial visual (um letramento em Libras no contexto étnico-racial) para que a comunidade surda possa compreender alguns conceitos como o de *racismo estrutural*.

Bell Hooks: EU SER SURDA, MAS TER ACESSO À LEITURA, EU SER BILÍNGUE, SER DIFERENTE DE UMA MULHER NEGRA SURDA QUE TER LIBRAS COMO PRIMEIRA LÍNGUA ELA PODER TER IDENTIDADE, MAS É ALGO VISUAL, ESTÉTICA, CABELO, MAS AS TEORIAS (CONCEITO) ELAS NÃO CONHECER. SER ESTRUTURAL, EU LER, MAS NÃO ENTENDER. PORQUE A PALAVRA JÁ VER, MAS A EXPLICAÇÃO EM LÍNGUA DE SINAIS NÃO TER. O LIVRO DO SILVIO ALMEIDA, A EXPLICAÇÃO NÃO SER DIRETA, ELE IR E VOLTAR. PORQUE PARA O SURDO O CONCEITO PRECISAR SER DIRETO.

Bell Hooks disse, ainda, que a forma de compreensão dos conceitos, o letramento para a comunidade surda é diferente do letramento das pessoas ouvintes, não só por ser uma língua minoritária, mas a forma como os conceitos são explicados. Outro ponto importante é pensar sobre a aplicação da Lei 10.639/2003 nas escolas inclusivas, especiais e bilíngues. É preciso que o currículo seja bilíngue e a produção de materiais bilíngues tendo Libras como primeira língua de instrução. A produção de materiais bilíngues voltados para as questões de gênero, raça e surdez é muito importante para o combate ao racismo para estudantes surdos e ouvintes.

A produção de textos em Libras faz parte não somente de uma língua, mas da cultura surda. Há ausência de materiais/livros que “trabalhem na perspectiva audiovisual para replicação em escolas e comunidade” (Karnopp, 2010, p. 161). Segundo Porto e Peixoto (2011, p.167), os processos de apropriação dos saberes por meio da literatura visual surgem no instante em que as pessoas surdas são apresentadas às “produções imagéticas de sua língua”.

Por fim, o que chama a atenção nas três escrevivências é que, em todas elas, a identidade surda foi construída primeiro e algum tempo depois a tripla identidade referente ao gênero, à raça e à surdez. Como avalia Bell Hooks, na leitura do livro *Mulheres, Raça e Classe*, a raça denomina a condição, aquisição e a posição em que a população negra ocupa na sociedade. Outro ponto que também se destaca é a forma como as narradoras denunciam situações de racismo, abuso sexual, assédio sexual com as mulheres negras e com as mulheres

negras surdas, configurando uma possibilidade de registro sinalizado que apresenta a condição desses sujeitos. É preciso pensar em uma literatura negra surda visual e na escrevivência sinalizada como formas de aplicação da Lei 10.639/2003

Vale registrar que a Lei 10.639/2003 é um suporte na compreensão da importância de se combater o racismo na escola e auxiliar na construção das identidades. Dandara relatou que em nenhum momento acessou, na escola, algum conteúdo de História e Cultura Afro-brasileira. Tendo em vista o período em que cursou a Educação Básica ser posterior à Lei, as escolas especiais inclusivas ou bilíngues conforme a nova proposta da LDB, passam a ter Libras como primeira língua de instrução e a Língua Portuguesa na sua modalidade escrita. Como as diferenças vêm sendo tratadas nas escolas inclusivas, especiais ou bilíngues?

A LEI DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NÃO TER DETALHAMENTO DAS MATÉRIAS ENSINADAS. EU VOU ENSINAR, NO INES JÁ TER ALGUMAS INFORMAÇÕES. LÁ NA PEDRA DO SAL TEM UMA QUESTÃO SOBRE ESCRAVIDÃO, NO RIO VOCÊ CONSEGUIR MOSTRAR OS SURDOS.

AQUI EM FLORIANÓPOLIS NÃO TER. OS OUVINTES TAMBÉM NÃO ENSINAM HISTÓRIA. MAS A MINHA LÍNGUA É UMA LÍNGUA MINORITÁRIA.

TER UM LIVRO CHAMAR AMOR NEGRO, NO RIO É INJEÇÃO DE INFORMAÇÕES. FOI LÁ QUE EU CONSTRUIR A MINHA IDENTIDADE, ATRASADA, MAS NÃO TER PROBLEMA

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, foram realizadas três escrevivências com Dandara, Lélia Gonzalez e Bell Hooks. Iniciei a primeira escrevivência com Dandara. É estudante de moda, e contou sobre a sua trajetória educacional, sua identidade surda, e o que pensa para o futuro. Com ela foram três encontros de 15 minutos na tentativa de compreender a sua identidade e como a aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 fizeram algum sentido na sua trajetória. Dandara mudou-se para São Paulo para compreender melhor as culturas brasileiras.

A segunda escrevivência foi com Bell Hooks que, entre outros aspectos, verifica que o Rio Janeiro e São Paulo possuem mais pessoas negras.

Na terceira escrevivência, de Lélia Gonzalez, com quem tive o contato por intermédio de uma professora da UFBA, ela conta sobre como a ausência de acessibilidade comunicacional (intérprete de Libras ou profissionais bilíngues) dificultam no momento de denunciar uma violência contra a mulher negra surda e que, muitas vezes, o feminismo negro não é inclusivo.

Para o desenvolvimento da pesquisa, fiz uma breve reflexão das políticas bilíngues na Lei 10.436/2002, no decreto 5.626/2005, no reconhecimento da profissão do intérprete de Libras na Lei 12.319/2010, e na LBI 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), no campo da acessibilidade linguística são ainda recentes. A formação dos profissionais que atuam como intérprete de Libras, em Minas Gerais, começou em 2006. A partir de 2021, surgiram várias Licenciaturas e Bacharelados tanto em instituições públicas quanto em instituições privadas.

Outro ponto importante na pesquisa traz a análise de como o feminismo chega na comunidade surda e como a interseccionalidade está presente nas identidades.

No Brasil, o Movimento Negro Surdo surgiu por meio da articulação de acadêmicos surdos(as) com interesse nas discussões das Relações Raciais e da Educação de Surdos. Especificamente, segundo Ferreira (2018), surgiu no primeiro Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo (CNISNS), que aconteceu em novembro de 2008, contando com o apoio da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS e a coordenação de Sandro dos Santos Pereira e Edvaldo Santos, entre outros. O tema do Congresso foi a “Inclusão Social do Negro Surdo”, tendo como objetivo apresentar as leis e a Constituição brasileira de 1988, que asseguram a igualdade de direitos e deveres para todos e, assim, resultar em uma melhor inclusão social para os negros surdos.

No II CNISNS, realizado em 2009, foram discutidos os subtemas cotas, discriminação nas empresas e ações afirmativas, chegando-se à conclusão da necessidade de mobilização para conscientizar e criar uma ementa para ser encaminhada aos políticos, versando sobre

direitos iguais e cotas aos negros surdos para o mercado de trabalho e para o ingresso nas universidades, atendendo à Lei nº 5.346, de 11 de dezembro de 2008.

O III CNISNS tratou, mais uma vez, da Inclusão Social, momento em que foram aprofundadas discussões a fim de compreender sobre as leis de proteção contra o crime de racismo, os problemas do preconceito, da desigualdade social, da desigualdade econômica e do sofrimento específico das famílias de negros surdos do Brasil.

Com o tema *Empoderamento para as lideranças dos negros surdos: ações para superar a desigualdade social*, o IV CNISNS contou com cerca de 218 inscritos, incluindo pessoas de fora do país, de outros estados e de diversos municípios da Bahia, dando continuidade à construção da trajetória dos movimentos Negros Surdos.

O V CNISNS foi realizado em 2015, no Rio de Janeiro, com o tema *Desafio para o negro surdo: Despertar para a construção da identidade*. Nesse evento, foi fundado o primeiro projeto do Festival Afrosurd@s, a fim de estimular os participantes a fazer poesias, teatro, contos, oficinas, dança, entre outros.

O último evento realizado foi o VI CNISNS, em 2017, na cidade de Florianópolis, abordando diferentes áreas sociais ocupados por mulheres surdas e negras, ações afirmativas (cotas) e acesso do surdo negro ao mercado de trabalho, além do segundo festival de Artes Afrosurd@s sobre a cultura negra surda

Como podemos observar, as discussões sobre o feminismo negro surdo começaram em 2015, no CNISNS. Naquele momento, foi possível construir um letramento racial em Libras. Conceição Evaristo, em sua escrevivência, fala um pouco sobre o letramento racial das mulheres negras surdas, ou seja, muitas vezes as mulheres são racializadas na perspectiva da estética, mas não são racializadas nos conteúdos afro-brasileiros, tampouco nos conhecimentos teóricos, portanto, a construção de materiais bilíngues étnico-raciais na perspectiva do feminismo negro é essencial para o combate ao racismo e ao sexismo.

Bell Hooks traz, em sua escrevivência para esta pesquisa, a interseccionalidade entre raça, gênero e surdez. Demonstra as situações de racismo dentro da comunidade surda em língua de sinais, o racismo percebido por pessoas surdas e o ouvintismo. Mostra a dificuldade de ser uma mulher negra surda dentro da comunidade surda e ouvinte.

Uma percepção muito importante apareceu nas três escrevivências: a questão da “dupla identidade”. Na sua Dissertação, intitulada *Surdez e Negritude: uma pesquisa sobre a identidade negra no uso da Libras*, Lima (2021) relembra um conceito sobre a “dupla diferença”, sobre surdez e a identidade racial. No início dessa pesquisa, conforme Angela

Davis avalia sobre raça, gênero e classe, eu pude perceber que, no que se refere à comunidade surda, a identidade surda é apresentada primeiro e depois a identidade racial. Apesar de que, conforme destaca Bell Hooks, as opressões racistas algumas vezes aparecem, mas por se tratar de pessoas surdas, o racismo, muitas vezes, não é percebido por negros surdos.

De acordo com Hooks (1994, p. 13), transgredir significa “opor, resistir e cruzar os limites opressores da dominação pela raça, gênero e classe.” Mulheres negras surdas resistem à opressão linguística, ao racismo, sexismo, machismo e às opressões de classe. Lima (2021, p.17) faz uma análise da transgressão, em sua pesquisa:

Assim, a transgressão considera os efeitos/valores que a língua produz na sociedade, refletindo sobre como nossos discursos colaboram com a perpetuação do preconceito e a discriminação contra as pessoas de diferentes classes, raças, etnias, gêneros, idades e outros aspectos que compõem as identidades dos sujeitos. (Lima, 2021, p. 17)

Para avaliar a transgressão dentro da comunidade negra surda e também na Libras é essencial analisar alguns avanços nas políticas linguísticas e nas políticas afirmativas, tanto para a população surda quanto para o movimento negro.

Bell Hooks ressalta em sua escrevivência que o movimento negro começou a luta antes do movimento surdo, e que alguns avanços que o movimento negro teve, o movimento surdo ainda não alcançou. É importante, ainda, reconhecer a influência dos movimentos sociais para a construção das identidades.

Durante muito tempo, as pessoas negras surdas eram vistas como sujeitos que possuíam uma deficiência e, não, como usuários de uma outra Língua, e analisar as diversas culturas surdas que compõem a multiculturalidade das população surda. Como apresentado anteriormente, Furtado utiliza o conceito de *dupla diferença* para se referir às pessoas negras surdas. Podemos perceber que as sinalizações dos negros/as surdos/as é diferente da sinalização de brancos/as surdos/as.

Em se tratando dos sujeitos negros surdos, Padden e Humphries (1988) destacam que, durante a década de 1970, nos estados do sul dos Estados Unidos, a segregação racial era existente. Foi determinado que crianças surdas brancas e negras estudassem em escolas separadas. Com a separação, ocasionou na diferenciação do uso das línguas de sinais, pois, nas escolas das crianças negras surdas foram criados novos dialetos e novos sinais (Furtado, 2012).

Conforme Skliar (2010), é preocupante a opressão e preconceito que se têm pelos tipos de deficiência, raça, gênero e outros. Ao longo da História, é sabido que a segregação e a

diferença entre humanos acontece pelo fato de a sociedade não ter conhecimento sobre a diversidade cultural, ou mesmo se negar a entender e respeitar as diferenças.

Nesta pesquisa, ao analisarmos esta questão, o problema de pesquisa volta-se para as seguintes indagações: Qual a relação entre surdez e identidade de gênero? Qual relação entre surdez e identidade racial? Como a Lei 10.639/2003 foi aplicada nas escolas inclusivas, especiais ou bilíngues?

Para responder a este problema de pesquisa, esse estudo baseou-se no Feminismo Negro, Feminismo Negro Surdo e Estudos Culturais Surdos, que abordam concepções sobre surdez, identidade, gênero e questões étnico-raciais.

Desta forma, os dados deste estudo foram analisados a partir de escrituras realizadas em Língua Brasileira de Sinais, a partir de embasamentos de diversos autores e em alguns arcabouços teóricos, que auxiliaram na compreensão dessa temática.

A discussão analítica se deu tendo em vista a pergunta geral da pesquisa: Como a escritura sinalizada auxilia na aplicação da Lei 10.639/2003 nas escolas inclusivas, especiais e bilíngues? E a partir dessa pergunta, dois critérios foram examinados: a relação entre surdez e raça; e a relação entre culturas e identidade de gênero.

Produto

Os/as surdos/as têm experiências visuais que contribuem tanto para formação de sua personalidade quanto na construção de sua identidade, e sua interação social se dá por meio da Língua de Sinais. Entendemos, pois, que os surdos não precisam de cura, mas possuem uma diferença cultural baseada na forma de vivenciar suas experiências de vida, como validado por Klein e Formozo (2008) em seus estudos.

É necessário destacar a necessidade de uma conotação semântica racializada, em que o estudante surdo negro não seja excluído no processo educacional quando se trata da sua história. É preciso criar espaços e territorialidades em que se discutam sinais na perspectiva afrocentrada, pois ainda são poucos os espaços que discutem os sinais no contexto étnico-racial.

O letramento visual no contexto étnico-racial para negros surdos e surdos não negros exige romper com a imagem do negro limitada ao processo da escravização. Para os estudantes surdos, é preciso mostrar que a comunidade negra vem se empoderando e ocupando espaços de representatividade na sociedade. Por meio do letramento visual e

utilizando textos produzidos em Libras, podemos tornar acessível aos negros surdos a sua verdadeira história.

Campello (2007), no seu artigo intitulado *Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos*, já tratava da importância de ampliar a produção de materiais didáticos que utilizassem mais recursos visuais: “Isso é chamado de semiótica imagética, que é um estudo novo, um novo campo visual onde se insere a cultura surda, a imagem visual dos surdos, os olhares surdos, os recursos visuais e didáticos também” (Campello, 2007, p. 106).

A **escrevivência sinalizada** foi a construção de uma literatura negra surda em Língua Brasileira de Sinais, que parte da perspectiva da importância do letramento visual e racial para a comunidade surda. A pesquisa foi realizada com mulheres negras surdas do Nordeste e do Sul do país. Bento e Brito (2020) avaliam, em palestra, a Literatura Negra Surda como uma produção que pode ser encarada: “[...] como lugar de representação, marcada pela produção poética formulada, sentida e transmitida em Libras. Pensada a partir da visualidade, das subjetividades, de reconhecer-se e ser reconhecido, de sentir-se e de ser indissociavelmente percebido como negro surdo (s./p).”

Diante do que foi apresentado, segue o roteiro do produto: será feito um breve relato em língua de sinais sobre a pesquisa, com recursos multimodal (com imagens, uso da Língua Brasileira de Sinais, infográficos) apresentando os desafios e a coleta de dados. Em seguida, será feito um sinalário com alguns sinais voltados para as relações étnico-raciais e o feminismo negro surdo. Sinais que serão apresentados: Dororidade, Feminismo, Negr@, Identidade, Negritude, Pauline Chiziane, Conceição Evaristo. Após a apresentação do sinalário, iniciarei com as escrevivências em Língua de Sinais.

Portanto, a **escrevivência sinalizada** é um recurso educativo que compõe a literatura negra surda, e pode ser utilizada em espaços educativos respeitando a Lei 10.639/2003 para escolas inclusivas, especiais e bilíngues com estudantes surdos.

Esta pesquisa examinou a questão de raça, gênero e surdez e buscou identificar como o racismo opera dentro da comunidade surda e ouvinte, e como o sexismo influencia na trajetória escolar das mulheres negras surdas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro/RJ: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo/SP: Jandaíra, 2020. [Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro)].

BAALBAKI, Ângela; RODRIGUES, Isabel Cristina. Meio legal de comunicação versus língua oficial: um debate sobre leis. **Revista Línguas**, Rio de Janeiro/RJ, v. 27, p. 137-150, 2010.

BENEVIDES, Silvia Lúcia Lopes; MACEDO, Yuri; COSTA, Daniela Adlay de Arruda. Educação de surdos numa perspectiva do Feminismo Negro. **Revista Odisseia**, Natal/RN, v. 5, n. 1, p. 40-59, 2020.

BENTO, Nanci; BRITO, Ires. **Palestra proferida no Curso de Extensão em pretas mãos: a constituição dos sinais e o contexto étnico-racial brasileiro**. 2020. Disponível em: <https://www.sympla.com.br/em-pretas-maos-a-constituicao-dos-sinais-e-o-contexto-etnico-racial-brasileiro>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v. 1, n. 225, p. 70-88, 2009. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.htm>. Acesso em: 5 ago. 2022.

BRASIL. **Lei 13.146/2015**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília/DF, 2015.

BRASIL. **Lei 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília/DF, 2014.

BRASIL. **Lei 12.711/2012**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília/DF, 2012.

BRASIL. **Lei 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Brasília/DF, 2008.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira. Brasília/DF, 2003.

BRITO, Ires dos Anjos; MEDEIROS, Jonatas Rodrigues; BENTO, Nanci Araújo; RODRIGUES, Nayara. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE**, Jequié/BA, v.6, n. 1, p. 209-232. 2021. Disponível em <https://doi.org/10.22481/odeere.v6i01.8533> Acesso em: 2 nov. 2023.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro/RJ: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1995.

BUZAR, Francisco José Roma. **Interseccionalidade entre raça e surdez: a situação de surdos (as) negros (as) em São Luís - MA**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2012.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, p. 611-614, 2004.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos. *In: Estudos Surdos II*. QUADROS, Ronice Müller de.; PERLIN, Gladis. (Org.). Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2007.

CAPOVILLA, Fernando César *et al.* **Dicionário da Língua de Sinais do Brasil: a libras em suas mãos**. São Paulo/SP: EDUSP.

CARR, Silvana E. *et al.* *The critical link: Interpreters in the community. Papers from the 1st International Conference on Interpreting in Legal, Health, and Social Service Settings, Geneva Park, Canada, June 1-4, Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1995.* Disponível em <https://www.academia.edu/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CARVALHO, Luciana. Ser intérprete e negro no Brasil e na Venezuela: entrevista com Amaury Williams de Castro. **Translatio** [Tradução e Diásporas Negras], Porto Alegre/RS, n. 13, p. 348-369, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo/SP: Boitempo, 2021.

COSTA, Roberto Cesar Reis da; COSTA, Sheila Batista Maia Santos Reis da. Sou intérprete da Língua Brasileira de Sinais e não abro mão do meu *black power*: e aí... vão continuar dizendo que meu afrohair atrapalha na comunicação. **Web Revista Sociodialeto**, Campo Grande/MS, v. 10, n. 28, p. 194-219, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. REF - **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina/PN, v. 10, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo/SP: Boitempo, 2017.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro/RJ: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. Literatura e consciência negra (entrevista). *In: ARAUJO, Bárbara. Blogueiras Feministas (Blog)*. 30 set 2010. Disponível em Conceição Evaristo: literatura e consciência negra – Blogueiras Feministas. [blog] Acesso em: 5 mar. 2022.

EVARISTO, Conceição. Dos sorrisos, dos silêncios e das falas. *In: SCHNEIDER, Liane; MACHADO, Charliton (Orgs.). Mulheres no Brasil: Resistência, lutas e conquistas*. João Pessoa/PB: Editora Universitária, 2009. Disponível em <http://nossaescrevivencia.blogspot.com>. Acesso em: 20 nov. 2022.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afrobrasilidade**. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ, 1996.

FELIPE, Tanya Amara de Souza. **A relação sintático-semântica dos verbos e seus argumentos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)**. 1998. 143 f. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 1998.

FERNANDES, Sueli de Fátima.; TERCEIRO, Francisca Martins Lopes. Deafhood: um conceito em formação no campo dos Estudos Surdos no Brasil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria/RS, v. 32, p. 1-23, 2019.

FERREIRA, Amanda Crispim. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães**. 2013. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2013.

FERREIRA, Priscilla Leonnor Alencar. **O Ensino de Relações Étnico-racial nos percursos de escolarização de negros surdos na Educação Básica**. 2018. 122 F. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista/BA. 2018.

FINAU, Rossana Aparecida. **Os sinais de tempo e aspecto na Libras**. 2004. 238 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2004.

FRANCO, Monique. Currículo e Emancipação. In: SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: Processos e Projetos pedagógicos**. Porto Alegre/RS: Mediação, 1999.

FURTADO, Rita Simone Silveira. **Narrativas identitárias e educação: os surdos negros na contemporaneidade**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2012.

GARCIA, Barbara Gerner de. O Multiculturalismo na Educação dos Surdos: a resistência e Relevância da Diversidade para a Educação dos Surdos. In: SKLIAR, Carlos Bernardo (Org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: processos e projetos pedagógicos**, v. 1. Porto Alegre/RS: Mediação, 1999.

GLADIS, Perlin. (Org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2007, p. 238- 266. [Série Pesquisas]

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**. Belo Horizonte/MG, v. 12, n. 1, p. 98-109, abr./2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro/RJ, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

HUDSON-WEEMS, Clenora. *Womanist afrikana*. Filadélfia: Afrocentricity International, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. O sistema Educacional Brasileiro. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/> Acesso em: 2 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/> Acesso em: 2 jun. 2023.

KARNOPP, Lodenir Becker. Produções culturais de surdos: análise da literatura surda. **Cadernos de Educação**, Pelotas/RS, n. 36, 2010.

KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena. Narrativas e diferenças em língua de sinais brasileira. **Em Aberto**, v. 29, n. 95, 2016.

KÉSIO, Gérison Fernandes Lopes. **Oralismo, comunicação total e bilinguismo**: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LETRAS. Bacabal/MA, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro/RJ: Cobogá, 2019.

KLEIN, Madalena; FORMOZO, Daniele de Paula. Gênero e surdez. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 15, n. 1, p. 100-112, 2008.

KUHNEN, Roseli Terezinha. A concepção de deficiência na política de educação especial brasileira (1973-2016). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Rio de Janeiro/RJ, 23, p. 329-334, 2017.

LADD, Paddy. **Em Busca da Surdidade 1**: colonização dos Surdos. Trad. Mariani Martini. Lisboa: Surd'Universo, 2013.

LANE, Harlan.; HOFFMEISTER, Robert; BAHAN, Ben. *A journey into the DEAF-WORLD*. San Diego: Dawn Sign Press. **Creative Education**, v. 9, n. 13, 1996. Disponível em <https://www.scirp.org/reference/referencespapers>. Acesso em: 15 set. 2022.

LIMA, Luana Isabel Gonçalves de. **Surdez e negritude: uma pesquisa sobre a identidade negra no uso da Libras**. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais/MG, 2021.

LODI, Ana Claudia Balieiro *et al.* **Letramento e minorias**. 2ed. Porto Alegre/RS: Mediação, 2002.

MECHERIL, Paul. halb-halb, Iza Zeitschrift für migration und Sozial Arbeit, **thema**, v. 3, n. 4, 1997. Disponível em <https://www.fachportal-paedagogik.de/literatur/vollanzeige.html> Acesso em: 15 set. 2022.

MIRANDA, Viviane Marques. Surdez e racialidade: identidades em diálogo no espaço escolar? **Revista da Fundarte**, Montenegro, v. 17, n. 33, p. 39-69, 2017.

MOREIRA, Sandra Seabra. Onde estão os professores negros? *Revista Ensino Superior*. São Paulo/SP, 2022 Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/>. Acesso em: 12 set. 2023.

OLIVEIRA, Elânia de. A Lei 10.639/2003 e a Escola de Educação Especial um desafio a mais para a formação de professores: um desafio a mais para a formação de professores. **Educar em Revista**, Curitiba/PN, n. 47, jan.-mar. 2013.

PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. *Deaf in America: voices from a culture*. Cambridge, Mass.: **Harvard University Press**, 1988.

PENA, Filipe de Cristo Almeida. Interseccionalidade: raça e surdez como eixos para outra perspectiva. SEMINÁRIO INTERLINHAS, **Anais**, v. 9, n. 1-2, p. 413-424, 2021.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba/PN, n. 2, ed. esp, 2014.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo/SP: Editora Nós, 2017

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um Educador Antirracista**. São Paulo/SP: Planeta Brasil, 2023.

PORTO, Shirley; PEIXOTO, Janaína. Literatura Visual. In: **Língua Portuguesa e Libras: teorias e práticas**. FARIA, Evangelina Maria Brito de; CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra, (Orgs.), v. 3, João Pessoa/PB: Editora da UFPB, 2011.

QUADROS, Ronice Müller de. **Letras Libras – ontem, hoje e amanhã**. [E-book] Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/132497>. Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Florianópolis/SC, 2015.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília/DF: MEC; SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de.; MASSUTTI, Mara. CODAs brasileiros: Libras e Português em zonas de contato. In: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. **A importância do letramento visual no contexto étnico-racial para estudantes surdos na Educação Básica**. Trabalho de Conclusão de Curso, IFNMG, Belo Horizonte/MG, 2021.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. **Estudos surdos II**. Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2007.

RAMOS, Clélia Regina. **Histórico da Feneis até 1988**. Petrópolis/RJ: Arara Azul. [s./a.] Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo6.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

REIN, Martin; WADENSJÖ, Eskil. Enterprise and the welfare state. **The Journal of Sociology & Social Welfare**, v 25, n. 4, Article 16, 1998. Disponível em <https://scholarworks.wmich.edu/jssw/vol25/iss4/16/>. Acesso em 30 abr. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2018.

SALES, Mábia Aline Freitas. Heteroidentificação: uma política afirmativa. *In*: GEVEHR, Daniel Luciano. **Raça, Etnia e Gênero: Questões do Tempo Presente**. Guarujá/SP: Científica Digital, 2022.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. Escrivivência: conceito literário de identidade afro-brasileira. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. (Org.). **Escrivivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro/RJ: MINA Comunicação e Arte; ITAU Social, 2020.

SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. O uso da anotação da língua de sinais na apresentação de publicações acadêmicas: analisando as escolhas que favorecem o entendimento do leitor. *In*: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E LÍNGUA PORTUGUESA. **Anais**, Florianópolis/SC, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo/SP: Boitempo, 2007.

SANTOS, Rhaul Lemos de. **Negros/as surdos/as no Ensino Superior: mapeando cursos de graduação de Letras Libras**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PN, 2019.

SILVA, Natalino Neves da. Educação Popular Negra: breves notas de um conceito. **Educação em Perspectiva**, Viçosa/MG, v. 11, n. 00, p. 1-15, 2020.

SILVA-REIS, Dennys. O intérprete negro na história da tradução oral: da tradição africana ao colonialismo português no Brasil. **Tradução em Revista** [on-line], v. 24, p. 1-42, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SKLIAR, Carlos Bernardo. **Educação e Exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre/RS: Mediação, 2010.

SKLIAR, Carlos Bernardo. A escola para surdos e as suas metas: repensando o currículo numa perspectiva bilíngue e multicultural. **Cadernos de Educação**, Pelotas/RS, v. 12, p. 21, 1999.

SKLIAR, Carlos Bernardo. Bilinguismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. XX REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu/MG, **Anais**, 1997.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. “Escrivivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**, São Paulo/SP, v.17, n. 39, 2017, p. 203-219.

SOUZA, Wanessa. Dialogando com o Mulherismo Afrikana. *In*: WEEMS, Clenora Hudson **Mulherismo Afrikana**, 2019. Disponível em Medu Neter Livros-Mulherismo Afrikana-www.docero.com.br. Acesso em: 12 jan. 2022.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2008.

TEIXEIRA, Cynthia Moraes. **Instituto Santa Terezinha: onde os surdos aprendem a ouvir e os mudos a falar**. 2008. Monografia (Licenciatura em Pedagogia), Centro de Ciências e Humanidades, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo/SP, 2008.

THEODORO, Mário (Org.). **As Políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil – 120 anos após a abolição**. Brasília/DF: Ipea, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. **Espaço do Conhecimento** UFMG. 2023. Disponível em <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corsini. Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v 28, n. 100, p. 947-963, 2007.

VICTORINO, Shirlei Campos. Escrevivências: notas sobre a poesia negra-brasileira em voz feminina. II CONGRESSO NACIONAL AFRICANIDADES E BRASILIDADES, **Anais**, n. 2, p.1-11, 2015.

WERNECK, Jurema. De Ialodês e feministas. **Nouvelles Questions Féministe-Revue Internationale Francophone**, v. 24, n. 2, 2005.

WITCHES, Pedro Henrique. Gênero e Sexualidade na Educação de Surdos. **Rev. Educ. Cult. Soc.**, Sinop, Mato Grosso/MT, v. 7, n. 1, p. 75-88, 2017.

WRIGLEY, Oliver. **Política da surdez**. Traduzido em português. CD oferecido pela NUPPES, Porto Alegre/RS, 1996. [Manuscrito reproduzido]. Disponível em <http://www.bibli.fae.unicamp.br/etd/artigo01.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Olá! Você está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa “Escrivência Sinalizada: trajetórias escolares de surdas negras a partir da implementação da Lei 10.639/2003”. A pesquisa está sendo realizada pela mestrandia Marina Evaristo dos Santos, do Programa de Pós-Graduação Profissional – PROMESTRE – da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Professora Doutora Libéria Rodrigues Neves.

Nesta pesquisa pretendemos investigar através de narrativas de mulheres surdas negras a existência do preconceito racial nas escolas e preconceito linguístico. E ainda investigar a importância da Lei 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana no Brasil, para combater o racismo.

Se quiser recusar este convite, não haverá nenhum tipo de problema. Caso aceite, farei com você uma conversa em língua de sinais (Libras), ao longo de 3 encontros virtuais pela plataforma Google Meet ou outra que preferir, com cerca de 1 hora de duração cada um. Nestes encontros te convidarei a narrar sua história de vida, abordando episódios de racismo que você tenha vivido ou tenha visto alguém viver na escola; e episódios de preconceito linguístico em relação ao uso de Libras. E ainda como a aplicação da Lei 10.639/2003 aconteceu na sua trajetória escolar e se auxiliou no combate ao racismo. Os 3 encontros serão gravados pelo recurso da plataforma e ficarão sob minha inteira responsabilidade e sigilo.

Finalizados os 3 encontros, você terá acesso ao conteúdo completo e decidirá quais partes das suas narrativas poderão ser usadas para fins acadêmicos e científicos. O conteúdo selecionado por você será transcrito para a Língua Portuguesa e utilizado para a escrita de uma dissertação. As imagens serão utilizadas na criação de um vídeo educativo bilingue e acessível em língua de sinais, que será disponibilizado no Youtube, para auxiliar professoras de escolas especiais e inclusivas na aplicação da Lei 10.639/2003, ou seja, discutir o racismo e o preconceito com estudantes surdos e ouvintes.

Como sua participação será voluntária, nem você, nem sua família receberão dinheiro para participar, nem terão que pagar nada. Você poderá desistir, se quiser e quando quiser, e poderá pedir qualquer informação a qualquer momento sobre a pesquisa.

Durante os encontros, você poderá se sentir constrangida com algumas questões que podem lhe trazer lembranças desagradáveis. Caso isso ocorra, você poderá suspender ou desistir da participação, sem qualquer tipo de penalidade.

Este termo segue em duas vias: uma será arquivada pelas pesquisadoras e a outra será entregue a você.

Atenciosamente,

Marina Evaristo dos Santos

(contatos: [REDACTED])

Libéria Rodrigues Neves

(contatos: [REDACTED])

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.

E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel: 3409-4592.

Eu, _____ **(nome da participante)**

portadora do documento de Identidade 7642882, concordo em participar da pesquisa “Escrivência Sinalizada: trajetórias escolares de surdas negras a partir da implementação da Lei 10.639/2003”. Declaro que fui informada dos objetivos e métodos da pesquisa de maneira detalhada e esclareci minhas dúvidas. Declaro ainda que recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelas pesquisadoras e estou ciente de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Acrescento ainda que:

(**X**) Autorizo o uso, para fins acadêmicos, de filmagens e gravações em que minha imagem apareça

() Não Autorizo o uso, para fins acadêmicos, de filmagens e gravações em que minha imagem apareça.

_____/MG, Data 08/11/2023

Documento assinado digitalmente
 **MARIA AUXILIADORA BEZERRA DE ARAUJO**
Data: 08/11/2023 11:55:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(assinatura da participante)

(assinatura da pesquisadora Marina Evaristo dos Santos)

(assinatura da pesquisadora Libéria Rodrigues Neves)

Data: __/____/2022

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Olá! Você está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa "Escrivência Sinalizada: trajetórias escolares de surdas negras a partir da implementação da Lei 10.639/2003". A pesquisa está sendo realizada pela mestranda Marina Evaristo dos Santos, do Programa de Pós-Graduação Profissional — PROMESTRE — da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da Professora Doutora Sibéria Rodrigues Neves.

Nesta pesquisa pretendemos investigar através de narrativas de mulheres surdas negras a existência do preconceito racial nas escolas e preconceito linguístico. E ainda investigar a importância da Lei 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana no Brasil, para combater o racismo.

Se quiser recusar este convite, não haverá nenhum tipo de problema. Caso aceite, farei com você uma conversa em língua de sinais (Libras), ao longo de 3 encontros virtuais pela plataforma Google Meet ou outra que preferir, com cerca de 1 hora de duração cada um. Nestes encontros te convidarei a narrar sua história de vida, abordando episódios de racismo que você tenha vivido ou tenha visto alguém viver na escola; e episódios de preconceito linguístico em relação ao uso de Libras. E ainda como a aplicação da Lei 10.639/2003 aconteceu na sua trajetória escolar e se auxiliou no combate ao racismo. Os 3 encontros serão gravados pelo recurso da plataforma e ficarão sob minha inteira responsabilidade e sigilo.

Finalizados os 3 encontros, você terá acesso ao conteúdo completo e decidirá quais partes das suas narrativas poderão ser usadas para fins acadêmicos e científicos. O conteúdo selecionado por você será transcrito para a Língua Portuguesa e utilizado para a escrita de uma dissertação. As imagens serão utilizadas na criação de um vídeo educativo bilíngue e acessível em língua de sinais, que será disponibilizado no Youtube, para auxiliar professoras de escolas especiais e inclusivas na aplicação da Lei 10.639/2003, ou seja, discutir o racismo e o preconceito com estudantes surdos e ouvintes.

Como sua participação será voluntária, nem você, nem sua família receberão dinheiro para participar nem terão de pagar nada. Você poderá desistir quando quiser e poderá pedir qualquer informação a qualquer momento sobre a pesquisa.

Durante os encontros, você poderá se sentir constrangida com algumas questões que

podem lhe trazer lembranças desagradáveis. Caso isso ocorra, você poderá suspender ou desistir da participação, sem qualquer tipo de penalidade.

Este termo segue em duas vias: uma será arquivada pelas pesquisadoras e a outra será entregue a você.

Atenciosamente,

Marina Evaristo dos Santos

(contatos: [REDACTED])

Libéria Rodrigues Neves

(contatos: [REDACTED])

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

COEP-UFMG - Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005.

Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG — Brasil. CEP: 31270-901.

E-mail: coep@prpq.ufmg.br. Tel: 3409-4592.

APÊNDICE C - AUTORIZAÇÃO USO DE IMAGEM E GRAVAÇÃO

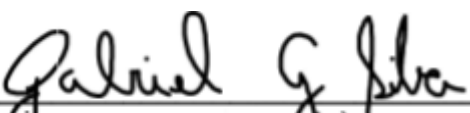
Eu, _____ (nome da participante) documento de Identidade _____ - concordo em participar da pesquisa “Escrevivência Sinalizada: trajetórias escolares de surdas negras a partir da implementação da Lei 10.639/2003”. Declaro que fui informada dos objetivos e métodos da pesquisa de maneira detalhada e esclareci minhas dúvidas. Declaro ainda que recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelas pesquisadoras e estou ciente de que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar

Acrescento ainda que:

(y/’) Autorizo o uso, para fins acadêmicos, de filmagens e gravações em que minha imagem apareça

() Não Autorizo o uso, para fins acadêmicos, de filmagens e gravações em que minha imagem apareça.

_____/MG, Data/_____
/2022



(assinatura do participante)

(assinatura da pesquisadora Marina Evaristo dos Santos)

(assinatura da pesquisadora Libéria Rodrigues Neves)